

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

SIMONE CARINA GEHLEN

**ANTÔNIO CONSELHEIRO: O ENTRELUGAR NA MATERIALIDADE
DISCURSIVA**

CASCATEL – PR

2013

SIMONE CARINA GEHLEN

**ANTÔNIO CONSELHEIRO: O ENTRELUGAR NA MATERIALIDADE
DISCURSIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Letras junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado, com área de concentração em "Linguagem e Sociedade", linha de pesquisa em "Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais e de Diversidade".

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares

CASCADEL – PR
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio CRB-9ª/965

G267a Gehlen, Simone Carina
Antônio Conselheiro: o entrelugar na materialidade discursiva. /
Simone Carina Gehlen.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.
114 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Centro de
Educação, Comunicação e Artes.

1. Antônio Conselheiro. 2. Os Sertões. 3. Análise do discurso. 4.
Denominações. 5. Discurso jornalístico. I. Universidade Estadual do
Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 401.41

SIMONE CARINA GEHLEN

ANTÔNIO CONSELHEIRO: O ENTRELUGAR NA MATERIALIDADE DISCURSIVA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso - UEM
Membro Efetivo (convidado)

Profª. Dra. Roselene de Fátima Coito - UEM
Membro Efetivo (convidado)

Prof. Dr. João Carlos Cattelan - UNIOESTE
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares - UNIOESTE
Orientador

Prof. Dr. Gustavo Biasoli Alves - UNIOESTE
Membro Suplente (da instituição)

CASCADEL, 26 agosto de 2013

Dedico este trabalho, especialmente, para meu filho, Cristian Gehlen da Rosa, por ter suportado minhas ausências, minha falta de tempo, os meus cansaços e por ser a força que me move a buscar sempre crescimento pessoal e profissional.

Da mesma forma, dedico este trabalho aos meus pais, Clemente Gehlen e Edviges Gehlen, por sempre me apoiarem, acreditarem na minha capacidade, mais até do que eu, e pela colaboração, em todos os sentidos, para que esse sonho se tornasse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre me iluminar e me dar forças, mas, principalmente, nos momentos mais difíceis desta jornada.

Ao professor Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares, por ter aceitado orientar a minha pesquisa e por ter sido o principal responsável pela concretização desta etapa e pelo meu amadurecimento acadêmico.

Ao professor Dr. João Carlos Cattelan, por acompanhar minha pesquisa desde o início com suas valiosas observações e, principalmente, por “traduzir para língua de gente” o *Semântica e Discurso* que, por vezes, me arrancou lágrimas!

À professora Dra. Roselene de Fátima Coito, por suas sábias sugestões na Qualificação e pelo profundo conhecimento transmitido nas suas divertidas aulas.

À Cleniane Buseti Obermeier, diretora do colégio onde trabalho, pela amizade, sincero apoio e incentivo nesta fase de aprimoramento profissional e, conseqüentemente, pessoal. Obrigada por sua compreensão; sem a sua ajuda, este processo teria sido muito mais difícil.

Ao Luiz Carlos de Oliveira, amigo do mestrado, com quem tive o prazer de compartilhar esta caminhada. Obrigada por me ceder lugar para ficar na época das disciplinas obrigatórias e pela ajuda extraordinária com a qual pude contar todas as vezes que precisei. Enfim, quando as coisas “apertavam”, eu “dava um grito pro Luiz”, porque eu sempre pude contar com ele. Valeu mesmo!

Às minha amigas do mestrado: Cássia Peres, Cibelle Preussler, Claudineya Grzeszeszyn, e Mirielly Ferraça, com quem pude dividir as minhas alegrias e frustrações.

Às minhas irmãs, Sandra Cristina Müller e Silvia Cristiane Gehlen, por sempre torcerem por mim.

À Lígia Miúra, minha orientadora da vida pessoal.

*O anticristo chegou
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrá
(Bahia – Euclides da Cunha)*

*Quem quiser remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que ele está lá nos Canudos
(Sergipe)*

*Antônio Conselheiro
É home de opinião
Matou Moreira César
E venceu seu batalhão
(Bahia)*

*Era Antônio Conselheiro
De Canudos no sertão
Resistindo à força armada
Carabina e canhão
(Bahia – Carlos Chiachio)*

*As mulheres de Canudos
Guerrearam com água quente
Os meninos com pedradas
Fazem voltar muita gente
(Sergipe)*

*Os jagunços assaltam víveres
Barricas de bacalhau
Os soldados mortos à fome
Comiam raízes de pau
(Sergipe)*

*Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos a lei de Deus
Eles tem a lei do cão
(Bahia – Euclides da Cunha)¹*

¹Fragmentos de um documentário de composições poéticas anônimas em torno do tema da Guerra de Canudos, recolhidos da tradição oral, organizado por José Calasans e publicado originalmente pelo Centro de Estudos Bahianos em 1952.

GEHLEN, Simone Carina. **Antônio Conselheiro: o entrelugar na materialidade discursiva**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

RESUMO

Pautado na Análise de Discurso de linha francesa (AD), o presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos produzidos pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, com relação à personagem Antônio Conselheiro, sendo a obra em questão o *corpus* desta pesquisa. A escolha de tal obra como *corpus* se justifica pelo fato de ter adquirido grande importância para a literatura nacional e por ser considerada uma referência quando o assunto é a Guerra de Canudos. A obra *Os Sertões* não adquiriu importância somente na área da Literatura, mas também em outras áreas do conhecimento como História, Sociologia e Antropologia, sendo, portanto, considerada uma obra de entremeio. Isso se deve ao fato de *Os Sertões*, obra de ficção, por ter como tema um episódio da história nacional, trazer no enredo as condições de produção da época (a Guerra de Canudos, a consolidação da República, o discurso da ciência determinista em voga no Brasil), como também a ideologia hegemônica do final do século XIX. Neste sentido, nos interessamos pela forma como Euclides da Cunha apresenta a personagem Antônio Conselheiro, tendo em vista que os discursos relacionados a personagem não evidenciam somente a posição-sujeito de Cunha, mas a formação discursiva hegemônica da época, no que dizia respeito ao episódio de Canudos e seu líder. Por meio da escolha de algumas sequências discursivas, pretendemos apresentar a maneira como o autor constrói sua personagem, apresentando-a e atribuindo a ela sentidos relativos à loucura, mistério, fanatismo religioso e violência. Tendo em vista que o foco desta pesquisa se concentra em torno da figura do Conselheiro e sendo ele uma personagem inspirada na vida real, ao analisar as condições de produção da obra, buscamos outros discursos, produzidos na época da Guerra de Canudos, que poderiam ter colaborado na produção de sentidos sobre o Conselheiro no enredo da obra, como, por exemplo, o discurso jornalístico da época da guerra, o discurso da ciência determinista em voga no Brasil no final do século XIX e início do século XX e, por fim, o discurso político, tendo em vista a consolidação do regime republicano instalado no Brasil no ano de 1889. Neste estudo, Antônio Conselheiro será tratado enquanto personagem de ficção, construído por Euclides da Cunha por meio de recursos verbais, ou seja, embora o Conselheiro de *Os Sertões* seja inspirado no Conselheiro da vida real, no decorrer da pesquisa, ele será encarado como um ser fictício. As análises propostas serão mediadas de acordo com os estudos de Michel Pêcheux (2009 [1988]), Orlandi (2007a [1999], 2007b [1992]) e Mariani (1998), principais autores que darão suporte teórico às discussões realizadas. Analisar os efeitos de sentido produzidos em torno do Conselheiro na obra *Os Sertões* é, de modo geral, lançar um olhar para os processos de significação e sua ligação direta com a ideologia na medida em que os sentidos que se impõem numa dada conjuntura são o resultado do jogo de forças entre formações discursivas em disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Conselheiro, *Os Sertões*, Denominações, Discurso jornalístico, Análise do Discurso.

GEHLEN, Simone Carina. **Antônio Conselheiro: o entrelugar na materialidade discursiva**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

ABSTRACT

Grounded in Dedicated to Discourse Analysis of French (AD), this present work aims analyze the effects of meanings produced by the shell-work *Os Sertões*, of Euclides da Cunha, regarding the character Antônio Conselheiro, being the work in question the corpus of this research. The choice of such a work as corpus is justified by the fact of having acquired great importance to the national literature and be considered a benchmark when it comes to the War of Canudos. The work of *Os Sertões*, not only gained importance in the field of literature, but also in other areas of knowledge such as history, sociology and anthropology, and is therefore considered a work difficult to classify. This is due to the fact *Os Sertões*, fiction, having as its theme an episode of national history, bringing the storyline production conditions of the time (the War of Canudos, consolidation of the Republic, the discourse of science deterministic in vogue in Brazil), as well as the hegemonic ideology of the XIX century. In this sense, we are interested by how Euclides da Cunha presents the character Antônio Conselheiro, considering that the discourses related to character, not only show the subject position of Cunha, but the discursive formation of the time, in regard to the episode Canudos and its leader. By means of the choice of some discursive sequences, we intend to present the way the author builds his character, presenting it and assigning it senses concerning madness, mystery, religious fanaticism and violence. Given that the focus of this research centers around the figure of the Conselheiro and, being inspired by a character in real life, to analyze the conditions of production of the work, seek other discourses, produced at the time of the War of Canudos, that could have collaborated in the production of meanings about the Conselheiro in the plot of the work, as, for example, the journalistic discourse wartime, the discourse of science deterministic in vogue in Brazil in the late XIX century, and early XX century and, finally, the political discourse, with a view to consolidating the republican regime installed in Brazil in 1889. In this study, Antônio Conselheiro will be treated as fictional character, built by Euclides da Cunha through verbal resources, in others words, although the Conselheiro of *Os Sertões* is inspired by the real-life Conselheiro, during the research it will be seen as a fictitious. The proposed analyzes are mediated in accordance with studies Michel Pêcheux (2009 [1988]), Orlandi (2007 till [1999], 2007b [1992]) and Mariani (1998) the main authors give theoretical support to the discussions. Analyze the effects of meaning produced around the work Conselheiro in *Os Sertões* is, generally, a glance at the processes of signification and it is direct link with the ideology in that way that imposes a given situation are the result the interplay of forces between discursive formations in dispute.

KEYWORDS: Antônio Conselheiro, *Os Sertões*, Denominations, Journalistic Discourse, Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 OS SERTÕES, VOCÊ SE LEMBRA?	19
2 ANÁLISE DO DISCURSO: RUPTURAS E ARTICULAÇÕES	29
2.1 Uma questão de sentido	37
3 OS SERTÕES: UM LIVRO NO ENTREMEIO	49
3.1 O discurso jornalístico e sua presença em <i>Os Sertões</i>	53
4 ANTÔNIO CONSELHEIRO E A GUERRA DE CANUDOS EM OUTROS DISCURSOS	64
5 ANTÔNIO CONSELHEIRO NA MATERIALIDADE DISCURSIVA	74
5.1 Denominações	74
5.2 Denominações em torno de Conselheiro no discurso jornalístico	76
5.3 Denominações em torno de Conselheiro no discurso literário	83
5.4 Antônio Conselheiro no discurso de <i>Os Sertões</i>	95
6 CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

*Foste no chão te esconder como as pacas e as cutias: nós,
breve, havemos de ver como também assobias...
Entregue a negócio urgente que torna os tempos bicudos,
não falará mais a gente, nem de ti, nem de Canudos!*

O fragmento que dá início a esta introdução faz parte de uma crônica, em prosa rimada, publicada na edição 1/2 de outubro de 1897 no jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, e é assinada por O DE. Essa crônica pertence ao jornalismo de estilo galhofeiro, que se desenvolveu em torno do tema da Guerra de Canudos nos jornais da época. A matéria da crônica em questão é a vitória iminente do Exército sobre Antônio Conselheiro (o referente de “ti” no fragmento) e seus adeptos reunidos no arraial de Canudos, os quais foram assunto recorrente durante aquele ano; com a vitória do Exército, Conselheiro e Canudos estariam fadados ao esquecimento.

Hoje, mais de um século após o término da Guerra de Canudos, vemos que a profecia, o desejo do cronista, não se realizou, visto que o conflito ocorrido no interior da Bahia ainda é tema recorrente na sociedade. Atualmente, o episódio da Guerra de Canudos é abordado nas escolas em ao menos duas disciplinas: História e Literatura; e, nas universidades, existe um bom número de pesquisas atuais desenvolvidas a respeito do tema²; encontramos, ainda, edições recentes do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, cuja primeira publicação se deu em 1902, e que narra a história do Conselheiro, de Canudos e da guerra; encontramos também outros livros com edições recentes e que abordam o mesmo tema, dentre eles *A Guerra do Fim do Mundo*, do escritor peruano Mario Vargas Llosa, publicado originalmente em 1981, *Um Místico Brasileiro*, do inglês Robert B. Cunninghame Graham, publicado pela primeira vez em Nova York no ano de 1920³, e *Verdicto em Canudos*, de Sándor Márai, publicado originalmente em Húngaro, no ano de 1970.

A imortalidade do episódio da Guerra de Canudos é um fato que já intrigou, e ainda intriga, estudiosos, pois, no Brasil, houve outros casos de guerra e de fanatismo marcantes que, no entanto, não tiveram a mesma fixação e não exerceram a mesma fascinação que o

² Conferir mais detalhes sobre as pesquisas desenvolvidas sobre a Guerra de Canudos no subcapítulo deste trabalho, intitulado "O Estado da Arte".

³ O livro de Vargas Llosa e o livro de Cunninghame Graham foram inspirados na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

conflito liderado por Antônio Conselheiro no interior da Bahia. Podemos citar, como exemplos de outros conflitos o movimento da “pedra encantada”, ocorrido no sertão de Pernambuco na década de 1830; a Guerra do Contestado, que aconteceu no sul do país em 1914; a Revolução Jacobina, ocorrida também no sul; entre tantas outras.

Estudiosos e críticos da literatura atribuem o não esquecimento da Guerra de Canudos à obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a qual narra os episódios da guerra de maneira bastante peculiar⁴. Gutiérrez (2002), em artigo dedicado à obra *Os Sertões*, diz que

Ao elaborar, através de um livro-bíblia – e Canudos se fez verbo – um compêndio do conhecimento da época, uma explicação para Canudos, Euclides, [...], tenta conciliar o impossível: o seu modelo científico, pautado em teorias deterministas, e sua pasmada observação da realidade discordante. Ao mesmo tempo, porém, **constrói uma obra tão sedutora em suas contradições, que perpetua o episódio na memória e no imaginário do povo brasileiro.** (GUTIÉRREZ, 2002, p. 280, grifos nossos).

No artigo em questão, além de a autora afirmar que Euclides da Cunha é responsável por eternizar o evento da Guerra de Canudos na memória nacional, ainda diz que, depois da publicação do livro, “Canudos e *Os Sertões* tornaram-se sinônimos”, ou seja, ambos parafraseiam-se. Por suas características intrínsecas, a obra *Os Sertões*, quanto à sua classificação, ocupa um lugar de entremeio na literatura brasileira. Bosi (1994), ao se referir à obra, aponta que

É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria prejuízo paralisante. Ao contrário, a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo. (BOSI, 1994, p. 309, grifos nossos).

A dificuldade de classificar *Os Sertões* em um determinado gênero da literatura acontece na medida em que a obra é um texto literário, porém não é puramente fictício, dadas as fontes jornalísticas e históricas contidas no enredo, bem como o caráter científico do texto, de modo que o livro não pode ser considerado nem totalmente histórico, nem totalmente jornalístico, nem um tratado sociológico devido ao estilo literário, romanceado, dos episódios da guerra. Considerando essas questões, Bosi aponta que

⁴ Questões mais detalhadas a respeito da obra *Os Sertões* serão apresentadas especificamente em capítulo posterior.

A descrição minuciosa da terra, do homem e da luta situa *Os Sertões*, de pleno direito, no nível da cultura científica e histórica. Euclides fez geografia humana e sociologia como um espírito atilado poderia fazê-las no começo do século. (BOSI, 1994, p. 309, grifos nossos).

O autor nos mostra que o trabalho de Euclides da Cunha não foi apenas o de recontar os fatos da guerra, pois o autor do livro foi além. Ele pôs em evidência os fatos do conflito e as condições de existência do povo do sertão, demonstrando que eles determinaram, em grande parte, a batalha que se desenvolveu na região. Bacon (1983) procurando demonstrar o caráter polivalente da obra *Os Sertões*, em seus estudos diz que

O próprio Jorge Sena se junta com Afrânio Coutinho, insistindo em que a obra tem vínculos dos mais fortes com *Guerra e Paz*, de Tolstoi, com a *Canção de Rolando* e com a *Ilíada*, ***Os Sertões* sendo assim não só um livro científico, mas ficção, não só história, mas também romance.** (BACON, 1983, p. 11, grifos nossos, itálicos do autor).

Dessa forma, vemos que é consenso entre teóricos e críticos o posicionamento da obra *Os Sertões* em um entrelugar dentre os diversos gêneros da literatura e que é concedido a ela e ao seu autor o mérito de fixar a Guerra de Canudos na memória nacional. Mesmo assim, porém, como analistas do discurso, enxergamos a obra *Os Sertões* não apenas como obra literária com seus avatares científicos, históricos, sociológicos, dentre tantos outros possíveis, mas como produto de uma determinada conjuntura, ou seja, como um discurso fruto de determinadas condições de produção e que, da mesma forma que produziu sentidos quando da sua publicação no início do século XX, continua a produzir sentidos na atualidade.

Enquanto pesquisadores, nosso interesse em relação à obra *Os Sertões* consiste em procurar compreender de que forma os sentidos a respeito do Conselheiro foram tecidos no interior da narrativa. Levando em conta as condições de produção, buscamos outros discursos, produzidos na época do conflito, que poderiam ter colaborado para a produção de sentidos sobre o Conselheiro no enredo da obra, como, por exemplo, o discurso jornalístico da época, o discurso da ciência determinista em voga no Brasil no final do século XIX e início do século XX e o discurso político, tendo em vista a consolidação do regime republicano instalado no Brasil no ano de 1889.

Desta forma, o *corpus* da presente pesquisa é constituído pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A escolha da obra como *corpus* se justifica na medida em que esse livro adquiriu grande importância para a literatura nacional e pela forma como Euclides da Cunha apresenta a personagem Antônio Conselheiro, apontando os efeitos de sentido a respeito da

personagem para o terreno da loucura, do fanatismo religioso e da rebeldia, como se verifica com a leitura da obra, efeitos de sentido esses que esta pesquisa procura desnaturalizar.

Neste sentido, o foco deste estudo se detém em torno da figura de Antônio Conselheiro, um ser que existiu no mundo, que, por suas ideias e práticas revolucionárias, entrou para a história e que Euclides da Cunha, ao escrever *Os Sertões* abordando o tema da Guerra de Canudos retrata. Então, nos indagamos: o Conselheiro da obra de Cunha é o mesmo da vida real? Ou seja, é possível copiar no romance um ser vivo? Antonio Candido (2011), discorrendo acerca da problemática da personagem de ficção, responde a esta pergunta da seguinte maneira:

Não, em sentido absoluto. Primeiro, porque **é impossível**, como vimos, **captar a totalidade do modo de ser duma pessoa**, ou sequer conhecê-la; segundo, porque neste caso **se dispensaria a criação artística**; terceiro, porque, mesmo se fosse possível, **uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico**, diferente e mais completo, **que é a razão de ser**, a justificativa **e o encanto da ficção**. (CANDIDO, 2011, p. 65, grifos nossos).

Para o autor, a diferença entre o ser vivo e o ser fictício é que o nosso conhecimento sobre o ser vivo é sempre fragmentário e incompleto, ou seja, o ser humano pelas contradições e multiplicidades do seu modo de ser nunca é totalmente decifrável; já o ser fictício, embora muito mais fragmentado que o ser humano, por meio de recursos da criação artística, é construído de forma lógica e coerente, tornado-se acessível e explicável para os leitores, isto é, em torno da personagem de ficção, é produzido um efeito de sentido de conhecimento da totalidade daquele ser⁵, o que, segundo o autor, produz uma sensação de conforto e poder ao nos depararmos com esses seres.

Apresentadas as diferenças entre o ser vivo e a personagem de ficção, Candido (2011) especifica em que consiste uma personagem:

⁵“o romance, ao abordar as personagens de modo fragmentário, nada mais faz do que retomar, no plano da técnica de caracterização, a maneira fragmentária, insatisfatória, incompleta, com que elaboramos o conhecimento dos nossos semelhantes. Todavia, há uma diferença básica entre uma posição e outra: na vida, a visão fragmentária é imanente à nossa própria experiência; é uma condição que não estabelecemos, mas a que nos submetemos. No romance, ela é criada, é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro. **Daí a necessária simplificação, que pode consistir numa escolha de gestos, de frases, de objetos significativos, marcando a personagem para a identificação do leitor, sem com isso diminuir a impressão de complexidade e riqueza.** [...] Não temos mais que esses elementos essenciais. No entanto, a sua combinação, a sua repetição, a sua evocação nos mais variados contextos nos permite formar uma ideia completa, suficiente e convincente daquela forte criação”. (CANDIDO, 2011, p. 58, grifos nossos).

a personagem é, basicamente, uma composição verbal, uma síntese de palavras, sugerindo certo tipo de realidade. Portanto, está sujeito, antes de mais nada, às leis de composição das palavras, à sua expansão em imagens, à sua articulação em sistemas expressivos coerentes, que permitem estabelecer uma estrutura novelística. (CANDIDO, 2011, p. 78, grifos nossos).

Isto significa que as personagens de ficção, embora se pareçam com seres vivos, não o são; apenas passam essa impressão devido a recursos de composição verbal. De acordo com o autor, podemos dizer que as personagens só existem em suas respectivas obras e que consistem de palavras.

Com efeito, o Conselheiro será tratado nesta pesquisa enquanto personagem de ficção construída por Euclides da Cunha, ou seja, no decorrer do trabalho, Conselheiro será encarado “como um ser de linguagem e papel”⁶, para utilizarmos as palavras de Brait (1993). Para a autora,

Como um bruxo que vai dosando poções que se misturam num mágico caldeirão, **o escritor recorre a artifícios oferecidos por um código a fim de engendrar suas criaturas.** Quer elas sejam tiradas de sua vivência real ou imaginária, dos sonhos, dos pesadelos ou das mesquinhas do cotidiano, **a materialidade desses seres só pode ser atingida através de um jogo de linguagem que torne tangível a sua presença e sensível seus movimentos.** (BRAIT, 1993, p. 52, grifos nossos).

Vemos que Brait (1993), da mesma forma que Candido (2011), defende que as personagens de uma obra literária, sejam elas inspiradas pela imaginação ou pela realidade, são seres fictícios e sua materialidade é apenas linguística, ou seja, têm sua concretude construída pelo simbólico, e é a partir desta perspectiva que abordaremos o líder do arraial de Canudos.

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresenta-nos com destaque a personagem Antônio Conselheiro, tida na obra como pivô do conflito entre os sertanejos e o Exército. No decorrer da narrativa, Cunha constrói a personagem desde seus antecedentes familiares, até o momento em que tem início a Guerra de Canudos. Na obra, o que chama atenção em relação à

⁶Com relação à construção de um personagem em obra literária, Brait (1993) diz que foram os formalistas russos que, em 1916, romperam com a tradição de relacionar ser fictício e pessoa. Esses teóricos passaram a organizar os elementos que compõem a narrativa nomeando como “fábula” os eventos que tomam parte da obra de ficção, e “trama” o modo como tais eventos se relacionam. Nessa teoria, **“a personagem passa a ser vista como um dos componentes da fábula, e que só adquire sua especificidade de ser fictício na medida em que está submetida aos movimentos, às regras próprias da trama.** Finalmente, no século XX e através da perspectiva dos formalistas, **a concepção de personagem se desprende das muletas de suas relações com o ser humano e passa a ser encarada como um ser de linguagem, ganhando uma fisionomia própria”.** (BRAIT, 1993, p. 43/44, grifos nossos, itálicos da autora).

construção da personagem Antônio Conselheiro é o fato de ser atribuído a ela sentidos que transitam no terreno da loucura, fanatismo religioso e violência, como podemos observar nas seguintes sequências discursivas⁷ (doravante, SD):

SD1: A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o **caráter vesânico**, é, certo, um caso notável de **degenerescência intelectual**, mas não isolou – **incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde**, – no meio em que agiu. (CUNHA, 1996, p. 123, grifos nossos).

SD2: o ‘indivíduo Antônio Mendes Maciel que, **pregando doutrinas subversivas, fazia um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas obrigações e arrastando-o após si, procurando convencer que era Espírito Santo, etc.**’⁸ (CUNHA, 1996, p. 141, grifos nossos).

SD3: O principal representante da justiça de Juazeiro tinha velha dívida a saldar com o **agitador sertanejo**, desde a época em que sendo juiz do Bom Conselho fora coagido a abandonar precipitadamente a comarca, assaltada pelos adeptos daquele. Aproveitou, por isto, a situação, que surgia a talho para a desafronta. **Sabia que o adversário revidaria à provocação mais ligeira. De fato, ante a violação do trato aquele retrucou com a ameaça de uma investida sobre a bela povoação do São Francisco: as madeiras seriam de lá arrebatadas, à força.** (CUNHA, 1996, p. 178, grifos nossos).

A partir desta breve demonstração, e adiantando alguns pontos que serão analisados posteriormente, nota-se que, no enredo da obra, o Conselheiro não é apresentado como um homem bom, honesto, com boas intenções, ou seja, como um homem de bem. Lembramos que, quando nos referimos a Conselheiro como *homem*, é pensando nele dentro da obra *Os Sertões*, ou seja, como uma personagem fictícia.

Na primeira SD apresentada (entendendo, aqui, SDs como sequências escritas que permitirão depreender as regularidades, a ideologia e a historicidade dos discursos analisados), vemos que Conselheiro é apontado como sendo um louco e desequilibrado, já que possui um **caráter vesânico** e uma **degenerescência intelectual**; a segunda SD mostra-o como uma personagem avessa à religião e ao Estado, indo contra o lema “Ordem e Progresso” da República recém-instalada, pois que, com suas doutrinas subversivas, **fazia um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas obrigações** e ainda, procurava convencer o povo de que era o **Espírito Santo**; por fim, a terceira SD apresenta o Conselheiro como um **agitador sertanejo** e como um **adversário que revidaria à provocação mais**

⁷ A noção de “sequência discursiva” utilizada na presente pesquisa é a noção definida por Courtine (1981) como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (apud MARIANI, 1998, p. 53). Para Mariani (ibidem), essa noção de sequência discursiva é “fluida o suficiente para viabilizar a depreensão das formações discursivas (FDs), ou seja, de sequências lingüísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso).” (idem, ibidem).

⁸ Trecho de um ofício enviado pelo arcebispo da Bahia ao presidente da província no ano de 1887, pedindo que fossem tomadas providências com relação a Conselheiro. De acordo com Euclides da Cunha, esse ofício não foi correspondido.

ligeira. Cunha escreve que, **de fato,** Conselheiro ameaçou **uma investida sobre a bela povoação do São Francisco,** donde arrebatariam as referidas madeiras **à força,** ou seja, com uso de violência.

Nesse sentido, por Antônio Conselheiro ser apresentado com esse perfil e a obra *Os Sertões* tornar-se um dos livros consagrados da literatura brasileira, a imagem do Conselheiro materializada no imaginário nacional é a descrita por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*.

Os jornais do ano de 1897 podem ser levados em consideração quanto à construção dessa imagem, pois Conselheiro era frequentemente referido nas reportagens desses jornais a cerca do conflito que estava acontecendo entre os jagunços e o Exército na região de Canudos. Porém, ocorria que essas reportagens, na maioria das vezes, consistiam em acusar o Conselheiro de ser um restaurador do regime monarquista no país. Assim, caracterizavam-no como um fanático religioso e procuravam enfocar os hábitos e a aparência do Conselheiro, considerados estranhos. Na época do conflito, foram publicadas poucas reportagens a favor do Conselheiro. Galvão (1994), que se dedicou à pesquisa das reportagens sobre a Guerra de Canudos, nos fala da inexpressiva quantidade de reportagens favoráveis a Conselheiro nos seguintes termos:

Procurando fazer-se ouvir em meio ao sensacionalismo, à galhofa, ao bombardeio de informações tendenciosas, à histeria geral, **aparecem às vezes nos jornais algumas vezes falando em nome do bom senso; mas elas podem ser contadas a dedo.** (GALVÃO, 1994, p. 76, grifos nossos).

Assim, constatamos que o clima no país era de “histeria” quanto aos eventos de Canudos e que essa histeria era captada e transmitida pelos jornais. A autora ainda comenta que, na maior parte das vezes, um exame mais ponderado dos conflitos vinha de periódicos estrangeiros.

Pelas palavras de Galvão (1994), vemos que a grande maioria das reportagens a respeito do Conselheiro era de cunho sensacionalista e galhofeiro. Dessa forma, quanto ao discurso jornalístico, podemos destacar a seguinte descrição de Antônio Conselheiro feita pelo jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, em 2/3 de agosto de 1897. Vejamos:

SD4: O Conselheiro, que nos momentos mais críticos não dispensa de pregar às turbas, embora aos cânticos das mulheres responda o troar contínuo dos canhões de mistura com o pipocar da fuzilaria, arrancando gemidos lancinantes dos feridos, conserva-se **como a fera bravia, dentro do seu antro, de onde ulula, expedindo ordens de extermínio.** (GALVÃO, 1994, p. 408, grifos nossos).

A próxima SD foi retirada do *Jornal de Notícias* da Bahia, da edição de 3 de setembro de 1897. Vejamos:

SD5: Perguntei como o *Conselheiro*, em Bom Conselho, conseguiu levar gente para si, porquanto entre as presas havia algumas dessa localidade. Me responderam que o **Conselheiro seduzia maridos e amantes, dizendo-lhes que quem não os acompanhasse os gafanhotos e uns pentes de ferro manejados (?) por um cão preto lhes arrancaria as peles da cabeça aos pés.** (GALVÃO, 1994, p. 343, grifos nossos).

A partir dessas SDs retiradas do discurso jornalístico da época da Guerra de Canudos, podemos perceber que o discurso jornalístico caminha na mesma direção de sentidos que o discurso materializado na obra *Os Sertões*, representado pelas SDs 1, 2 e 3.

Pelo fato de o Conselheiro ser uma personagem inspirada na vida real, na obra *Os Sertões*, os discursos referentes a ele enquanto personagem de ficção e enquanto ser do mundo se misturam a ponto de não identificarmos ao certo quais discursos pertencem ao universo ficcional e quais foram retirados da sociedade, até porque Cunha insere no enredo da obra fragmentos do discurso jornalístico a respeito do Conselheiro. É neste sentido que defendemos que Antônio Conselheiro ocupa um entrelugar na materialidade discursiva, pois, ao mesmo tempo em que faz parte do mundo da ficção, é lido enquanto ser vivo. Isto significa que o Conselheiro não é somente construído com discursos de ficção, mas também é construído com discursos provenientes da vida real e que, portanto, ele não é somente ficção nem somente realidade: em *Os Sertões*, Conselheiro é as duas coisas, ou seja, é uma personagem de entremeio.

Brait (1993), discorrendo acerca da categorização dos diferentes tipos de personagens desenvolvidos a partir da década de 1950, apresenta-nos as personagens classificadas como referenciais, da seguinte maneira:

São aqueles que nos remetem a um sentido pleno e fixo, comumente chamadas de **personagens históricas**. Essa espécie de personagem está imobilizada por uma cultura, e **sua apreensão e reconhecimento dependem do grau de participação do leitor nessa cultura. Tal condição assegura o efeito do real** e contribui para que essa espécie de personagem seja designada *herói*. (BRAIT, 1993, p. 45, grifos nossos).

Considerando o exposto por Brait (1993), podemos dizer que Antônio Conselheiro pode ser classificado como uma personagem referencial, uma vez que consiste numa personagem histórica, e seu reconhecimento na leitura da obra depende do grau de conhecimento que o leitor tem do episódio nacional do conflito de Canudos. De acordo com a

autora, este reconhecimento assegura o efeito do real transmitido pela personagem, de modo que, quando lemos *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, temos a impressão de estarmos em contato com o Conselheiro da vida real.

Tendo em vista que os sentidos materializados a respeito de Antônio Conselheiro poderiam ter sido outros, a presente pesquisa parte dos seguintes questionamentos: a) de que forma o Conselheiro é apresentado pelo discurso literário presente no livro *Os Sertões*?; b) quais foram as condições de produção que permitiram a produção de sentidos relativos à loucura, ao fanatismo religioso e à violência a respeito do Conselheiro no discurso literário da obra *Os Sertões*?; c) até que ponto outros discursos como o jornalístico, o político e o determinista contribuíram para a construção dos efeitos de sentidos sobre o Conselheiro no discurso da obra *Os Sertões*?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a construção da personagem Antônio Conselheiro na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, evidenciando a influência de outros discursos nesta construção.

Apesar de a Guerra de Canudos ser matéria bastante explorada na atualidade, consideramos trabalho inovador, na medida em que se diferencia da forma como o tema vem sendo estudado, principalmente nas áreas da História, da Literatura e da Religião. Não temos ainda muitas pesquisas realizadas pelo viés da Análise do Discurso, sobretudo voltadas ao estudo da formação dos discursos a respeito de Antônio Conselheiro, ou seja, como esses discursos se tornaram possíveis ou por que os sentidos atribuídos à personagem caminharam para a loucura, fanatismo religioso e violência, como é constatado na leitura da obra. Assim sendo, fica à Análise de Discurso a tarefa de tentar responder a esse questionamento, buscando os vestígios deixados pelo discurso utilizado pelo autor do livro e por outros discursos da época que denunciam as formações discursivas e o imaginário que constituem e que produzem os efeitos de sentido que conhecemos a respeito do Conselheiro.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica na medida em que busca mostrar o funcionamento do discurso da obra *Os Sertões* na construção da personagem Antônio Conselheiro na obra de Euclides da Cunha.

Dessa forma, a Análise de Discurso de linha francesa mediará a análise do *corpus* selecionado neste estudo, sendo Michel Pêcheux (1975 [2009]), Orlandi (2007a [1999], 2007b [1992]) e Mariani (1998) os principais autores que darão suporte teórico à presente pesquisa. A Análise de Discurso de linha francesa (doravante, AD) vem ao encontro dos propósitos de análise que serão apresentados neste trabalho pelo fato de ser ela considerada um dispositivo de interpretação que busca compreender “como um objeto simbólico (texto, imagem, etc.)

produz sentidos” (ORLANDI, 2007a, p. 26), pois a AD parte do pressuposto de que não há verdades absolutas ocultas em um texto, mas que “há gestos de interpretação que o constituem e que o analista [...] deve ser capaz de compreender.” (idem, *ibidem*).

1 OS SERTÕES, VOCÊ SE LEMBRA?

Apresentaremos, agora, uma memorização da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, com o intuito de que os leitores deste trabalho possam acompanhar melhor as análises propostas no decorrer da pesquisa. Para tanto, vamos expor algumas considerações a propósito de como o livro *Os Sertões* foi escrito, da sua organização, da forma como Antônio Conselheiro é apresentado na narrativa, bem como apresentaremos o enredo da obra.

Euclides da Cunha, que, na época da Guerra de Canudos (1896/97), trabalhava como jornalista no *Estado de São Paulo*, foi enviado pelo jornal a Canudos, no interior da Bahia, “como correspondente para acompanhar as operações que o Exército iria executar na região para destruir o foco” (BOSI, 1994, p. 307) liderado por Antônio Conselheiro. O jornalista teve a oportunidade de acompanhar o conflito entre o Exército e os sertanejos e, quatro anos depois do fim da guerra, em 1902, publicou *Os Sertões*, recontando os episódios ocorridos em Canudos.

A Guerra de Canudos ocorreu em 1897, ou seja, no final do século XIX, época em que na ciência e na literatura estavam bastante presentes as ideias referentes ao determinismo. A ciência Determinista foi consolidada a partir de Charles Darwin com a publicação de *A origem das espécies* (1859), obra na qual o autor estabelecia teses como “hereditariedade” e “seleção do mais forte”. A teoria evolucionista de Darwin, originalmente de cunho biológico, teve tamanho impacto quando de sua publicação que acabou tornando-se referência teórica para outras áreas do conhecimento como Sociologia, História, Antropologia, Economia e Teoria Política⁹, dando origem a outras escolas deterministas como o *determinismo racial* ou *teoria das raças* e a escola *determinista geográfica*. O determinismo racial via a miscigenação de forma pessimista, considerando-a um erro, pois postulava que, por meio do cruzamento de

⁹“não são poucas as interpretações de *A origem das espécies* que desviam do perfil originalmente esboçado por Charles Darwin, utilizando as propostas e conceitos básicos da obra para a análise do comportamento das sociedades humanas. Conceitos como ‘competição’, ‘seleção do mais forte’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ passavam a ser aplicados aos mais variados meios do conhecimento: na psicologia, com H. Magnus e sua teoria sobre as cores, que supunha uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor (1877); na linguística, com Franz Bopp e sua procura das raízes comuns da linguagem (1867); na pedagogia, com os estudos do desenvolvimento infantil; na literatura naturalista, com a introdução de personagens e enredos condicionados pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Buckle. No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem este tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de ‘seleção natural’ como explicação do domínio ocidental”. (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

raças, não seriam transmitidos os caracteres genéticos adquiridos por ambas as partes envolvidas no cruzamento. Neste sentido, Schwarcz (1993) diz que

As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: **enaltecer a existência de ‘tipos puros’**– e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e **compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social** (SCHWARCZ, 1993, p. 58, grifos nossos, aspas da autora).

Desta forma, para a ciência determinista, a miscigenação seria um sinal de retrocesso, tendo em vista seu aspecto degenerativo não somente para a questão racial, como também para a social, devido à carga genética negativa que o mestiço carregaria consigo. O determinismo geográfico, por sua vez, defendia a tese segundo a qual o desenvolvimento cultural de um país estaria, definitivamente, condicionado ao meio, tanto que os teóricos que representavam esta escola – Ratzel e Buckle – defendiam que, para avaliar o potencial de civilização de um país, dever-se-ia analisar as condições do clima e do solo desta nação (SCHWARCZ, 1993).

O raciocínio destas duas escolas pode ser percebido na obra *Os Sertões*, na qual Euclides da Cunha, em determinados momentos, coloca os sertanejos e mestiços como representantes das raças inferiores e o clima e o solo como condicionantes da cultura do sertanejo. Neste sentido, Cunha não poderia apresentar o Conselheiro como um herói do povo sertanejo, como um benfeitor, pois, seguindo a lógica determinista, o Conselheiro, sendo um mestiço, representante das raças inferiores, era um degenerado racial e social, símbolo de retrocesso para a sociedade brasileira que, com a implantação do regime republicano, almejava o progresso nacional. Desta forma, em *Os Sertões*, está sempre presente

a noção do indivíduo como condensação extrema do meio social que, por sua vez, se explicara a partir da raça e das condições geográficas. [...] homem e comunidade são vistos como desequilibrados: afeta-os a insânia mística, a paranóia messiânica, numa palavra, **a aberração em face aos modos ‘civilizados’ de convivência.** (BOSI, 2002, p. 212/213, grifos nossos, aspas do autor).

Neste sentido, todas as vezes que, na obra *Os Sertões*, Euclides da Cunha aponta fatos notáveis para a personagem – como o caso do Conselheiro, um sertanejo que é, a princípio, como todos os outros, mas que forma uma comunidade que acaba entrando em conflito com o restante da nação e, por isso, torna-se personagem da história nacional – a notabilidade de seus feitos é negada, tendo em vista que a personagem é fruto da miscigenação de raças

ocorrida no interior do sertão e que, portanto, o que o moveria seria a insânia e a paranóia. Vejamos um trecho de *Os Sertões* no qual Cunha se refere à miscigenação:

SD6: A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. **A mestiçagem extremada é um retrocesso.** (CUNHA, 1996, p. 91, grifos nossos).

Nesta SD, o autor reproduz o discurso determinista a respeito do caráter prejudicial da miscigenação, evidenciando que a mistura de raças seria um retrocesso. Neste sentido, o cruzamento de raças não traria danos somente para o indivíduo, mas também para a sociedade. Na obra, Cunha continua a tratar da miscigenação e do seu produto, o mestiço, nos seguintes termos:

SD7: De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – **é, quase sempre, um desequilibrado.** [...] **E o mestiço** – mulato, mameluco ou cafuz – **menos que um intermediário é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.** Contrastando com a fecundidade que acaso possuía, ele revela casos de hibrididade moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mas frágeis, irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, **feridos pelas fatalidades das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida.** (CUNHA, 1996, p. 91, grifos nossos).

Influenciado pela ideologia determinista, Cunha afirma que, na maioria das vezes, **o mestiço é um desequilibrado.** Porém, quando o autor se refere aos mestiços do sertão nordestino – o mulato, o mameluco ou o cafuz, diz que eles são **menos que um intermediário**, ou seja, uma sub-raça. Para o autor, eles são **decaídos**, pois não possuem **a energia física dos antecedentes selvagens, nem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.** Neste sentido, é a partir desta posição-sujeito – que admite a existência de raças superiores e inferiores – que Cunha avalia os sertanejos e, conseqüentemente, o Conselheiro, que é um deles. Tendo em vista o caráter determinista do livro *Os Sertões*, ao traçar o perfil do sertanejo, Cunha o faz, na maioria das vezes, de acordo com a ideologia determinista e, na leitura do livro, percebemos que esse raciocínio perpassa todo o enredo.

A obra *Os Sertões* é dividida em três partes: A Terra, O Homem e A Luta. Na primeira parte, o autor apresenta as características do solo, da vegetação e do clima do sertão nordestino; na segunda parte, expõe a adaptação do homem brasileiro às diferentes regiões do

país, e, também, como a mistura de raças e as peculiaridades do solo, vegetação e clima influenciam em tal adaptação e no comportamento das pessoas; por fim, apresenta as causas da Guerra de Canudos e a luta entre o Exército e os sertanejos até a completa destruição de Canudos. Para Bosi, a ordem das partes dispostas no livro não é gratuita:

vincula-se à cultura do autor e de seu tempo, determinista. Os fundamentos de toda realidade repousam na *matéria*; por sua vez, a *vida*, manifestação orgânica da matéria, supõe a matéria inorgânica. Daí a necessidade de começar pelo estudo da infra-estrutura *geológica*, passando depois aos acidentes do solo, às variações do clima para estender-se às formas do ser vivo: a flora, a fauna e, último elo da cadeia, o *homem*. (BOSI, 2002, p. 209, itálicos do autor, grifos nossos).

Isso significa que a ideologia determinista não influenciou somente o modo como Cunha abordou o episódio da Guerra de Canudos ou o modo como descreveu Antônio Conselheiro, os sertanejos e o arraial onde viviam, mas que a ciência determinista influenciou também a forma de organização da obra.

No livro de Cunha, Antônio Conselheiro tem lugar de destaque na segunda parte da narrativa, na qual o autor narra a história de vida da personagem. Consta, no livro *Os Sertões*, que o Conselheiro andava pelo sertão brasileiro fazendo rezas, dando conselhos, consertando igrejas e cemitérios com a ajuda do povo e, aos poucos, foi ganhando fama de apóstolo e milagreiro e, a partir de então, foi sendo acompanhado por seguidores em suas andanças. O seguinte fragmento de *Os Sertões* apresenta um trecho do jornal *Folhinha de Laemmerte*, de 1877, contendo essas informações:

SD8: Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. **Deixou crescer a barba e os cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos;** e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura. (CUNHA, 1996, p.132-133, grifos nossos).

Nessa SD, Cunha mostra para os leitores a vida de Conselheiro bem antes da fundação de Canudos. A questão é que o autor faz essa apresentação lançando mão de uma notícia de jornal, ou seja, do discurso jornalístico, investido do mito de objetividade e literalidade próprio desse discurso. De acordo com Mariani (1998), o discurso jornalístico é construído

com base em dois mitos: o da informação jornalística e o da comunicação linguística, os quais sustentam a ideia de que a informação neutra, objetiva e imparcial seria o resultado do domínio da linguagem referencial (MARIANI, 1998)¹⁰. A estratégia de usar o discurso jornalístico inserido no discurso literário faz com que o último adquira um efeito de sentido de verdade, ou seja, um efeito de sentido de literalidade e objetividade.

De acordo com a SD8, Conselheiro já era conhecido no sertão nordestino e atraía atenção nos lugares por onde passava. Contudo, a personagem ainda não era considerada intrusa pela Igreja Católica, pois os padres consentiam que realizasse suas pregações pelos vilarejos. Também consta nesta SD que Antônio Conselheiro já causava impacto nas pessoas por sua aparência característica e pelo seu estilo de vida.

Com o tempo, o Conselheiro passa a ser considerado um profeta pelos sertanejos e começa a entrar em atrito com a arquidiocese da Bahia, tendo em vista que por onde passava tornava-se máxima autoridade religiosa, deixando em segundo plano a figura dos párocos. No enredo de *Os Sertões*, Cunha apresenta esta situação para os leitores, transcrevendo um trecho de um ofício enviado pelo delegado de Itapirucu ao chefe de polícia da Bahia, para informar a estada de Conselheiro na referida cidade:

SD9: Fez neste termo seu acampamento e presentemente está no referido arraial construindo uma capela a expensas do povo. [...] **é acompanhado por centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e cumprem suas ordens de preferência as do vigário da paróquia.** [...] posso afirmar que adoram-no, como se fosse um Deus vivo. Nos dias de sermões, terços e ladainhas, o ajuntamento sobe a mil pessoas. (CUNHA, 1996, p. 141, grifos nossos).

Pelo fato de Antônio Conselheiro ser seguido por centenas ou milhares de pessoas, de ser adorado como um Deus vivo e de exercer mais influência nas pessoas que os próprios vigários, em 1882, o arcebispo da Bahia enviou uma circular a todos os párocos do estado, dando ordem para que proibissem o Conselheiro de realizar pregações nas freguesias:

¹⁰ Para Mariani (1998), “a noção de informação no jornalismo também precisa ser avaliada como decorrência das leis que constituem a ideia de liberdade presente na imprensa. Observando a ‘comunicação referencial’ por este ângulo, **comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé**”. (MARIANI, 1998, p. 73, aspas da autora, negritos nossos).

SD10: Chegando ao nosso conhecimento, que pelas freguesias do centro deste arcebispado, anda um indivíduo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo, que se reúne para ouvi-lo, doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida com que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares, **ordenamos a V. Revma., que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos paroquianos que lhes proibimos absolutamente, de se reunirem para ouvir tal pregação.** (CUNHA, 1996, p. 140, grifos nossos).

Após esta proibição por parte da arquidiocese, aos poucos, o Conselheiro começa a ser impedido pelos vigários de pregar em suas freguesias. Isto, porém, não impediu que a personagem continuasse sendo seguida por seus fiéis.

Observa-se em *Os Sertões* que, quando foi instalada a República no Brasil, o Conselheiro não aceitou a nova forma de governo e, então, começou a pregar contra o novo regime, declarando-se, publicamente, monarquista. Na obra, constatamos a posição política do Conselheiro na seguinte passagem na qual a personagem prega contra o novo regime:

SD11: Viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893 uma feição combatente inteiramente nova. Originou-a fato de pouca monta. Decretada a autonomia dos municípios, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituíam a imprensa, editais para a cobrança de impostos, etc. Ao surgir esta novidade Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. **Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o ‘auto-de-fé’, que a fraqueza das autoridades não impedira, e pregou abertamente a insurreição contra as novas leis.** (CUNHA, 1996, p. 144, grifos nossos).

Nessa SD, consta que Conselheiro **viu a República com maus olhos** e que **pregou abertamente a insurreição contra as novas leis com gritos sediciosos e estrepitar de foguetes**, ou seja, a personagem declara-se, publicamente, contrária ao regime republicano e às suas normas. Pelo fato de a personagem exercer grande influência na população do sertão e por sustentar essa posição avessa ao novo regime político instalado no Brasil, acabou sendo perseguida pela polícia e parou de andar por vilarejos e cidades.

SD12: Endireitou, rumo firme, em cheio para o norte. Os crentes acompanharam-no. Não inquiriram para onde seguiam. **E atravessaram serranias íngremes, tabuleiros estéreis e chapadas rasas, longos dias,** vagarosamente, na marcha cadenciada pelo toar das ladainhas e pelo passo tardo do profeta. (CUNHA, 1996, p. 145, grifos nossos).

Consta em *Os Sertões* que a personagem se dirigiu com seu fiéis até uma fazenda abandonada, no interior da Bahia, chamada Canudos. De acordo com Cunha, aquela fazenda adquiriu esse nome, porque a população que lá vivia se ocupava quase exclusivamente em “beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão” (CUNHA, 1996, p. 146)¹¹, retirados da própria natureza. Naquela fazenda abandonada, Antônio Conselheiro fundou o arraial de Canudos, que atraiu expressivo número de moradores. Em sua obra, Cunha não especifica o número de habitantes de Canudos; ao final do livro, apenas escreve que, depois da destruição do arraial, foram contadas 5.200 casas. Lacerda (1997), em seus estudos, concorda com o número de habitações apresentadas por Cunha e defende que Canudos tenha sido a cidade com maior número de habitantes da Bahia na época:

Em apenas dois anos, (Canudos) **tornou-se a cidade mais populosa da Bahia, reunindo aproximadamente 5.200 domicílios**, entre casas e casebres. **As estatísticas apontam, no auge do assentamento, para um total de 25 mil a 30 mil residentes**, entre homens, mulheres, velhos e crianças, bastando para isso que houvesse uma média de cinco pessoas em cada uma das casas. (LACERDA, 1997, p. 27-28, grifos nossos).

Lacerda apresenta a quantidade aproximada de residentes do arraial em números. Cunha, porém, demonstra o número de habitantes de Canudos da seguinte maneira:

SD13: Assim mudavam-se os lares. **Inhambupe, Tucano, Cumbe, Itapirucu, Bom Conselho, Natuba, Maçacará, Monte Santo, Jeremoabo, Uauá, e demais lugares próximos; Entre Rios, Mundo Novo, Jacobina, Itabaiana, e outros sítios remotos, forneciam constantes contingentes.** Os raros viajantes que se arriscavam a viagens naquele sertão topavam grupos sucessivos de fiéis que seguiam, ajuizados de fardos, carregando as mobílias toscas, as canastras e os oratórios, para o lugar eleito. **Isoladas a princípio, essas turmas adunavam-se pelos caminhos, aliando-se a outras, chegando, afinal, conjuntas, a Canudos. O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas.** (CUNHA, 1996, p. 147, grifos nossos).

Cunha demonstra, em sua obra, a dimensão alcançada por Canudos, indicando algumas das cidades que **forneciam constantes contingentes**, ou seja, de acordo com o autor, havia um fluxo diário de pessoas que deixavam essas cidades em direção a Canudos e, conseqüentemente, Canudos **crescia vertiginosamente, coalhando as colinas**. Em

¹¹ Consta, em nota na obra *Os Sertões*, que as informações a respeito da vida dos moradores da fazenda Canudos foram colhidas do Padre V. F. P., vigário de Itu, na forma de informações manuscritas que datam do ano de 1898.

decorrência da extensão demográfica alcançada pelo arraial, aliada ao posicionamento contrário à República mantido por Conselheiro, Canudos foi considerado um foco monarquista, que deveria ser combatido pelo governo. O trecho seguinte, retirado do livro *Os Sertões*, apresenta o relato do general Frederico Sólón, comandante do 3º Distrito Militar:

SD14: A 4 de novembro do ano findo [1896] em obediência à ordem já referida [envio de praças para Juazeiro], prontamente satisfiz a requisição, pessoalmente feita pelo Dr. Governador do Estado, de uma força de cem praças da guarnição para ir bater os fanáticos do arraial de Canudos, asseverando-me que, para tal fim, era aquele número mais que suficiente. (CUNHA, 1996, p. 180, grifos nossos).

Em consonância com o enredo de *Os Sertões*, a forma encontrada pelo governo baiano para combater os sertanejos de Canudos, ou, nas palavras do general Sólón, “Bater os fanáticos”, foi por meio de armas e força policial. Notamos que Cunha, nessa parte da narrativa, faz uso de um mecanismo do discurso jornalístico, o relato de um episódio feito por pessoas que dele participaram. Desta forma, o autor aplica na narrativa de *Os Sertões* o discurso jornalístico em sua modalidade de **discurso sobre**, no qual quem escreve não se envolve com o fato, mas apenas fala sobre ele, ou seja, distancia-se dele (MARIANI, 1998). Nesse caso, Cunha somente apresenta o relato de como foi organizada a primeira batida policial contra os jagunços do Conselheiro e o efeito de sentido alcançado é que esse episódio ocorreu, justamente, dessa forma, ou seja: eis o mito da informação jornalística atuando na narrativa de *Os Sertões* para obter um efeito de objetividade. A partir desse capítulo de *Os Sertões*, Euclides da Cunha narra as fases da luta entre o Exército e os sertanejos, até a morte dos últimos sertanejos alojados em Canudos e a consequente vitória do Exército:

SD15: Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5.000 soldados. (CUNHA, 1996, p. 476, grifos nossos).

Em primeiro lugar, nessa SD, Cunha apresenta Canudos como um exemplo de resistência. Orlandi (2007), em estudos sobre o silêncio, ao trabalhar a questão de sentidos permitidos e proibidos de circularem em uma dada conjuntura, pontua os elementos da censura e da recusa de se submeter a ela. Para a autora, em termos discursivos, toda censura gera uma resistência. Nesse sentido, vimos até agora que, no enredo da obra *Os Sertões*, o Conselheiro, por não possuir vínculos com a igreja católica, foi proibido de pregar para o

povo, como também, foi perseguido por força policial por pregar, ou seja, por expor suas ideias contrárias ao regime republicano. Podemos dizer que o discurso religioso e o discurso político do Conselheiro foram censurados pelos poderes eclesiásticos e pelos poderes governamentais da época. Orlandi (2007a) defende que a censura é uma forma de opressão por parte de quem detém o poder:

Já é bem conhecido o fato de que o poder se exerce acompanhado de um certo silêncio [De CERTEAU, 1980]. É o silêncio da opressão. Nosso interesse, aqui, no entanto, incide sobre o outro lado, o silêncio do oprimido. E nós o inscrevemos nisso que denominamos o Discurso da Resistência, considerando-o como uma forma de oposição ao poder. (ORLANDI, 2007, p. 101, grifos nossos).

Tendo em vista que o Conselheiro é acompanhado por centenas e milhares de pessoas, conforme dito na obra *Os Sertões*, e que seu discurso vinha ao encontro do discurso dos poderes constituídos, colocando-os em risco, os sentidos produzidos pela personagem deveriam ser silenciados. Isso significa que o Conselheiro foi oprimido pelas autoridades em relação do seu direito de expressão, ou seja, houve uma tentativa de silenciamento do discurso do Conselheiro, o que, conseqüentemente, de acordo com Orlandi (2007a), gera um discurso de resistência. A autora define a censura da seguinte maneira:

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. (ORLANDI, 2007a, p. 104).

Neste sentido, na conjuntura do final do século XIX, quando se buscava a consolidação da República no Brasil, que tinha por objetivo o progresso da nação, o Conselheiro é proibido de estar inscrito em uma formação discursiva de pregador profético e de monarquista, ou seja, a personagem é impedida de ocupar estas posições. Assim, na sociedade brasileira, para a personagem não havia

lugar para manter esse discurso. Logo, não se trata de autocensura mas de censura. **Para dizer ‘isso’ que estaria nessa posição, o sujeito tem que construir um outro lugar, para ser ‘ouvido’, para significar.** Por outro lado, é preciso observar que, **quando falamos de censura [silêncio local], não se trata do dizível sócio-historicamente determinado [o interdiscurso, a memória do dizer], mas do dizível produzido pela intervenção de relação de forças nas circunstâncias da enunciação: não se pode dizer aquilo que [se poderia dizer mas] foi proibido.** Neste sentido, a censura não é um fato da constituição [eixo vertical, interdiscurso, segundo Courtine,

1983], mas de sua formulação [eixo horizontal, da enunciação, segundo Courtine, *idem*]. **São sentidos historicamente dizíveis mas proibidos.** (ORLANDI, 2007, p. 105, grifos nossos).

Neste sentido, tendo em vista que a questão da censura é uma questão de proibição de identificação ou inscrição em determinadas formações discursivas, fora de Canudos, Conselheiro e seus adeptos não tinham possibilidade de ser fiéis do Conselheiro e monarquistas, considerando que a formação discursiva hegemônica da nação na época era a republicana, a qual não sustentava o discurso religioso pregado por Conselheiro. Logo, o Conselheiro, não aceitando a censura imposta, cria um lugar onde possa sustentar seu discurso. Este lugar é Canudos.

Na obra *Os Sertões*, Cunha também revela o crime que a Guerra de Canudos representou e que ele se propôs a denunciar no início da obra. Porém, ocorre que, ao escrever a obra, Euclides da Cunha não procurou somente recontar a história da Guerra de Canudos, denunciando-a como um crime, pois tentou, também, elaborar “um compêndio do conhecimento da época, uma explicação para Canudos” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 280). Além disso, influenciado pelo determinismo do final do século XIX, que pregava a existência de raças superiores e inferiores, apontou a mestiçagem existente no sertão como um dos fatores responsáveis pelo conflito entre os sertanejos e a população do litoral.

O resultado desse olhar determinista com que o autor procurou explicar o conflito resultou na cristalização dos sentidos que conhecemos a respeito de Antônio Conselheiro, os quais, agora, são objeto de estudo da presente pesquisa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: RUPTURAS E ARTICULAÇÕES

A AD caracteriza-se, como se vê, desde o seu início, por um viés de ruptura a toda uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise (FERREIRA, 2003).

De acordo com Orlandi (2007b), um dos objetivos da AD é a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos para e por sujeitos. A presente pesquisa tem como objeto simbólico a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e procura compreender que efeitos de sentidos ela produz para os leitores e por que produz tais sentidos, e não outros, sobretudo no que se refere à personagem Antônio Conselheiro.

A produção de sentidos, por sua vez, acontece no interior de processos históricos e ideológicos que a AD, como dispositivo teórico, tenta desvendar, interrogando e buscando apoio em algumas áreas das ciências sociais e humanas. Nesse sentido, a AD apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma teoria crítica da linguagem e como uma disciplina de entremeio, por se desenvolver no interior de outras áreas do conhecimento, quais sejam, a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. A esse respeito, Mariani (1998) diz que a AD

encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito. (MARIANI, 1998, p. 23).

Portanto, a AD é uma teoria crítica da linguagem na medida em que, ao reinvestigar seus fundamentos, está questionando-os constantemente, e é uma disciplina de entremeio por integrar conceitos de outros campos do conhecimento.

Pêcheux, que assentou os alicerces da AD, ao buscar apoio em outras teorias na tentativa de apreender o processo de constituição dos sentidos, discute a relação entre a linguagem e sua exterioridade. Nesse sentido, atribui ao Materialismo Histórico – que se ocupa da sociedade, da história e da ideologia – o papel de “teoria das formações sociais e suas transformações” (BRANDÃO, 2004, p. 38); à Linguística – que se ocupa da linguagem – o papel de “teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação” (idem, ibidem); e à Teoria do Discurso o papel de “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (idem). Essas três regiões do conhecimento são atravessadas pela noção de sujeito, dividido entre o consciente e o inconsciente, de acordo com a psicanálise.

Dessa forma, ao tentarmos compreender os efeitos de sentido provenientes da obra *Os Sertões*, não estaremos realizando uma análise conteudista, que responderia a questões como: o que o autor quis dizer em tal trecho? ou, o que o texto em si quer dizer? Em AD, a questão a ser respondida é: “Como este texto significa?” (ORLANDI, 2007b, p. 17), buscando-se o porquê de tal significação, o que leva o analista a relacionar a materialidade do texto com questões que extrapolam a linguística.

Na obra *Os Sertões*, logo no início da apresentação de Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha fala acerca da religiosidade da personagem da seguinte maneira:

SD16: Todas as **crenças ingênuas**, do fetichismo bárbaro às **aberrações católicas**, todas as **tendências impulsivas das raças inferiores**, livremente exercitadas na **indisciplina da vida sertaneja**, se condensaram no seu **misticismo** feroz e extravagante. (CUNHA, 1996, p. 121, grifos nossos).

Considerando que a AD relaciona a materialidade do texto com questões que não dizem respeito à linguagem, nesta SD, as questões levantadas pelo analista de discurso consistiriam em: quais seriam exatamente as “crenças ingênuas” a que Cunha se refere? Ingênuas para quem? De que “aberrações católicas” ele está falando? Aberrações em que época? E, quando ele menciona a sequência “raças inferiores”, de quais raças fala ele e por quê? Cunha qualifica a vida sertaneja como indisciplinada, mas o que seria “indisciplina” para o autor? Teria “indisciplinado” o mesmo significado para um sertanejo? Com relação à palavra “misticismo”, o autor a usa para se referir à religião de Conselheiro, mas, então, por que não usa a palavra “religião” ao invés de “misticismo”? Possuem essas palavras a mesma significação?

Esses questionamentos demonstram que o sentido vai além das questões linguísticas, já que o texto, por si só, não é capaz de responder a eles. É nesse sentido que Pêcheux defende que “a Linguística é solicitada constantemente para fora de seu domínio” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 77, itálicos do autor). Portanto, para responder a essas interrogações, a AD busca respostas em outras áreas do conhecimento.

Ao fazer uso de conceitos referentes a outras teorias, a AD não o faz, porém, sem antes questioná-las e deslocá-las, operando uma reterritorialização desses conceitos, ou seja, fazendo com que haja uma ruptura em algumas noções dessas áreas. No que diz respeito à linguística, a AD rompe com o conceito de transparência da linguagem. Para a AD, a língua é opaca, “servindo tanto como instrumento que permite a comunicação como a não-comunicação” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 83). Com relação à Linguística, há, ainda, outro

deslocamento no qual o sentido não é definido de acordo com as condições de verdade, conforme dita a semântica logicista, mas é determinado historicamente (MARIANI, 1998). Na obra *Os Sertões*, encontramos a seguinte sequência a respeito do Conselheiro:

SD17: o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. **Todas as conjecturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario. A sua insânia estava, ali, exteriorizada.** (CUNHA, 1996, p. 131, grifos nossos).

Em leitura menos atenta dessa SD, poderíamos concordar com a insanidade da personagem, pois, nessa sequência, além de o autor colocar que o Conselheiro possuía um **temperamento delirante**, também se refere ao **desvario** da personagem e à **sua insânia**. Entretanto, uma leitura pautada em AD não ficaria presa somente à superfície do texto, uma vez que essa teoria não pensa a língua somente como transmissão de informação, mas como efeito de sentido, e mais, pensa, também, no que leva um texto a ter tal efeito de sentido e não outro. Dessa forma, o analista de discurso trabalharia, também, com as questões anteriormente levantadas, que dizem respeito às condições de produção¹² desse discurso, ou seja, o analista poderia fazer os seguintes questionamentos: para os sertanejos, o Conselheiro também seria insano? Quando o autor fala a respeito do temperamento delirante da personagem, a que ele se refere: ao estilo de vida de Conselheiro, a sua religiosidade? Cunha se refere às histórias ou aos comentários que circulavam em torno do Conselheiro como lendas, por quê? E o que seria esse viver misterioso do Conselheiro? O que o autor julga ser misterioso? É nesse sentido que a AD defende que a linguagem não é transparente, mas opaca, porque nela encontramos a historicidade e a ideologia dos discursos, ou seja, o que não é comunicado. No entanto, mesmo assim, a AD não rejeita as afirmações contidas no texto, mas as utiliza como ponto de partida para entender seu real significado.

Ao empregar as contribuições da psicanálise e do materialismo histórico em relação à noção de sujeito, a AD rompe com o conceito da psicologia e da sociologia que trata o sujeito como origem de si. Apoiando-se na psicanálise, que trabalha com a noção de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, a AD sustenta o postulado do materialismo histórico, segundo o qual o “indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”. Ou seja, para

¹² De acordo com Orlandi (2007), as condições de produção compreendem essencialmente os sujeitos, a situação e a memória envolvidas na produção dos discursos. A autora diz que “Podemos considerar as condições de produção em **sentido estrito** e teremos as **circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato**. E se as considerarmos em **sentido amplo**, as condições de produção incluem o **contexto sócio-histórico e ideológico**”. (ORLANDI, 2007, p. 30, grifos nossos).

a AD o sujeito só é considerado como tal a partir de sua entrada no simbólico, o que se dá inicialmente com o contato com a linguagem já antes do seu nascimento. A esse respeito, Fink (1998), retomando Lacan, diz que

nascemos em um mundo de discurso, um discurso ou linguagem que precede nosso nascimento e que continuará após a nossa morte. **Muito antes da criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo linguístico dos pais [...].** As palavras que usamos para falar da criança têm sido usadas, com frequência, por décadas, senão por séculos e, geralmente, os pais nem as definiram e nem as redefiniram, apesar dos muitos anos de uso. **Essas palavras lhes são conferidas por séculos de tradição.** (FINK, 1998, p. 21, grifos nossos).

Isso significa que o processo de interpelação ideológica tem início antes de nosso nascimento e que, enquanto sujeitos, não podemos nos encontrar fora da ideologia, uma vez que ela faz parte de nossa constituição.

Nesse sentido, Althusser ([1976] 1985), ao propor uma teoria das ideologias e da interpelação ideológica, defende que o fato de sermos **sempre já** sujeitos “é a mais simples realidade, acessível a qualquer um, sem nenhum paradoxo” (ALTHUSSER, [1976] 1985, p. 98). Afirmando que a ideologia “sempre já interpelou os indivíduos em sujeitos”, o autor aponta que

as formas da ideologia familiar/paternal/maternal/conjugal/fraternal, que constituem a espera do nascimento da criança, lhe conferem antecipadamente uma série de características: ela terá o nome de seu pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. **Antes de nascer a criança é portanto sujeito, determinada a sê-lo através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ele é ‘esperado’ após ter sido concebido.** (ALTHUSSER, [1976] 1985, p. 98, aspas do autor, negritos nossos).

Nesse sentido, verificamos o ponto de encontro entre a Psicanálise e o Materialismo Histórico: a tradição (nas palavras de Fink), a ideologia já está impregnando (interpelando) o **sempre-já-sujeito** no ventre materno. No que se refere ao Materialismo Histórico, há o rompimento com o conceito de ideologia enquanto máscara. Em AD, o trabalho da ideologia consiste na produção de evidências para o sujeito. De acordo com Pêcheux,

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da

linguagem’, o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÉCHEUX, 2009 [1988], p. 146, aspas e itálicos do autor, grifos nossos).

O autor nos mostra que, a partir do funcionamento da ideologia, o sujeito passa a ver o mundo que o cerca e os sentidos provenientes dele, como naturais, evidentes. Foi Althusser (1985 [1976]) quem definiu esse funcionamento ideológico apoiando-se na tese segundo a qual “A Ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985 [1976], p. 85). Para o autor, essa tese se justifica na medida em que a condição de existência do sujeito poderia ser outra e não fundamentalmente aquela que vivencia. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve a ausência do patrão nas grandes fazendas de gado no interior do Nordeste e a servidão “inconsciente” dos vaqueiros. Vejamos:

SD18: o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdam velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas. **Os vaqueiros são-lhes servos submissos. Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos – nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra – perdidos nos arrastadores e nos mocambos; e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem.** O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes. (CUNHA, 1996, p. 101, itálico do autor, grifos nossos).

Na conjuntura do interior do sertão nordestino, no final do século XIX e início do século XX, tal como descrita por Cunha, era normal e evidente para os vaqueiros que os donos dos rebanhos ficassem ausentes e que eles lhes servissem incondicionalmente. Esta seria a concepção “imaginária” dos sertanejos de suas “reais condições de existência”, imaginária porque não necessariamente suas condições de vida deveriam ser assim, só o eram porque foram impostas (ideologicamente) por outrem. O trabalho do processo ideológico faz com que o sujeito não questione a realidade, ou não imagine outra realidade, pois, para ele, sua situação de existência é evidente. E mais, o processo ideológico de constituição dos sujeitos e dos sentidos não é percebido pelo sujeito. Orlandi (2007b) nos diz que a principal característica da ideologia “é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento” (ORLANDI, 2007b, p. 16).

Quem veio questionar essa realidade, confrontando-se com a ideologia dominante no sertão nordestino, foi Antônio Conselheiro. Como já dissemos anteriormente, não é possível para o sujeito se encontrar fora da ideologia uma vez que esta o constitui. Dessa forma, o Conselheiro confronta a ideologia dominante com outra de caráter religioso e que encoraja os

sertanejos a abandonar as fazendas de gado onde trabalhavam, para viver em um lugar onde não existia a divisão de classes “patrão” e “empregado” e, para, conseqüentemente, cada um trabalhar para seu próprio sustento. Assim, percebemos que, no enredo da obra, Euclides da Cunha mostra que, na questão da Guerra de Canudos, estava envolvida, além de questões religiosas e “políticas”, uma questão de ordem social, porque, enquanto nos centros urbanos e nas capitais do país, estava sendo pregado um discurso de desenvolvimento e progresso, almejado pelo novo regime político, no interior do país, a população continuava abandonada e esquecida pelo governo e, de acordo com a visão do autor, à mercê de qualquer louco ou charlatão que os iludisse.

O lugar proposto por Conselheiro, onde não haveria exploração, nem fome e nem miséria, era Canudos:

SD19: Lá [Canudos] se firmou logo um regime modelado pela religiosidade do apóstolo extravagante. [...]. **o sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto.** Absorvia-o a psicose coletiva. **E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades – jagunço.** (CUNHA, 1996, p. 152, itálico do autor, grifos nossos).

Com essa SD, que descreve o regime em que viviam os sertanejos em Canudos, podemos exemplificar as rupturas operadas pela AD na Linguística, na Psicanálise e no Materialismo Histórico, vistas até o presente momento.

Com relação ao deslocamento referente à Linguística, segundo o qual a linguagem não é vista como um instrumento de comunicação de informações, ou seja, a linguagem não é concebida como transparente, podemos observar que o termo “jagunço” possui um determinado efeito de sentido para o autor de *Os Sertões* e outro para os habitantes de Canudos: para estes, a palavra “jagunço” nomeia os moradores do arraial que vivem sob o regime ou a proteção do Conselheiro; para aquele, o termo nomeia “o fanático destemeroso e bruto”, já que, originalmente, nomeava os “turbulentos de feira, os valentões das refregas eleitorais e os saqueadores de cidades”.

Na sequência “O sertanejo simples transmudava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto”, ressaltamos o deslocamento segundo o qual o sujeito não é origem, causa de si, mas que é cindido entre o consciente e o inconsciente e é interpelado ideologicamente. O que faz com que o sertanejo seja um sujeito simples ou um fanático destemeroso e bruto é a interpelação ideológica a que é submetido e não uma luz divina que

orienta sua conduta; e mais, o sujeito não tem consciência desse processo nem controle sobre ele. É nesse sentido que a ideologia em AD não é vista enquanto máscara ou ocultação da realidade, mas enquanto produção de evidências. Quando o sertanejo trabalhava para o fazendeiro era evidente a sua situação de submissão e fidelidade ao patrão, tanto que essa realidade não era questionada. A partir do momento em que Antônio Conselheiro entra em cena, apresentando outro modo de vida (religiosa), no qual o sertanejo trabalhava para seu próprio sustento, torna-se evidente que ele deve lutar por esse direito, transformando-se num “fanático destemeroso e bruto”.

O objeto teórico da AD – o discurso – definido, de acordo com Pêcheux (1988), como “efeito de sentido entre locutores”, é de suma importância para a disciplina por ser um processo social que une o linguístico e o histórico. Ao integrar o fator histórico no linguístico, “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 2004, p. 46), sendo, portanto, o lugar onde acontece o encontro desta com a língua.

Para explicar esse encontro da língua e da ideologia no discurso, Pêcheux busca apoio na concepção de Althusser (1985 [1976]) acerca do “efeito ideológico elementar”, concepção que destaca as questões da evidência de transparência da linguagem e da evidência do sujeito:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ [portanto inclusive as evidências da ‘transparência’ da linguagem], a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985 [1976], p. 94, aspas do autor, negritos nossos).

Já que a ideologia é uma concepção imaginária do mundo, das coisas e das condições reais de existência, ela funciona na reprodução das relações de produção, interpelando indivíduos em sujeitos ideológicos e fazendo com que ocupem determinados lugares em uma formação social e, como consequência, profiram determinados discursos, mecanismo esse que se encontra apagado para o sujeito. De acordo com Pêcheux (1988), o apagamento do processo ideológico da interpelação-assujeitamento “resulta do processo de identificação do sujeito com a posição a que foi levado a ocupar” (MARIANI, 1998, p. 25). Ainda de acordo com Mariani,

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe parece como evidente, ie, natural para ele enunciar

daquele lugar. O sujeito se imagina uno, fonte do dizer e senhor de sua língua; do mesmo modo, parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra. **O funcionamento ideológico provoca as ilusões descritas: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes.** (MARIANI, 1998, p. 25, grifos nossos).

Isso significa que o encontro entre língua e ideologia acontece no momento em que o indivíduo, interpelado em sujeito, ocupa determinado lugar em uma formação social e passa a enunciar, ou seja, a produzir discursos, a partir desse lugar, tomando os sentidos ali constituídos como evidentes.

Neste ponto, devemos ressaltar que o processo de interpelação ideológica do sujeito não é livre de falhas ou de enfraquecimentos, uma vez que o processo de interpelação nunca acontece de forma completa ou imutável. Se esse processo não fosse assim, teríamos sempre as mesmas opiniões sobre determinado assunto no decorrer de nossas vidas, faríamos sempre as mesmas escolhas e teríamos sempre as mesmas crenças. Se o ritual de interpelação ideológica não fosse passível de falhas, o sertanejo do interior da Bahia nunca deixaria de ser vaqueiro para se tornar o “jagunço fanático, destemeroso e bruto” descrito por Cunha em *Os Sertões*.

Isso acontece porque o sujeito não ocupa apenas um, mas vários lugares em uma formação social, e porque, conforme Mariani (1998), os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são também constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. Em relação à quebra do ritual ideológico de assujeitamento, Pêcheux (1988) nos diz o seguinte:

O lapso e o ato falho [falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica] **bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não detectável da resistência e da revolta:** formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, **vitórias ínfimas que,** no tempo de um relâmpago, **colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.** (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 278, grifos nossos).

Dessa forma, é na possibilidade de um deslize no discurso, de um lapso, da troca de uma palavra por outra, ou mesmo do silêncio, deslocando sentidos ou processos enunciativos já cristalizados, que consiste a resistência em termos discursivos.

No caso da obra *Os Sertões*, a resistência/transformação acontece no momento em que o ritual de interpelação ideológica falha em Antônio Conselheiro, não o constituindo em sujeito republicano. A partir desse momento, o Conselheiro, tirando partido da instabilidade

do novo regime político nacional, sustenta um discurso monarquista, desencadeando novas práticas ideológicas no interior do sertão (a implantação de um regime coletivo de sobrevivência em Canudos) e criando uma resistência discursiva em relação ao discurso republicano, uma vez que este não tinha lugar em Canudos.

A AD, ao trazer questões políticas em suas discussões, investiga as relações de força que agem em uma sociedade e a importância política do trabalho intelectual. Nesse sentido, “os trabalhos em AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica” (MARIANI, 1998, p. 26). Os trabalhos em AD, principalmente os desenvolvidos no Brasil, representam uma forma de “resistência a um modo de produção do conhecimento e a uma concepção de história” (ibidem).

Nesse sentido, trabalhar com a AD significa assumir uma posição crítica quanto aos sentidos que nos cercam e que são tidos como evidentes, tal como veremos na sequência.

2.1 Uma questão de sentido

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1988).

Como já foi dito, a AD rejeita que a linguagem seja transparente e objetiva, afirmando, em contrapartida, sua opacidade. Sendo assim, a AD também recusa uma tradição filosófica idealista que admite a equivalência entre linguagem, pensamento e realidade e, se não concebe a linguagem dessa forma, questiona a relação entre ela e a exterioridade.

Relembrando, por exemplo, o termo “jagunço”, que possuía sentidos distintos para os sertanejos de Canudos e para Euclides da Cunha, percebemos, na prática, que não há a literalidade de sentidos pregada pela filosofia idealista, para a qual a língua é “concebida como visão-percepção do mundo e, em seu limite, como origem deste último.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 173). É precisamente nesse ponto que acontece a intervenção da AD, pois, ao ser apresentada como a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”

(PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 164), questiona justamente a relação entre a linguagem e a exterioridade no processo de produção de sentidos.

Ao buscar uma resposta a esse questionamento, a AD diferencia exterioridade e realidade. De acordo com Mariani (1998), em AD,

exterioridade não se confunde com a realidade empírica. O que chamamos de realidade é resultado da construção/rememorialização cotidiana de concepções que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo. A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas, sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe nas suas práticas sociais e languageiras. (MARIANI, 1998, p. 27, grifos nossos).

Isso quer dizer que, ao interpretar/significar suas práticas sociais e de linguagem, o sujeito está, ao mesmo tempo, produzindo sentidos e construindo sua realidade empírica, ou seja, por meio da interpretação, a realidade toma forma e o sentido visibilidade através de consensos socialmente estabelecidos. Na obra *Os Sertões*, Euclides da Cunha relata, da seguinte forma, como os vaqueiros curavam o gado no interior do sertão:

SD20: Se a bicheira devasta a tropa, sabem de específico mais eficaz que o mercúrio: a reza. Não precisam de ver o animal doente. **Voltam-se apenas na direção em que ele se acha e rezam, tracejando no chão inextricáveis linhas cabalísticas. Ou então, o que é ainda mais transcendente, curam-no pelo rastro.** E assim passam numa agitação estéril. Raro, um incidente, uma variante alegre, quebra a sua vida monótona. (CUNHA, 1996, p. 103, grifos nossos).

Essas práticas de cura do gado utilizadas pelos vaqueiros no final do século XIX não foram criadas pelos vaqueiros daquela época, mas foram crenças passadas de geração em geração sem serem questionadas, apenas repetidas. O vaqueiro, por sua vez, atribui sentido para essas crenças que se tornaram práticas e fazem com que elas se tornem parte de sua realidade. Assim, a realidade vivenciada pelos vaqueiros na obra *Os Sertões* era o resultado da recordação de crenças e de práticas cotidianas, passadas por meio da tradição, as quais não eram discutidas, apenas interpretadas (se a cura de fato aconteceu), significadas e praticadas tanto no âmbito social quanto no languageiro.

Nesse sentido, Mariani (1998) nos diz que

significar, do ponto de vista discursivo, é mais do que referir ou designar coisas ou manifestar as intenções. Significar, ou produzir sentidos, está na

ordem do discurso, que é uma ordem distinta da ordem da língua, mas que a supõe como base (MARIANI, 1998, p. 27, grifos nossos).

Para a autora, significar ou produzir sentidos está na ordem do discurso e não da língua, porque esse processo apenas se manifesta na língua, mas conjuga nela a história e a ideologia, sendo, portanto, um processo discursivo. Tanto é assim que as fórmulas de cura do gado pronunciadas pelos vaqueiros do sertão nordestino se manifestavam na língua, mas eram de conteúdo/cunho histórico e ideológico. Em outras palavras, produzir sentidos não é tarefa do código linguístico, mas, tarefa da história e da ideologia.

Tendo em vista que o processo de significação é da ordem do discurso, podemos dizer que a produção de sentidos se desenvolve por meio da tensão entre a paráfrase e a polissemia. Com relação a esses processos, Orlandi (2007) escreve que

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que **na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.** (ORLANDI, 2007, p. 36, grifos nossos).

Isso quer dizer que ora os sentidos se repetem, ora se alteram pelo lapso, pelo ato falho ou pela quebra de rituais enunciativos. Sendo os processos parafrásticos a retomada de dizeres já ditos noutra lugar, encontra-se nesse processo o dizível, a memória do dizer. Assim, a produção de sentidos não envolve somente as relações atuais de significação, mas sentidos anteriores, os quais poderão refletir-se em processos futuros de produção de sentidos.

Sendo a história e a ideologia postas em relação com os processos de significação, podemos dizer que, apesar de a base linguística ser a mesma para todos, sujeitos que ocupem posições discursivas distintas (que não compartilhem da mesma ideologia) ou que se encontrem em espaços de tempo diferenciados poderão produzir sentidos diferentes com relação a um mesmo tema. A esse respeito, Pêcheux diz que

o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. **Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso.** (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 278, itálico do autor, grifos nossos).

Trazendo para a prática as palavras de Pêcheux, a partir da leitura da obra *Os Sertões*, percebemos que, apesar do Conselheiro (e dos sertanejos que viviam em Canudos) e os adeptos do regime republicano compartilharem a mesma língua, ambos atribuíam sentidos diferentes à palavra “República” e produziam discursos diferentes com relação ao novo regime. Euclides da Cunha expõe da seguinte maneira a forma como o Conselheiro concebia a República:

SD21: O rebelado arremetia contra a ordem constituída [o regime republicano] **porque se lhe afigurava iminente o reino de delícias prometido.** Prenunciava-o a República – pecado mortal de um povo – **heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anticristo.** (CUNHA, 1996, p. 165, grifos nossos).

SD22: É para minha guarda que tenho comigo estes homens armados, porque V. Rvma. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me no lugar chamado Massete, onde houve mortes de um e outro lado. **No tempo da monarquia deixei-me prender porque reconhecia o governo, hoje não, porque não reconheço a República.** (CUNHA, 1996, p. 169, grifos nossos).

Por meio das SDs expostas acima, entendemos que o Conselheiro não reconhecia a República e pregava contra ela porque a via como um sinal do fim dos tempos, pois considerava o novo regime como a “heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anticristo”, ou seja, o novo regime ia contra as leis de Deus. Já o frei João Evangelista Monte Marciano, um missionário¹³, também personagem do livro *Os Sertões*, era favorável à República e tinha uma opinião totalmente oposta à do Conselheiro com relação ao regime republicano. No enredo da obra, na ocasião de uma missão realizada em Canudos em 1895, frei Monte Marciano, em um diálogo com o Conselheiro, diz o seguinte:

SD23: ‘Senhor, se é católico deve considerar que **a Igreja** condena as revoltas e, **aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos em nome de Deus**’. (CUNHA, 1996, p. 169, grifos nossos).

¹³De acordo com *Os Sertões*, em maio do ano de 1895 o arcebispo baiano enviou o missionário frei João Evangelista Monte Marciano, juntamente com o frei Caetano de São Leo e do vigário do Cumbe, cujo nome não é dito, até o arraial de Canudos para realizar uma missão a fim de “[...] aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho no interesse de cada um e para o bem geral” (CUNHA, 1996, p. 168). Essa missão teve duração de quatro dias e acabou com a expulsão dos missionários de Canudos pelos conselheiristas. Cunha escreve que o motivo da expulsão dos missionários foi o fato de reincidir no assunto de que a monarquia seria uma doutrina errada.

A partir dessas SDs, percebemos que, segundo Cunha, enquanto o Conselheiro pregava que a República era sinal do “Anticristo”, frei Monte Marciano a defendia como um poder constituído que regia “os povos em nome de Deus”. Isso acontece porque, retomando o postulado de Pêcheux, embora a língua seja a mesma para todos, os sujeitos não produzem os mesmos discursos por ocuparem diferentes posições discursivas.

Isso significa que, em AD, para compreendermos o processo de produção de sentidos, devemos trabalhar com o conceito de discurso, que é o ponto de encontro da língua com a ideologia, somando a ele outro conceito essencial para a disciplina, que é o de interdiscurso, metaforicamente comparado a um arquivo (memória) de tudo o que já foi dito, porém esquecido, mas que afeta nossas formulações atuais. Com relação ao interdiscurso, Orlandi (2007b) diz o seguinte:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso, e, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2007, p. 31, grifos nossos).

Sendo o interdiscurso considerado a memória do dizer, podemos considerar que língua e história são elementos intrínsecos, ou seja, são noções inseparáveis, já que “os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe porque faz sentido” (MARIANI, 1998, p. 28).

Outra questão indispensável em AD é o conceito de inconsciente, definido por Lacan como estruturado enquanto linguagem. Com relação a esse conceito, Fink (1998) diz que

O inconsciente nada mais é do que uma ‘cadeia’ de significantes, tais como palavras, fonemas e letras, que se ‘desdobra’ de acordo com regras muito precisas sobre as quais o eu ou *self* não possui qualquer tipo de controle. Mais do que ser o lugar privilegiado da subjetividade, o inconsciente, como concebido por Lacan [...], é em si Outro, estranho, e inassimilável. (FINK, 1998, p. 26, aspas e itálico do autor, grifos nossos).

Ao defender que o inconsciente é estruturado como linguagem, ou que é uma cadeia de significantes, não quer dizer que ele funcione exatamente como as línguas naturais. Ao contrário, o inconsciente tem seu próprio mecanismo de funcionamento, como, por exemplo,

quebrar palavras (em letras e fonemas) e recombina-las como lhe pareça apropriado e, pelo fato de o sujeito não ter controle sobre esse processo acontecem os lapsos, os atos falhos e as quebras de rituais enunciativos.

Ainda segundo Fink (1998), pelo fato de o inconsciente ser estruturado como uma linguagem (sendo que esta é internalizada por meio dos discursos) e ser a linguagem o lugar onde habita o desejo, nosso inconsciente “*está repleto da fala de outras pessoas, das conversas de outras pessoas, e dos objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas* (FINK, 1998, p. 27, itálicos do autor). Assim, é nesse sentido que o inconsciente é considerado por Lacan como o outro, estranho e inassimilável, pois ele é constituído por uma linguagem que não tem origem em nós, mas vem até nós por meio de outrem.

Também importante para a AD é o conceito de domínios de pensamento, domínios que, de acordo com Pêcheux (1988), seriam sentidos historicamente estabilizados ou “pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar etc.” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 161).

Dessa forma, o que condiciona a produção de sentidos são as possibilidades de enunciação dos momentos históricos e a quebra de rituais enunciativos, ou seja, aquilo que falha. Esses processos resultam do trabalho da língua sobre ela mesma, que é um trabalho que se realiza no sujeito, não sendo ele sua origem. Como vimos anteriormente, a AD considera que a constituição dos sujeitos e dos sentidos acontece de forma recíproca no interior do processo de interpelação ideológica. No entanto, esse processo não leva à imutabilidade, uma vez que os processos discursivos, que têm como base a língua, acontecem nas práticas discursivas dos sujeitos.

Sendo a língua a base material dos processos discursivos, os quais são processos de produção de sentidos intimamente ligados com processos sócio-históricos, a AD não considera a língua como sendo um sistema linear, homogêneo e fechado como postulava Saussure. Sendo a língua a materialidade do discurso, Mariani (1998) diz que

Discursivamente, não há estabilidade, unidade e linearidade sem dispersão, da mesma forma que não há homogeneidade sem heterogeneidade. E, ampliando um pouco mais o leque, não há história sem práticas discursivas cotidianas que fixam ou podem modificar sentidos em disputa. (MARIANI, 1998, p. 29, grifos nossos).

Isso quer dizer que o significante é um elemento instável e que essa instabilidade afeta, de forma necessária e constitutiva, as leis internas que organizam o sistema linguístico. A instabilidade do significante advém do contato direto dele com o equívoco, com as lacunas,

com o não-dito, com os jogos de linguagem. Sendo assim, pode-se dizer que a instabilidade do significante afeta os processos discursivos em andamento, fixando ou modificando sentidos. Dessa forma, sendo as possibilidades enunciativas e o deslocamento de sentidos um trabalho da língua sobre ela mesma, a possibilidade de quebra da estabilidade do sistema linguístico é da ordem da língua. Sobre essa questão, Mariani (1998) defende que

é nas práticas de linguagem dos sujeitos duplamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente **que se dá a possibilidade de desestabilização da base linguística e, assim, da produção de novos sentidos.** (MARIANI, 1998, p. 30, grifos nossos).

Ou seja, os sujeitos, afetados pelo inconsciente (que é estruturado na forma de linguagem e sobre o qual eles não têm nenhum controle, já que se manifesta através do equívoco, do ato falho) e pela ideologia (que se materializa na língua), ao fazerem uso da língua, podem desestabilizá-la, produzindo novos sentidos. Retomando ainda uma vez o exemplo da palavra “jagunço”, que adquire duplo significado na obra *Os Sertões*, podemos dizer que foi pelo uso dessa palavra pelos sertanejos, afetados por uma nova ideologia (a religiosa, empregada pelo Conselheiro) e condicionados pelo inconsciente, que ocorreu a desestabilização do significante, passando a designar, para eles, os habitantes de Canudos e adeptos de Conselheiro, ao invés de “turbulentos de feira, valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades”.

Ainda em relação à reconceitualização da língua operada pela AD, Mariani (1998) cita em seus estudos o conceito de “língua empírica”, conceito proveniente de Aurox (1994), que ressalta o caráter de “atividade discursiva” da linguagem, onde o histórico prevalece com relação às convenções linguísticas. O conceito de língua desse autor, Mariani (idem, ibidem) coaduna com a concepção de língua de Guimarães (1989), que a defende como “um ‘conjunto’ de relações” (GUIMARÃES, 1989, p. 75) e a define como “uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente” (idem, ibidem, p. 76). Resumindo essas duas concepções de língua, Mariani (1998) diz que

a ‘língua empírica’ de Aurox se encontra materialmente nessa ‘dispersão de regularidades linguísticas’. Cabe ressaltar que a regularidade é fruto do uso historicamente marcado que os sujeitos fazem da língua. (MARIANI, 1998, p. 31, aspas da autora).

A partir da aproximação dos conceitos desses dois autores, é possível perceber o caráter essencialmente histórico da língua(gem) pensada discursivamente. Se, para os autores

citados, a língua possui o caráter de “atividade discursiva” e é concebida enquanto um “conjunto de relações”, isso assim é porque “os enunciados são produzidos em situações de interlocução” (idem, *ibidem*). Essas situações são, também, estabelecidas historicamente. Assim sendo, não podemos concordar com a filosofia idealista, que coloca o sujeito como origem do sentido, pois, se os enunciados são históricos e dialógicos, a produção de sentidos se dá enquanto efeito entre os interlocutores (memória/interdiscurso).

Quando falamos em processo de significação, devemos sempre lembrar que os sentidos são determinados pela formação discursiva a que pertencem. O conceito de formação discursiva (doravante, FD) foi definido por Pêcheux (2009 [1988]) da seguinte maneira:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 147, *itálicos do autor*).

Citamos anteriormente que, na obra *Os Sertões*, a palavra “República” possui uma conotação negativa para Antônio Conselheiro e uma conotação positiva para frei Monte Marciano, o missionário, pois, para aquele, a República era o sinal da vinda do Anticristo e, para este, significava um poder constituído que regia os povos em nome de Deus. De acordo com a definição de FD, a diferença de sentidos para a palavra em questão ocorre pelo fato de os sujeitos que a empregam (o Conselheiro e o frei) estarem situados em FDs diferentes, já que o Conselheiro se encontra em uma FD monarquista e os missionários em uma FD republicana. Levando isso em consideração, podemos dizer que o sentido das palavras, das expressões e das proposições é dado no interior das FDs. A esse respeito, Pêcheux (1988) postula que

as palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 146-/147, *itálicos do autor, negritos nossos*).

Quando Pêcheux menciona as “posições sustentadas por aqueles que as empregam”, ele se refere justamente às FDs sustentadas pelos sujeitos falantes e, conseqüentemente, ao lugar que esses sujeitos ocupam no âmbito social. Isso tem a ver com o processo de

interpelação ideológica, que produz concomitantemente sujeitos e sentidos. De acordo com Pêcheux, “a questão da *constituição do sentido* se junta à *constituição do sujeito*, e não de forma marginal [...], mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da *interpelação*” (2009 (1988), p. 140, aspas e itálicos do autor). A esse respeito, Pêcheux reafirma:

as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que **os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes** [em sujeitos de *seu* discurso] **pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.** (PÊCHEUX, 2009 (1988), p. 147, aspas do autor, negritos nossos).

Ainda de acordo com Pêcheux, se o sentido de uma palavra, expressão ou proposição está amarrado a uma FD e se diferentes FDs atribuem sentidos diferentes a elas, isso assim é porque tais palavras, expressões e proposições “não têm *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade” (PÊCHEUX, 2009 (1988), p. 147, itálico do autor). Em artigo dedicado à obra *Os Sertões*, Gutiérrez (2002), quanto ao posicionamento do Conselheiro no referido livro, diz o seguinte:

SD24: [Conselheiro] Revela-se monarquista, como grande parte do clero de então, e, em seu único sermão político conhecido, ‘Sobre a República’, **aponta seus motivos para não aceitar o regime que substituiu a monarquia no Brasil: ilegitimidade do poder que não vem de Deus, impostos, casamento civil**, entre outros. (GUTIÉRREZ, 2002, p. 282, aspas da autora, negritos nossos).

Considerando que uma FD define o que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura, a FD em que Antônio Conselheiro se encontrava não permitia que ele sustentasse o discurso republicano que pregava o casamento civil e a cobrança de impostos. Os missionários, por sua vez, não podiam concordar com o discurso do Conselheiro, pois, pertencendo à FD republicana, viam o regime monarquista como um retrocesso, tendo em vista que o lema da República é, como todos sabemos, “Ordem e Progresso”. Cunha mostra a opinião dos missionários com relação à monarquia ao transcrever alguns trechos do relatório escrito pelo frei Monte Marciano ao retornar de Canudos:

SD25: ‘Nós mesmos aqui no Brasil, a principiari do bispo até o último católico, reconhecemos o governo atual; somente vós não vos quereis sujeitar? **É mau pensar esse, é uma doutrina errada a vossa!**’ (CUNHA, 1996, p. 169, grifos nossos).

Vemos que, a partir do momento em que os missionários aderiram ao regime republicano, ou seja, aderiram à FD republicana, passaram a enxergar a monarquia como uma “doutrina errada”. Ainda quanto às FDs, Pêcheux chama a atenção para uma de suas características. Vejamos:

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ [*ça parle*] sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’. (PÊCHEUX, 2009, [1988], p. 149, aspas e itálicos do autor, negritos nossos).

Isso quer dizer que o indivíduo interpelado em sujeito no interior de uma FD tem a impressão de ser a origem de seu discurso, quando, na verdade, esse sujeito só diz o que a FD que o domina lhe permite, e que é o que se encontra armazenado na memória dessa tal FD. Aqui, entende-se que a memória discursiva é construída historicamente e se apresenta para os sujeitos no formato de “pré-construídos e ‘saberes’ partilhados socialmente, cuja historicidade se apaga para o sujeito” (MARIANI, 1998, p. 32).

O fato de o sujeito não se dar conta de que pertence a uma ou a várias FDs e que enuncia somente o que tais FDs permitem é explicado por Pêcheux (1988) por meio dos conceitos de esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2, os quais estão localizados no interior do processo de interpelação ideológica. Assim sendo, o primeiro esquecimento diz respeito, justamente, ao fato de o sujeito não perceber o processo de interpelação no qual está envolvido, pois esse esquecimento “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 162), tendo em vista que o indivíduo é **sempre-já-sujeito**. Com relação ao esquecimento nº 1, Orlandi (2007) diz que ele é chamado de esquecimento ideológico, uma vez que

ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. (ORLANDI, 2007, p. 35, grifos nossos).

Na SD24, vimos que o Conselheiro pregava contra a República porque o novo regime defendia a constituição de um governo no qual seu representante era escolhido pelas pessoas, e não por Deus, e no qual era feita a cobrança de impostos e o casamento passara a ser civil, dentre outras razões. No entanto, o Conselheiro não era a origem desse discurso; apenas reproduzia os discursos contidos na memória da FD monarquista a que pertencia. Milhares de outros sujeitos pertencentes a uma FD monarquista defenderiam as mesmas questões que o líder do arraial de Canudos, pois compartilhavam o mesmo interdiscurso.

O esquecimento nº 2, por sua vez, é do nível da formulação, uma vez que o sujeito-falante acredita que aquilo que é falado por ele só pode ser dito daquela maneira. Pêcheux (1988) ensina o seguinte a respeito desse segundo esquecimento:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 2009, p. 161, itálicos e aspas do autor, negritos nossos).

Ou seja, dentre todas as possibilidades existentes para se dizer algo, escolhemos determinada forma, e mais, ficam apagadas para o sujeito as outras possibilidades de formulação. De acordo com o autor, é nesse ponto que se apoia a “liberdade” do sujeito-falante, na medida em que tal sujeito tem a impressão de que fala o que deseja, quando, na verdade, sua escolha enunciativa se encontra em relação de paráfrase com outras formulações, pertencentes a uma mesma FD. Assim, quando, na obra *Os Sertões*, frei Monte Marciano diz ao Conselheiro que a doutrina que ele pregava era uma doutrina “errada”, ele poderia ter dito que ela “não vinha ao encontro dos propósitos do regime republicano”, ou que “estaria ultrapassada naquele momento”, contudo, utilizou o termo “errada”, e lhe passaram despercebidas as outras possibilidades de enunciação.

Nesse sentido, os discursos que se dão dentro das FDs não são a única possibilidade de formulação, nem são originários dos sujeitos que os proferem, mas têm origem em algum outro lugar e apontam para uma nova direção. Dessa forma, entendemos que as FDs não são blocos de sentido fechados, mas que suas fronteiras são fluidas, permitindo o intercâmbio de sentidos de uma FD para outra. Vale lembrar que, nesse processo, os sentidos são ora repetidos da mesma forma, ora alterados na medida em que toda FD recebe sentidos de outras FDs que podem exercer influência nos sentidos ali existentes.

É preciso ainda acrescentar o fato de que, apesar de o sujeito pertencer a uma FD dominante, ele ainda faz parte de outras FDs. Nesse sentido, podemos dizer que a FD religiosa católica seria dominante em Antônio Conselheiro, porém ele também fazia parte de uma FD monarquista e de outra FD de homem sertanejo, sendo que os sentidos sustentados pela personagem circulavam entre todas essas FDs. Dizemos isso levando em conta que, ao mesmo tempo em que o Conselheiro era católico, apoiava o regime monarquista e buscava a sobrevivência a partir do cultivo da terra.

Por pertencer a diferentes FDs e ter sua identidade afetada pela multiplicidade de sentidos vindos delas, o sujeito pode ser levado a não concordar com determinados rituais socioenunciativos, provocando a quebra desses rituais. Dessa forma, os sujeitos estão constantemente propensos a não somente repetir práticas enunciativas, mas também a romper com elas, produzindo novos sentidos.

É nessa perspectiva que se desenvolvem os trabalhos em AD, analisando os sentidos já legitimados e a possibilidade de seu rompimento e o surgimento de novos sentidos. Em se tratando da legitimação dos sentidos, a AD atribui ao discurso jornalístico uma parcela de responsabilidade na sua institucionalização. Também não podemos negar a importância da imprensa no episódio da Guerra de Canudos. Sendo assim, analisaremos, na sequência, a determinação do discurso jornalístico na construção de sentidos referentes a Antônio Conselheiro na obra *Os Sertões*, como também a injunção de outros discursos na construção da personagem, como o discurso científico determinista e o literário.

3 OS SERTÕES: UM LIVRO NO ENTREMEIO

A obra Os Sertões é aclamada pelos sociólogos como sendo um tratado de sociologia, e com justeza, como também o Paraíso Perdido é aclamado pelos teólogos por suas qualidades de tratado teológico. Os Sertões descreve a vida da sociedade sertaneja, não somente na luta, mas na paz também (como fazem as epopéias primitivas), dando assim 'uma visão compreensiva da vida'. (BACON, 1983).

Da mesma forma que Antônio Conselheiro é considerado como uma personagem de entremeio, nesta pesquisa, a disciplina de AD, a qual sustenta as análises propostas da obra *Os Sertões*, que consiste no *corpus* do trabalho, encontra-se num entrelugar se considerarmos sua constituição.

A AD, como foi dito anteriormente, é considerada uma disciplina de entremeio por ter sido articulada partir de três áreas do conhecimento: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Neste sentido, a AD ocupa um entrelugar no cenário teórico, porque, ao mesmo tempo em que é uma disciplina autônoma, carrega consigo traços destas três áreas.

A obra *Os Sertões*, por sua vez, ocupa um entrelugar no cenário da Literatura devido às várias influências na sua composição. Euclides da Cunha, que se propõe a recontar o evento da Guerra de Canudos, da qual foi espectador, possuía trânsito em várias áreas do conhecimento: “**as matemáticas e a lógica, a astronomia, a geologia, a geografia, as ciências naturais, a antropologia, a historiografia, as artes da guerra, as belas artes, a sociologia**” (BACON, 1983, p. 81, grifos nossos), as que deixou evidente no enredo da obra.

Desta forma, a obra *Os Sertões* acaba sendo classificada como um tratado histórico e sociológico, o que faz com que adquira *status* de reprodução fiel de um episódio e seja lida como realidade, embora pertença à Literatura e seja uma obra de ficção. Já, na década de 1950, início das especulações a respeito da classificação da obra como pertencente a um gênero científico ou literário, Coutinho (1959), defendendo *Os Sertões* como obra de ficção, aponta que:

A tese não é original. Foi levantada creio por João Ribeiro. Mas esqueceram-na, ou não lhe deram atenção, dominada **a interpretação da obra famosa pelas teorias que a fizeram um estudo social e histórico de um povo e de uma situação**. Empréstaram-lhe caráter de objetividade científica, viram-na como um produto da observação direta, uma narração imparcial dos fatos, a

história sisuda de acontecimentos dramáticos. **Essa interpretação ficou oficial, ainda mais reforçada pelo tom científico que nela lobrigaram.** (COUTINHO, 1959, p. 13, grifos nossos).

Segundo o autor, devido ao tom científico imprimido em *Os Sertões*, a obra passou a ser interpretada como um estudo social e histórico do povo sertanejo. Coutinho (1959) ainda diz que **emprestaram** à obra caráter de objetividade e **viram-na** como um produto da observação direta, o que quer dizer que, para o autor, a obra não é nada disso, mas uma obra de ficção que teria como tema a Guerra de Canudos. Bacon (1983), defendendo *Os Sertões* enquanto obra que faz parte do universo da ficção, pertencente ao gênero épico, afirma:

A obra de Euclides não é um livro para se ensinar geologia, botânica ou antropologia. É uma epopéia, mas uma epopéia baseada em conhecimentos científicos. **Euclides não se apega sempre à estreiteza dos fatos científicos, mas ele necessita do sabor científico, para realizar seu tipo original de epopéia, o consórcio, como ele disse, da ciência e da arte, para a finalidade das idealizações da arte.**(BACON, 1983, p. 71/72, itálicos do autor, grifos nossos).

Como se vê, o autor alega que os dados científicos presentes na obra apenas fazem parte do enredo da narrativa, nos quais Cunha se baseia para construir sua epopeia, isto é, a finalidade dos elementos científicos inseridos na obra não é em prol da ciência, mas da arte. Ao afirmar que *Os Sertões* é uma epopéia em prosa (brasileira), Bacon (1983) também afirma o conhecimento que Cunha possuía dos clássicos da literatura universal e, como ele compôs uma obra contendo as mesmas características de obras como a *Ilíada*, a *Eneida* e *Os Lusíadas*, significa que possuía um profundo conhecimento com relação às “belas artes”. No decorrer de seus estudos sobre *Os Sertões*, Bacon mostra que nem sempre Cunha usa de rigor com os dados científicos apresentados, dizendo que as “inexatidões” encontradas na obra são permitidas somente aos literatos. Vejamos:

Os Sertões não é um livro para se ensinar matéria acadêmica. Qual o professor de geografia que quer dar aos seus alunos do 1º grau um livro que diz ‘**Vasa-Barris, rio sem nascentes**’ e, ainda pior, ‘**são rios que sobem**’? São belas expressões literárias – mas, num livro de ciência, exigiriam explicações e justificativas mais demoradas do que receberam neste texto. Outrossim, Euclides por si reconhece que **o seu uso do termo raça não é científico**. Ademais, **Euclides admite que o barômetro que levou para o sertão foi um aneróide suspeito**, e entendemos que levado para Canudos seria o único em toda região; no entanto, na outra página ele diz: ‘Desaparece o sol e a coluna mercurial permanece imóvel, ou, de preferência, sobe’, como se o sertão estivesse salpicado de postos de observação meteorológica! [...] Em outro ponto, se Euclides não se

equivocou quando escreveu, ao menos a sua tese hoje é definitivamente ultrapassada. É quando ele diz: ‘**A fatalidade astronômica da inclinação elíptica, que coloca a Terra em condições biológicas inferiores às de outros planetas...**’ Hoje é sabido que os outros planetas do sistema solar não têm vida desenvolvida como existe na Terra, portanto é ocioso fazer a comparação. A Terra tem vida, os outros, não. Necessariamente, portanto, as condições na Terra são mais favoráveis. **Inexatidões como as citadas acima são permitidas aos literatos, mas não ao escritor de matéria didática quando ele se pronuncia na sua capacidade de perito.** (BACON, 1983, p. 78-79, aspas e itálicos do autor, grifos nossos).

O fato é que, mesmo apontando inexatidões científicas no enredo da obra, o próprio autor, como vimos na citação anterior, diz que Cunha “baseia-se em conhecimentos científicos para construir sua epopéia”, ou seja, essas imprecisões não chegam a negar o caráter científico da obra, apenas apontam o trabalho de criação artística de Cunha que, segundo o autor, conseguiu unir a arte e a ciência.

Na leitura de reportagens sobre o conflito, feitas por enviados especiais a Canudos no ano de 1897, encontramos a seguinte matéria noticiando a escritura de um livro pelo Dr. Euclides da Cunha. Vejamos:

SD26: Queimadas, 6 de setembro de 1 897. Agora, vamos noticiar o breve aparecimento de um importante livro, a *Nossa Vandéia*, que está escrevendo o Dr. Euclides da Cunha, representante aqui de *O Estado de São Paulo*. Eis o esboço das duas primeiras partes deste trabalho sobre Canudos: *A natureza* – Caracteres físicos; feição topográfica. Formação geológica. Região em grande parte estéril. [Primeira categoria de Hegel]. A flora. A fauna. Frutificação incerta e temporânea. Rios e riachos de enchente súbita, correndo sem fertilizar a terra. As secas. Uma observação de Martins. Da *seca* ao *verde*, transição enorme e rápida. Um paraíso no deserto, surgindo e desaparecendo. Aspecto dos tabuleiros e das chapadas. O Rosário, Riacho do Vigário, Serra do Cambaio e do Caipã, Cocorobó, Massacará. Baluartes *siniscalcislimenti*. *O homem* – Caracteres físicos. Alimentação. Habitação. A coragem pessoal. Vida animal, o exorbitante prejudicando as funções intelectuais e morais. A capacidade étnica da raça corrigirá as ações nosológicas. A influência diária de um solo árido. Vida nômade. Frugalidade explicada pela altura térmica. Imprevidência, indiferença pelo futuro. Conflito entre os elementos da vida individual e a vida coletiva. Sociedade inconsistente. Predomínio das funções individuais. Aspecto atraente das chapadas, incutindo a vida aventureira. Um isolador étnico. Insulamento no sertão determinando a conservação de velhos costumes e erros. Regresso ao tipo indígena pela infusão de elementos estranhos. Infantilidades. Imaginação viva. Reflexão amorosa. Resistência à dor. O terror religioso. A moralidade. Exemplos de delicadeza normal. Espírito negativo. A desconfiança. As santas missões. Vocabulário. **É, como se vê, um estudo importante, prendendo-se a uma concepção geocêntrica do nosso tabaréu.** (GALVÃO, 1994, p. 339-340, itálicos do autor, grifos nossos).

O livro a que se refere o jornalista, embora ainda com o título *Nossa Vandéia*, é o primeiro esboço da obra *Os Sertões*. Como se vê na reportagem, o livro do Dr. Euclides da Cunha é esperado com bastante expectativa e não é mencionado como um romance, mas como um trabalho e como um estudo e já é tido como um livro importante. Esse livro tão esperado é publicado somente em 1902 e podemos dizer que foi transformado em romance, pois Bosi (1994), a respeito da publicação da obra *Os Sertões*, diz que

O livro, que sai em novembro de 1902, alcança repercussão nacional: **Euclides é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e eleito para a Academia Brasileira de Letras (1903).** (CUNHA, 1994, p. 307, grifos nossos).

Pelo fato de Cunha ser aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de ter sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras, vemos que, desde a publicação de *Os Sertões*, ele já recebe a dupla interpretação de obra científica e obra de ficção, ou seja, ocupa um lugar de entremeio.

Pelo fato de Euclides da Cunha ocupar a posição-sujeito jornalista, consideramos, também, o discurso jornalístico como responsável por colocar a obra *Os Sertões* nesta posição de entrelugar. Vimos acima com Coutinho (1959) que, além de ser emprestado à obra *Os Sertões* um “caráter de objetividade científica”, ela também foi vista “como um produto da observação direta, uma narração imparcial dos fatos, a história sisuda de acontecimentos dramáticos” (COUTINHO, 1959, p. 13), isso porque Cunha, interpelado em sujeito por uma FD jornalística, colocou-se como narrador imparcial dos fatos que presenciou em Canudos, o que já constitui um mecanismo de discurso jornalístico. Da mesma forma, vimos o discurso jornalístico noticiando o breve lançamento de um livro escrito pelo Dr. Euclides da Cunha, que consistiria num estudo importante de cunho científico, pois se prenderia a uma concepção geocêntrica do sertanejo. Também já foi dito nesta pesquisa que, em se tratando de influências quanto à caracterização do Conselheiro na obra, o discurso jornalístico poderia ter sua parcela de contribuição, tendo em vista que o Conselheiro é uma personagem inspirada na vida real e que os jornais já transmitiam determinados discursos a respeito dele.

Dada a importância do discurso jornalístico para a presente pesquisa, a seção seguinte é dedicada ao estudo desta modalidade de discurso e de seus mecanismos de funcionamento.

3.1 O Discurso Jornalístico e sua presença em *Os Sertões*

É por aí nossa compreensão do discurso jornalístico ter como característica atuar na institucionalização social dos sentidos. E com isto estamos afirmando, em decorrência, que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. (MARIANI, 1998).

A imprensa é uma instituição que, desde os seus primórdios, é regulamentada pela censura e por leis que norteiam o conteúdo das suas publicações. Esse controle, exercido pelo discurso jurídico, “impondo regras e punições aos envolvidos na prática jornalística, passa a funcionar como uma espécie de ‘selo de garantia’ para a imparcialidade” (MARIANI, 1998, p. 76). Desta forma, o discurso jornalístico carrega consigo o mito da informatividade jornalística, criando a ilusão de que os jornais são somente veículos de comunicação, produzindo o efeito de literalidade das informações transmitidas e apagando o processo de interpretação na construção da notícia. Pelo fato de a imprensa defender a imparcialidade e a literalidade das informações por ela divulgadas, instalando um efeito de não envolvimento com as notícias, como se elas falassem por si, Mariani (1998) considera o discurso jornalístico como uma modalidade de **discurso sobre**. Para a autora,

Um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um distanciamento - **o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial** – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões, etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão. (MARIANI, 1998, p. 60, grifos nossos).

Nesse sentido, o **falar sobre** é um mecanismo próprio do discurso jornalístico, o qual apaga a interpretação dos fatos por quem está veiculando a notícia. Euclides da Cunha, nas notas do autor, situadas no final do livro *Os Sertões*, escreve sobre a forma como compôs sua obra e, numa tentativa de assegurar a objetividade de seus escritos, cita Tucídides¹⁴, dizendo que narrou o episódio da Guerra de Canudos da mesma forma como o historiador escreveu sobre a Guerra do Peloponeso. Cunha diz que escreveu sobre os episódios da guerra da seguinte forma:

¹⁴ Historiador grego, autor da história da Guerra do Peloponeso.

SD27: Sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas **narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras.** (CUNHA, 1996, p. 477, grifos nossos).

Com essas palavras, o autor produz um efeito de sentido de distanciamento (ou ilusão de distanciamento) dele mesmo em relação aos acontecimentos da guerra, pois só escreveu o que presenciou e **sobre** o que obteve informações seguras e não suas impressões em relação ao evento. Também encontramos esse tipo de discurso a respeito da literalidade das informações transmitidas no discurso jornalístico em torno do tema da Guerra de Canudos. O correspondente especial do *Jornal do Brasil* escreve o seguinte, quando da sua chegada a Monte Santo, em agosto de 1897, para noticiar as operações do Exército:

SD28: Para satisfazer a curiosidade de numerosos leitores do *Jornal do Brasil*, **este enviou-me nos sertões da Bahia para investigar as verdades e narrá-las sem preocupações pessoais.** Venho, pois, desempenhar-me dessa grande e honrosa missão, **tendo sempre em vista as instruções que recebi de só referir o que for exato.** (GALVÃO, 1994, p. 228, grifos nossos).

O repórter do referido jornal também deixa dito que o que escreverá sobre o conflito é a **verdade** e o que **for exato** e, ainda, que vai narrar os fatos **sem preocupações pessoais.** Nesse sentido, no discurso jornalístico há a necessidade de sempre reiterar se eles transmitem a verdade dos fatos com imparcialidade. Em relação ao **discurso sobre**, Mariani (1998) afirma que ele, além de atuar na institucionalização dos sentidos, pelo fato de atribuir efeito de sentido de verdade aos eventos noticiados,

representa lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1998, p. 60, grifos nossos).

Nesse sentido, o discurso jornalístico, ao fazer uso do **discurso sobre**, coloca-se numa posição de autoridade, posição a partir da qual relata os acontecimentos com uma suposta transparência e objetividade. Vale lembrar que, no discurso jornalístico, os lugares de autoridade são legitimados por se apoiarem no discurso da ciência para confirmar o valor de verdade do que está sendo dito. É nisso que consiste o mecanismo do discurso jornalístico de utilizar, em reportagens e artigos, entre outras modalidades, a citação de autoridade, que é o discurso de um especialista ou de um pesquisador, como também o discurso de pessoas

comuns falando sobre algo que vivenciaram ou que conhecem, como, por exemplo, um negro falando sobre preconceito, ou um padre falando sobre religião, cujos discursos validam o discurso jornalístico. Veremos isso mais detalhadamente na sequência.

Neste sentido, o discurso jornalístico utiliza-se desses discursos de autoridade para reforçar sua formação discursiva e seu discurso de autoridade, presente na modalidade do “falar sobre”. De acordo com Mariani (1998), esse lugar de autoridade ocupado pelo discurso jornalístico foi constituído historicamente e concomitantemente com a criação da imprensa no Ocidente, a qual, desde o início, é regida por leis que regulam o que os jornais podem ou não publicar. Dessa forma,

A instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. O ‘esquecer’, aqui, é justamente o resultado da atuação da memória histórica da formação do tipo discurso jornalístico. **O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade**, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos. (MARIANI, 1998, p. 80, grifos nossos).

Ou seja, historicamente, os jornais foram obrigados a se ajustar às leis de censura e, nesse processo, com o intuito de driblar uma possível repressão, a imprensa afirmou sua prática como sendo somente o relato dos fatos e não como disseminadora de ideias e opiniões. Ao se constituir dessa forma, “apenas falando sobre” os acontecimentos, o discurso jornalístico contém traços de didatismo em sua construção, haja vista que,

para transmitir informações sobre acontecimentos[...], eles compõem permeados por esquemas, desenhos [mapas, figuras e croquis, retratos falados, por exemplo], além de definições, explicações, estatísticas, questionamentos e citações de autoridade, enfocando assim, um acontecimento singular a partir de generalizações feitas a partir de um campo de saberes já estabelecidos. (BEACCO; MOIRAND, apud MARIANI, 1998, p. 61, grifos nossos).

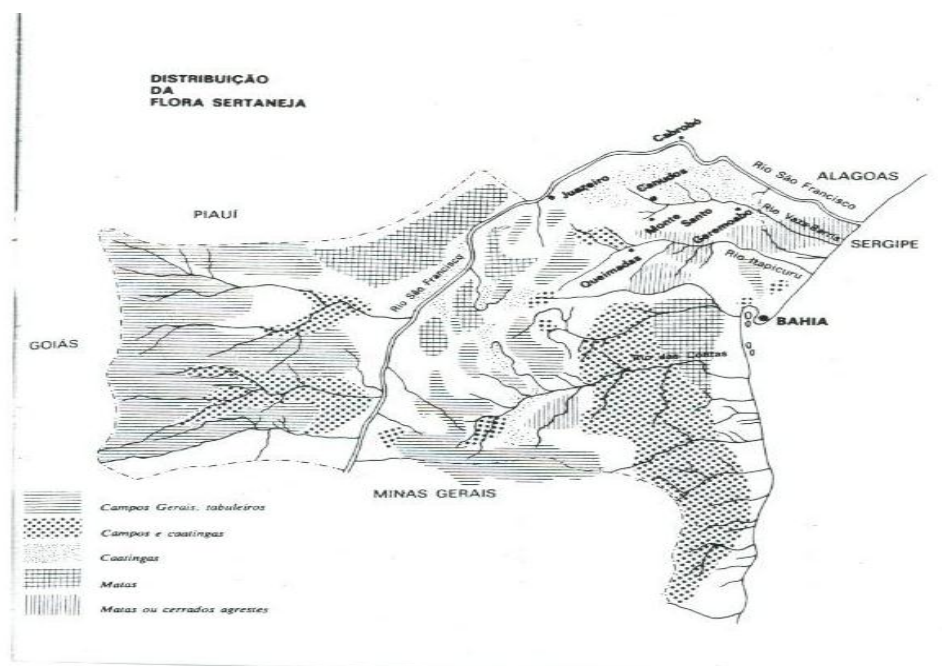
Pelo fato de o discurso jornalístico conter traços de didatismo, Mariani (1998, p. 62) o compara com o discurso pedagógico autoritário, no qual “os alunos se vêem diante de verdades incontornáveis [...] sentindo-se [...] tolhidos a fazer qualquer questionamento”. E, reforçando o que foi dito, a autora continua dizendo que, no discurso jornalístico,

trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou falaria sobre – da forma mais literal possível um

mundo objetivo. Nesse sentido, [...] o didatismo, mais do que ‘fraturar’ a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar [...] a ilusão de objetividade jornalística (Idem, *ibidem*, grifos nossos).

Em outras palavras, o discurso jornalístico utiliza mecanismos de discurso pedagógico (didático), visando criar o efeito de verdade incontestável sobre o que está sendo noticiado, fazendo com que o interlocutor, por meio de mapas, de citações de autoridade e de estatísticas, dentre outros recursos, dê credibilidade à notícia. Por citações de autoridade, entende-se, aqui, como já foi dito acima, o discurso que o autor atribui a um sujeito que ocupa uma posição discursiva que lhe permite discorrer sobre determinado assunto, como, por exemplo, um psicanalista abordando a questão do inconsciente ou um professor de português falando sobre gramática. Nesse sentido, o discurso pedagógico-didático utilizado pelo discurso jornalístico é que constrói esse lugar de autoridade, ocupado por tal discurso.

Esses mecanismos de discurso jornalístico (mapas, estatísticas, citações de autoridade etc.) estão presentes no enredo da obra *Os Sertões*, vejamos alguns deles. Nas primeiras páginas da obra encontra-se, ilustrado, um mapa intitulado “Distribuição da Flora Sertaneja”.



Mapa 1 – Distribuição da flora sertaneja
Fonte: CUNHA, 1996, p. 13.

Esse mapa encontra-se na décima terceira página do livro (edição de 1996, utilizada na presente pesquisa), no primeiro capítulo, na primeira parte da obra, intitulada “A terra”, na qual o autor descreve a infraestrutura geológica da região Nordeste, as características do solo

e do clima e, por último, descreve a vegetação e a fauna da região. Para Bosi (2002), a ordem de descrição utilizada por Cunha no enredo de *Os Sertões* se deve à cultura determinista a que ele pertenceu, na qual a manifestação da matéria orgânica supõe a matéria inorgânica. Dessa forma, Cunha explica a característica da vegetação (matéria orgânica) pelo tipo de solo (matéria inorgânica). Essa relação estabelecida pelo autor pode ser exemplificada pela seguinte SD:

SD28: Intercorrem ainda paragens menos estéreis, e nos trechos em que se operou a decomposição *insitu* do granito, originando algumas manchas argilosas, as copas virentes dos ouricurizeiros circuitam – parêntesis breves abertas na aridez geral – as bordas das *ipueiras* (CUNHA, 1996, p. 19, itálicos do autor, grifos nossos).

Nesse sentido, o mapa apresenta a distribuição da flora sertaneja de acordo com a formação do solo e da variação do clima na região. O mapa aponta cinco tipos diferentes de vegetação no estado da Bahia: **campos gerais e tabuleiros, campos e caatingas, caatingas, matas e matas ou cerrados agrestes**, sendo a maior parte do território ocupada pela vegetação de **campos gerais e tabuleiros e campos e caatingas**, vegetação decorrente de solo arenoso, pouco fértil e de clima seco. De acordo com o mapa, Canudos se encontra na região mais problemática, onde predomina a vegetação da **caatinga**, o que significa que o solo é mais pobre e o clima mais seco. A inclusão de mapas da região ilustrando a localização de Canudos apresenta ao leitor um suporte visual, atribuindo veracidade à narrativa de *Os Sertões*, tendo em vista que constam do mapa as características da região que Cunha relata na obra.

E as ilustrações de mapas não param por aí. Encontramos outros mapas nas seguintes páginas com os respectivos títulos: “Esboço Geográfico do Sertão de Canudos” (p. 30-31), “Esboço Geológico” (p. 66), “Canudos e suas Cercanias” (p.149) e “Itinerário das Expedições Enviadas contra Canudos” (p. 416-417). Esses mapas ilustram o estado da Bahia ou a região de Canudos, apresentando o tipo de solo da região, a vegetação, os vilarejos e os rios que cercam Canudos, como também apresentam os cercos que o Exército fez ao arraial para conseguir tomá-lo. Por meio do uso de mapas, as informações apresentadas, ou seja, a narração dos fatos da guerra deixa de ser somente abstrata e passa para um plano concreto, no qual os leitores podem visualizar o enredo narrado pelo escritor.

As “citações de autoridade”, mecanismo que faz com que o discurso do jornalista/escritor adquira esse efeito de literalidade e objetividade, um dos mitos do discurso jornalístico, também são encontradas na narrativa d’*Os Sertões*. O capítulo V da primeira

parte – A terra –, tem como título “Uma categoria geográfica que Hegel não citou” (p. 47). Esse título faz referência a um sujeito que ocupa um lugar de autoridade em relação ao assunto tratado no referido capítulo, ou seja, ocupa uma posição discursiva que lhe permite sustentar seu discurso, o que faz com que o discurso do escritor de *Os Sertões* se invista da autoridade discursiva desse sujeito. E Hegel não é a única pessoa ocupante de um lugar de autoridade citado por Cunha na narrativa de *Os Sertões*. No capítulo III, ainda da primeira parte do livro, encontra-se o seguinte trecho:

SD29: Martius por lá passou [sertão nordestino], com a mira essencial de observar o aerólito, que tombara a margem do Bendegó, **e era já, desde 1810, conhecido nas academias européias, graças a F. Mornay e Wollaston.** Rompendo, porém, a região selvagem, *desertus austraus*, como batizou, mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *silva horrida*, no seu latim alarmado. (CUNHA, 1996, p. 28, itálicos do autor, grifos nossos).

Mencionando a passagem de Martius pelo sertão nordestino e citando as palavras com as quais ele adjetivou o clima e a flora da região (“*desertus austraus*” e “*silva horrida*”), Cunha atribuiu a seu discurso um efeito de sentido de verdade, pois outras pessoas por lá já passaram e tiveram a mesma impressão que ele – e Martius não era qualquer pessoa, era conhecido no meio acadêmico europeu.

Nesse sentido, o conceito de citação de autoridade mobilizado por Mariani vem ao encontro do conceito de **discurso sobre**, por tais citações se localizarem no interior dos lugares de autoridade, na medida em que essas citações dizem respeito a sujeitos que ocupam determinada posição discursiva e que sustentam determinado discurso.

No enredo de *Os Sertões*, encontramos estatísticas de baixa do Exército, estatísticas que são consideradas mecanismos de discurso didático devido ao seu caráter objetivo. Vejamos a seguinte:

SD30: Detalhavam-nas os mapas oficiais. No total entrava a 1.^a coluna com 1 171 homens e a 2.^a com 878. Discriminadamente eram estes os algarismos. [...].2.^a coluna. – 1 general ferido; artilharia: 1 oficial morto; 12.º de infantaria: 6 oficiais e 128 praças feridas; 1 oficial e 50 praças mortas; 26.º: 6 oficiais e 36 praças feridas; 2 oficiais e 22 praças mortas; 31.º: 7 oficiais e 99 praças feridas; 4 oficiais e 48 praças mortas; 32.º: 6 oficiais e 62 praças feridas; 4 oficiais e 31 praças mortas; 33.º: 10 oficiais e 65 praças feridas; 1 oficial e 15 praças mortas; 34.º: 4 oficiais e 18 praças feridas; 7 praças mortas; 35.º: 4 oficiais e 91 praças feridas; 1 oficial e 22

praças mortas; 40.º: 9 oficiais e 75 praças feridas; 2 oficiais e 30 praças mortas¹⁵.(CUNHA, 1996, p. 378/379, grifos nossos).

A presença de números em uma informação transmite um efeito de exatidão e de literalidade. Cunha apresenta para os leitores não um número aproximado de vítimas, mas o número exato. No discurso jornalístico acerca da Guerra de Canudos, também encontramos estatísticas de vítimas do conflito que ilustram o número de mortos e de feridos nos combates. A tabela abaixo é um exemplo:

	FERIDOS	
Oficial General	1	
Oficiais	17	
Praças	241	
	Total	259
	MORTOS	
Oficiais	7	
Praças	60	
	Total	67
Fora de combate		326

Tabela 1 - Recapitulação de 25 até 30 de junho.

Fonte: Galvão, 1994, p. 287.

Essa tabela apresenta, de forma esquemática, as baixas do Exército. Notemos que as quantidades de mortos e de feridos são trazidas por números exatos, assim como na SD30, retirada de *Os Sertões*. O jornalista não escreveu simplesmente que estão feridos “aproximadamente” 259 soldados e mortos “aproximadamente” 67. Ele trouxe exatamente a quantidade de generais, oficiais e praças feridos e a quantidade de oficiais e de praças mortos. Isso significa que não são informações que ele “ouviu dizer”, não são “boatos”, mas informações passadas pelo Exército. Tanto na SD em questão quanto na tabela apresentada

¹⁵ De acordo com Cunha, na 2ª coluna, constam 878 baixas; no entanto, o resultado da soma dos números apresentados pelo autor é de 868. O mesmo equívoco aparece na 1ª coluna (que não foi transcrita), porém a soma dos números passa de 1.171. Neste caso, de obra literária, podemos dizer que Cunha se preocupou menos com a exatidão dos números que com o efeito de exatidão proporcionado por eles. Podemos colocar esta estatística de baixas do Exército, no mesmo grupo de inexatidões encontradas em *Os Sertões*, apontadas por Bacon (1983) anteriormente.

acima, notamos o funcionamento do discurso jornalístico tentando cumprir seu compromisso com a verdade e a imparcialidade das notícias.

Além dessas amostras de mecanismos de discurso jornalístico que constam no *corpus* da presente pesquisa, existem outros mais que podem ser identificados e analisados, porém, para este momento, os exemplos apresentados bastam.

Outro caminho muito caro ao discurso jornalístico é o da modalidade “como se” do discurso, que consiste em criar por de meio evocações e de pré-dados formas de identificação do sujeito-leitor com a reportagem e com o assunto da narração. Segundo Mariani (1998), nessa modalidade de discurso,

tudo se passa ‘como se’ o leitor estivesse compartilhando a cena presenciada, ou melhor, ‘como se’ houvesse um acordo prévio com relação aos sentidos produzidos. No processo discursivo jornalístico, o alcance do ‘como se’ está diretamente relacionado ao modo como os sentidos vão sendo textualizados. (MARIANI, 1998, p. 64, aspas da autora, negritos nossos).

Empregando o “discurso como se”, o escritor produz um efeito de sentido de cumplicidade com o leitor pela mobilização/evocação de informações já conhecidas por ele, ou seja, para que haja compreensão da notícia ou informação relatada, o leitor tem que recorrer à memória para atribuir sentido aos fatos. Na obra *Os Sertões*, essa modalidade de discurso pode ser apontada na seguinte SD:

SD31: Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes [a degola], tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 1996, p. 438, grifos nossos).

Nessa SD, embora Cunha não mencione quem eram os **valentes** que ansiavam pelas cobardia repugnantes, pode haver, por parte do leitor, um reconhecimento de quem sejam, por meio da leitura da sequência **sancionadas pelos chefes militares**. Também, a leitura do capítulo do livro de onde foi retirada essa SD colabora para esse reconhecimento, já que Cunha se refere aos soldados do Exército logo no início. É conveniente notar que a não nomeação de quem seriam os valentes, ao invés de indeterminar, consiste em uma denominação (questão que será vista no próximo capítulo) e cria um clima de cumplicidade entre o autor e os leitores: “Vocês sabem a que estou me referindo!”. Por sua vez, o verbo “ter” – tínhamos – na primeira pessoa do plural, é uma forma de identificação do sujeito-leitor com o autor do livro e com o tema do capítulo, isto é, ambos compartilham a mesma opinião:

entendem a prática da degola como uma “cobardia repugnante”. Nesse sentido, autor e leitores encontrar-se-iam no campo **do Mesmo**.

Na SD em questão vemos a contradição constituindo o discurso de Cunha. Já vimos anteriormente a visão do autor com relação aos sertanejos que, por serem mestiços, são considerados um retrocesso tanto racial como social e, conseqüentemente, deveriam ser eliminados. Nesta SD, porém, Cunha, ao denunciar a prática da degola realizada pelos soldados contra os prisioneiros de Canudos, refere-se aos soldados ironicamente como “valentes” e os chama de “covardes”, juntamente com seus chefes que sancionavam esta prática. Nesse contexto, nós nos perguntamos: qual a posição do autor com relação aos sertanejos, aos soldados e os fatos ocorridos em Canudos?

A AD defende que a contradição é um elemento constitutivo do discurso do sujeito falante, pois considera que o ritual de **interpelação-assujeitamento**, que acontece no interior das FDs, nunca se realiza de forma completa e que, portanto, o discurso do sujeito não é livre de lapsos, deslizes e atos falhos. Neste sentido, podemos dizer que o fato de Cunha, nesta SD, se posicionar a favor dos sertanejos, consiste em uma falha no seu processo de interpelação ideológica como sujeito republicano e defensor da teoria determinista, ocorrendo que seu discurso desliza para outras FDs favoráveis ao Conselheiro.

Mariani (1998) também destaca o fato de o Ocidente ser fortemente regido pelo capital. Nesse sentido, o discurso jornalístico é regulamentado por várias leis jurídicas que o impedem de publicar conteúdos que possam ameaçar “o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades”. Em seus estudos, Mariani diz que

leitores e jornais, se situam no campo do Mesmo, qual seja, o da afirmação da memória de uma Moral, da Propriedade e da Cristandade [e completa dizendo] [...] o campo do Mesmo, isto é, aquilo que identifica leitores e jornais, está marcado por uma moralidade que se apresenta como ‘ética dos direitos do homem’. (MARIANI, 1998, p. 83, aspas da autora, negritos nossos).

Mariani apresenta os conceitos de campo do **Mesmo**, que também pode ser chamado de campo do **Bem**, e que defende a moral, os bons costumes, a cristandade, a propriedade e os direitos humanos; e enfatiza que o conceito de campo do **Outro**, ou o campo do **Mal**, põe em risco o que o campo do **Mesmo**, ou o campo do **Bem**, defende.

O discurso jornalístico, em seu relato cotidiano, se encontra atravessado por uma memória desses Direitos Humanos, por um já-dito sobre o Bem que se constitui em um já-ouvido no campo dos leitores, o que engendra um efeito de reconhecimento, ou consenso intersubjetivo, [...]. Estar no campo do Mesmo é estar partilhando, simbolicamente, os valores do Bem. (MARIANI, 1998, p. 83, grifos nossos).

Nesse sentido, poderíamos dizer que o Discurso jornalístico é formado por uma ou mais FDs, atravessadas por um interdiscurso (memória discursiva) composto de discursos sobre os direitos humanos. E, como o discurso dos direitos humanos é muito difundido no Ocidente, ele faz parte do interdiscurso de inúmeras outras FDs, as quais pertencem os leitores dos jornais. Assim, Euclides da Cunha, ao denunciar por meio de sua obra o crime cometido contra Canudos, torna pública a violação dos Direitos Humanos por parte do Exército. O seguinte trecho, que tem como subtítulo *A degola*, pode servir de exemplo dessa violação:

SD32: Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. **Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na.** Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido... (CUNHA, 1996, p. 438, grifos nossos).

Nesse trecho, Euclides da Cunha descreve como os soldados matavam os sertanejos prisioneiros de guerra. Com esses relatos, o autor situa o governo e o Exército no campo **do Outro, do Mal**, e coloca os sertanejos e os leitores da obra no campo **do Mesmo, do Bem**. E, como já foi dito acima, “estar no campo *do Mesmo* é estar partilhando, simbolicamente, os mesmos valores *do Bem*” (MARIANI, 1998, p. 83, itálico da autora).

Finalizo esta parte com uma citação de Mariani (1998) que diz respeito ao funcionamento dos jornais e, conseqüentemente, do discurso jornalístico:

os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. **Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores.** (MARIANI, 1998, p. 60, grifos nossos).

A partir desse trecho, no qual Mariani expõe resumidamente o funcionamento do discurso jornalístico, conseguimos fazer um paralelo entre a citação e a forma como Euclides da Cunha, utilizando-se do discurso jornalístico, compôs a obra *Os Sertões*. O autor elaborou explicações para o conflito, utilizou-se do mecanismo de denominações para se referir ao Conselheiro, aos sertanejos e ao arraial de Canudos, estabeleceu causas e consequências em relação aos fatos da guerra, **falou sobre** o conflito, utilizou mecanismos de discurso didático em sua narrativa; enfim, Euclides da Cunha digeriu para os leitores os episódios da Guerra de Canudos, atribuindo aos seus escritos um efeito de objetividade e literalidade em relação dos fatos narrados e, apesar de *Os Sertões* ser considerado uma obra de ficção, ela tem o efeito de sentido de verdade, sendo obra de referência no que diz respeito à Guerra de Canudos.

4 ANTÔNIO CONSELHEIRO E A GUERRA DE CANUDOS EM OUTROS DISCURSOS

Os Sertões são um livro de ciência e de Paixão, de análise e de protesto: eis o paradoxo que assistiu à gênese daquelas páginas em que alternam a certeza do fim das 'raças retrógradas' e a denúncia do crime que a carnificina de Canudos representou. (Bosi, 1994).

A Guerra de Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, tornaram-se tema para pesquisas acadêmicas em diversas áreas do conhecimento como Literatura, Jornalismo, Sociologia, História, Teologia, Antropologia, entre outras, que, de uma forma ou de outra, referem-se a *Os Sertões* de Euclides da Cunha, evidenciando a importância e a posição de entremeio da obra.

Dentre os vários trabalhos produzidos a respeito do tema da guerra de Canudos, que conseqüentemente tocam na figura de Conselheiro, escolhemos cinco, que abrangem pesquisas em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de Ciências Sociais, Artes Visuais, Literatura e Comunicação, com o objetivo de apresentar o Conselheiro e a Guerra de Canudos e o que ela representou sob outras perspectivas.

Na área da Comunicação, apresentaremos a tese de doutorado intitulada *A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal O Estado de São Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações de seu centenário*, de Lidiane Santos de Lima Pinheiro, defendida em 2009, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em sua pesquisa, a autora se propõe a analisar o discurso sobre a Guerra de Canudos no jornal *O Estado de São Paulo*, como também a produção de sentidos relativos ao episódio nos enunciados do jornal sobre a obra euclidiana e também sobre a morte do autor em 1909.

O *corpus* da pesquisa é constituído pelo discurso do jornal acima citado no momento do conflito no interior da Bahia e nos momentos comemorativos do episódio, desde o início da guerra em 1896, até o centenário da morte de Euclides da Cunha, em 2009.

Em seus estudos, Pinheiro (2009) se propõe a responder o seguinte questionamento: em meio ao contexto de supervalorização do presente, como o jornal impresso tem celebrado o passado e resgatado o acontecimento histórico? Neste sentido, o objetivo principal da autora consiste em entender como o discurso jornalístico constrói o acontecimento histórico. Para alcançar este objetivo, Pinheiro (2009) problematiza a noção de acontecimento para a AD, para a história e para o jornalismo; descreve os principais aspectos da imprensa moderna, no que se refere à projeção de saberes, expectativa do leitor e temporalidade na narrativa;

desenvolve uma metodologia de análise do discurso jornalístico pautada na AD; investiga a construção do acontecimento jornalístico da Guerra de Canudos no momento do conflito e ao longo do tempo até 2009; e, por fim, analisa o discurso jornalístico sobre o episódio de Canudos em anos comemorativos, considerando o resgate do passado e a supervalorização do presente pelo discurso jornalístico.

No decorrer de suas análises, Pinheiro (2009) mostra que, desde a primeira reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* a respeito de Antonio Conselheiro (edição de 30 de novembro de 1896) ele é apresentado como antagonista do regime republicano e o conflito de Canudos é uma ameaça à República. De acordo com a autora, nesta reportagem, que tinha por objetivo explicar quem era Antonio Conselheiro, o periódico o compara a ascetas místicos, referindo-se a ele como “fakir”. Também é apresentado o histórico criminal de sua família, os *Maciéis*, os quais são acusados de sofrer de uma “afecção mental”.

De acordo com Pinheiro (2009), a partir destas caracterizações de Conselheiro e dos sertanejos, cria-se, no discurso do jornal em questão, um espaço de contraposição entre Conselheiro (juntamente com seus seguidores), identificados como “eles”, e os defensores da República, identificados como “nós”. A autora defende que esta contraposição não somente dominou o discurso do jornal na época da guerra como se manteve em todo o processo de resgate do acontecimento pelo jornal, inclusive nas comemorações dos centenários da guerra, da obra *Os Sertões* e da morte de Euclides da Cunha.

De acordo com a pesquisadora, esta contraposição é dividida em três fases: 1) A República ameaçada: nós contra eles, formada pelas reportagens no período da guerra, quando Conselheiro e os sertanejos representavam uma ameaça à República; 2) A República vitoriosa: nós sobre eles, que consiste nas notícias sobre a vitória do Exército e da República contra Canudos; e 3) A República envergonhada: nós sem eles, que abarcam as escassas reportagens do pós-guerra, onde o “*Estado*, como toda imprensa, também quase nada publicou sobre o destino dos prisioneiros, a prática da degola e de outros crimes praticados pelos militares” (PINHEIRO, 2009, p. 184). Este processo é denominado pela autora como “Memória impedida”, não havendo publicações a respeito de Canudos no período de um ano após o término da guerra (1898), sendo que, quando da publicação de *Os Sertões* (1902) e da morte de Euclides da Cunha (1909), surgiram apenas releituras ou referências inconsistentes sobre o evento.

Segundo Pinheiro (2009), a Guerra de Canudos volta ao cenário do jornal somente na década de 1980, quando, no discurso do jornal, Conselheiro não é mais visto como bandido, nem o arraial de Canudos como a habitação de fanáticos. Este resgate, no entanto, é

considerado por Pinheiro (2009) como uma “memória manipulada”, uma vez que o jornal põe em evidência certos aspectos relacionados ao tema de Canudos, como, por exemplo, “a tragédia da Piedade” (local em que Euclides da Cunha foi assassinado) posta em destaque em 2002, centenário de *Os Sertões*, e seu silenciamento em 2009, centenário da morte do escritor, quando o jornal censura o sensacionalismo em torno do assunto. Além de classificar esta retomada do tema de Canudos como “memória manipulada”, a autora também a considera como um processo de “memória obrigada”, em que o acontecimento histórico é imposto à memória pública pela necessidade do não esquecimento.

Concluindo sua pesquisa, a autora nos mostra que, em 2009, apesar das releituras feitas sobre o tema de Canudos, alguns sentidos permanecem no discurso de *O Estado de São Paulo*. De acordo com Pinheiro (2009), o jornal continua a retratar o sertão como retrógrado, como se, no presente, o povo do sertão ainda vivesse nas mesmas condições do final do século XIX. Os sertanejos ainda são descritos como exóticos. Continua-se dando pouco espaço, no jornal, para a voz dos sertanejos, o que significa que a leitura da Guerra de Canudos e do sertão nordestino ainda é litorânea, externa e parcial, permanecendo o “nós” para o jornal e os leitores e “eles” para os sertanejos, sendo o sertão ainda o lugar do outro.

No ramo das Ciências Sociais, apresentamos a dissertação de mestrado intitulada *A lenda arrepiadora. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antonio Vicente Mendes Maciel*, de Elvia Helena Iser, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, em 2008. A pesquisa em questão tem como tema a renúncia, que, de acordo com a autora, consiste no ato de abdicar dos prazeres da vida terrena e realizar uma redefinição drástica da vida pessoal por meio de “uma disciplina de sacrifícios e mortificações” (ISER, 2008, p. 10/11), na busca da salvação por meio da religião.

Neste sentido, o que move este estudo são os seguintes questionamentos: 1) Como tipificar sociologicamente os renunciadores? e 2) O que leva um indivíduo a abdicar dos pilares básicos de uma sociedade, como a família, a sexualidade, a individualidade, a vida profissional, por uma vida de privações? Desta forma, o objetivo da pesquisadora consiste em investigar as vicissitudes morais do indivíduo que abandona as instituições básicas da sociedade, livrando-se de certas obrigações sociais, assumindo novos papéis e se vendo diante de outros constrangimentos morais.

Para desenvolver o tema proposto, Iser (2008) realiza uma análise histórica e sócio-antropológica da biografia de Antonio Vicente Mendes Maciel, procurando compreender o processo que o levou a se transformar no renunciante Antonio Conselheiro.

Para tanto, a autora investiga a genealogia de Conselheiro colhida de duas fontes distintas: a presente na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, considerada pela autora como de caráter ficcional, e a colhida de relatos de alguns poucos autores que, como Euclides da Cunha, presenciaram a Guerra de Canudos *in loco*, como o coronel e advogado João Brígido dos Santos e o capitão Manoel Benício Fontenelle, correspondente especial do *jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. A autora também obteve dados biográficos de Conselheiro pelos trabalhos de historiadores e estudiosos do tema, como José Calasans, Nertan Macedo e Abelardo Montenegro, sendo a biografia obtida dessas fontes considerada histórica e oficial.

No entanto, a versão biográfica que predomina na pesquisa é a presente na obra *Os Sertões*, sendo usada a versão histórica e oficial, quando houve a necessidade de complementar a ficcional. Segundo a autora, a justificativa de a obra *Os Sertões* ser a principal referência na pesquisa se deve à complexidade da obra e a forma como o autor aborda o sertão e o sertanejo numa perspectiva determinista.

No decorrer da pesquisa, Iser (2008), discorre sobre a biografia de Antonio Vicente Mendes Maciel, buscando compreender os acidentes de sua trajetória de vida e os motivos que levaram Antonio Vicente Mendes Maciel a tornar-se um renunciante. Em seguida, a autora aborda o tema da renúncia no que se refere as suas características e peculiaridades, bem como os constrangimentos morais por que passam os renunciadores. A pesquisadora também trabalha questões relativas ao “carisma” e ao “messianismo”, características que podem ser atribuídas ao Conselheiro. Neste capítulo, a autora ainda aborda o exemplo de outros renunciantes e seus motivos para a escolha de renúncia.

Dando continuidade, a pesquisadora trabalha a questão do individualismo, considerando que é somente a partir de uma individualização muito forte que o sujeito é capaz de romper com os laços sociais de que faz parte. Nesta parte, ainda é feita a aproximação de dois tipos de renunciadores: Augusto Matraga, personagem do livro de João Guimarães Rosa (1978), e Antonio Vicente Mendes Maciel, mostrando que, por meio da renúncia, ambos passam da categoria sociológica de *pessoa* para a de *indivíduo*. Por último, a autora ocupa-se em estudar a forma como Antonio Conselheiro e seus seguidores fundaram Canudos como uma sociedade em paralelo ao sistema social brasileiro, como também traça algumas considerações sobre a Guerra de Canudos.

Os resultados da pesquisa apontam que o motivo da renúncia de Antonio Vicente Mendes Maciel foi o fato de sua mãe, na tentativa de armar uma emboscada para a nora adúltera, acaba provocando o assassinato de ambas pelas mãos de seu filho. Antonio Vicente Mendes Maciel, estigmatizado na sociedade por este fato trágico, viu-se obrigado a abandoná-

la, pela vergonha e pela dor imposta por sua mãe. Partindo desorientado pelos sertões, deixa o passado para trás e vai em busca de uma nova missão. A partir de sua renúncia, passa a sofrer constrangimentos morais, como falta de asseio, não ter cama para dormir e viver na solidão.

Segundo Iser (2008), Antonio Conselheiro era portador de um forte carisma e sua religiosidade era de cunho messiânico, que, combinados contribuíram para que o Conselheiro fosse seguido por muitos sertanejos e posteriormente fundassem a comunidade de Canudos, na qual Conselheiro renasce. Neste sentido, a autora conclui que Conselheiro representou um modelo de renunciador que decidiu não mais voltar à ordem social antiga, pois construiu uma “nova sociedade”, paralela ao sistema social brasileiro. Para a autora, isso mostra a vontade de Conselheiro de “voltar a existir” após sua “morte social”. Considerando a biografia de Conselheiro, a autora conclui que o processo de renúncia nem sempre é fruto de uma escolha, mas de uma tragédia pessoal. Finalizando seu trabalho, a autora faz um paralelo antropológico entre Euclides da Cunha e Antonio Conselheiro: o primeiro construtor de pontes e estradas, o segundo de igreja e cemitérios. Ambos tiveram o destino marcado pelo adultério.

Ainda no campo da sociologia, podemos apontar a dissertação de mestrado, de Mário Henrique Castro Benevides, apresentada, em 2009, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, que tem como título *Sertões em guerra – civilização e mudança social em Euclides da Cunha*. Nesta pesquisa, o autor tem como objetivo compreender a ideia de mudança social na concepção de Euclides da Cunha, principalmente por meio das construções discursivas do autor sobre civilização e violência. Em sua pesquisa, Benevides (2009) procura responder aos seguintes questionamentos: 1) Como a mudança social é abordada por Euclides da Cunha no que diz respeito ao sertão?; 2) Como a concepção de violência influencia a leitura do tema?; e 3) De que forma as noções de civilização e barbárie interferiram no entendimento de Euclides da Cunha sobre o sertão e os sertanejos? Na tentativa de responder a esses questionamentos, Benevides (2009) faz a leitura da narrativa euclidiana, fundamentado na teoria da sociologia dos textos.

Para dar início aos seus estudos, o pesquisador discorre sobre o conceito de civilização para Euclides da Cunha, para quem a ideia de civilização consistia em uma bandeira política do progresso e do desenvolvimento, que tinha como modelo os países europeus, principalmente a França. Euclides da Cunha considerava a civilização como um processo de evolucionismo, uma lei natural, mas que, como fator de mudança social, era geradora de violência. Para justificar esta posição de Euclides da Cunha, Benevides (2009) faz um levantamento sobre os teóricos europeus, do século XIX, que influenciaram o pensamento do autor, apresentando o panorama teórico da Europa naquele século, dominado pela ciência

positivista. Dentre os teóricos citados, estão: Auguste Comte (1798-1857), Kant (1724-1804), Durkheim (1858-1917), Morgan (1818-1881), Hegel (1770-1831), Spencer (1820-1903), Darwin (1809-1882), Stuart Mill (1806-1873), Taine (1828-1893), Broca (1824-1880), Morton (1799-1851), Agassis (1807-1873) e Gumplowicz (1838-1909). Na Literatura, o autor destaca Flaubert ((1821-1880) e Vitor Hugo (1802-1885). Num segundo momento, o autor busca compreender o lugar social que Euclides da Cunha ocupava e de que elementos se valia para interpretar os acontecimentos de Canudos, destacando a participação da imprensa, principalmente do jornal *O Estado de São Paulo*.

Dando continuidade, Benevides (2009) assinala a forma como Euclides da Cunha, em seus escritos, delinea o universo social do sertão e o sertanejo, apontando que, para o autor, o sertão consiste num obstáculo para a civilização. O sertanejo, por sua vez, é apresentado como uma sub-raça, ocupando o lugar do *outro*, ora como uma figura fantástica, ora como retrógrado. O sertanejo também é sorrateiro, possui capacidades não humanas e representa o terror das emboscadas, sendo identificado como jagunço, isto é, defensor de Canudos. Cunha, ao abordar os costumes religiosos dos sertanejos, cria marcas de inferioridade destes com relação aos povos do litoral, por suas crenças se distanciarem do pensamento racional, sendo exemplo de fanatismo religioso.

Na sequência, o autor analisa a narração da Guerra de Canudos por parte de Euclides da Cunha observando a narrativa pelo viés da violência. Neste sentido, o autor constata que, na produção euclidiana sobre a campanha de Canudos, tem-se a imagem da violência e do violento como elementos básicos de uma fala sobre uma guerra. Para Benevides (2009), Cunha reconhece na campanha um processo histórico fatal e apresenta o encontro entre o que considera civilização e o que considera barbárie, sendo esse contato permitido somente por meio da violência física e política da guerra. Em suma, na apresentação da batalha por Cunha, temos uma leitura da violência como elemento explicativo do movimento da história.

Desta forma, Benevides (2009) considera que, para Cunha, o conceito de civilização enquanto mudança social se organizaria em torno de três pontos: 1) a civilização como um meio e fim de mudança; 2) a civilização como geradora de violência; e 3) a civilização como agente dos processos de mudança em uma sociedade antes isolada – a ação do exército.

Na área da Literatura, podemos citar a dissertação de mestrado que tem como título *História e transfiguração em Os Sertões, de Euclides da Cunha*, de Telmo de Maia Pimentel, apresentada em 2010, ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Crítica Literária, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-Goiás. Em sua dissertação, Pimentel (2010) se propõe a fazer uma leitura da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, evidenciando os

problemas da ficção pela ótica do romance moderno, a relação entre História e Literatura e a passagem do histórico para o narrativo-historial, como também discute a mudança que houve no discurso do autor com relação ao enfoque dos fatos narrados na obra. Sob as luzes da Literatura, e recorrendo ao discurso mítico-romanesco, o pesquisador procura compreender de que forma Euclides da Cunha aborda a questão do imaginário do sertanejo, de Antonio Conselheiro e da República.

Ao iniciar seus estudos sobre o tema, o autor, ressaltando a importância de Cunha e sua obra, deixa posto que a concepção de mundo do autor, ao chegar a Canudos como correspondente de *O Estado de São Paulo*, estava mergulhada na supervalorização dos pressupostos positivistas, decorrendo daí a forma como avalia, nas duas primeiras partes da obra (A terra e O homem), o sertão e os sertanejos.

Pimentel (2010) resalta o fato de Euclides da Cunha ter se decepcionado com a República, após esta ser instalada, porque não significou uma mudança real para a sociedade. Desta forma, o pesquisador discorre sobre a mudança de direção no discurso de Cunha a partir da terceira parte da obra (O homem). De acordo com Pimentel (2010), nesta parte, a República passa de ideal de progresso da nação, para algoz daqueles brasileiros em essência, os sertanejos. Estes, por sua vez, apesar de não terem êxito contra a civilização, na terceira parte da obra, passam a ser apresentados como fortes e corajosos pela sua capacidade de enfrentamento do Exército. Para o autor, apesar de Cunha se mostrar favorável aos sertanejos nesta parte da obra, não consegue se libertar de seus preconceitos com relação a eles devido a sua crença científica.

Pimentel (2010) também aponta o problema acerca da dificuldade de classificação da obra *Os Sertões* num determinado gênero (ficção x ciência, história x realidade). Apontando as discussões em torno do tema, mostra que ainda não se tem uma resposta definitiva quanto à classificação de *Os Sertões*. Quanto ao texto de *Os Sertões*, o autor atenta para as questões filosóficas e literárias da narrativa, como também discorre a respeito dos limites entre história e ficção. Segundo o pesquisador, apesar das diferenças existentes entre o texto literário e o histórico, tendo em vista que, enquanto o primeiro não se preocupa com a comprovação da veracidade dos fatos, o segundo deve ser construído com base em documentos oficiais e fontes confiáveis, a semelhança entre eles consiste no fato de que ambos são discursos, com os quais se procura dar significação ao passado, ou seja, a acontecimentos do real.

Por último, Pimentel (2010) destaca que *Os Sertões* é trágico pelo seu desfecho, “épico” pela heroicidade dos sertanejos, e “irônico” pelo fato de que desmerece a vitória do Exército, colocando-o juntamente com a República, como vilões da história. Nesta parte, o

pesquisador faz uma aproximação entre Cunha e Conselheiro, pois, segundo ele, Cunha via em Conselheiro seu *outro*. O autor aponta que ambos partilharam da mesma tragédia pessoal: possuíam esposas adúlteras; enquanto Cunha defendia uma República socialista com base no cientificismo, Conselheiro almejava a sociedade ideal (monarquista) por meio do catolicismo popular; ou seja, o primeiro, para lutar pelo bem comum, tinha como arma a ciência e o segundo a religião, porém ambos objetivavam o bem de uma coletividade

Como resultado de sua pesquisa, Pimentel (2010) destaca que o motivo da obra *Os Sertões* ser referência para várias áreas do conhecimento, como Literatura, História, Sociologia, Antropologia, entre outras, deve-se ao fato de trazer no enredo questões de ordem social, político-ideológicas e filosóficas, como a rivalidade entre o regime monarquista e o republicano e as concepções da teoria positivista. De acordo com o pesquisador, na obra, Cunha mostra uma República dividida entre o sonho da unidade nacional e a descoberta do povo sertanejo, representante da diversidade. Neste processo, o sertanejo evolui de sua condição de mestiço para a condição de herói nacional, capaz de instaurar a verdadeira nação, o que revela a utopia de uma sociedade civilizada. Pela linguagem simbólica, Cunha transfigura o homem, a terra e a luta, apresentando para os leitores a Guerra de Canudos em sua totalidade.

Na área das Belas Artes, podemos citar a pesquisa de Jadilson Pimentel dos Santos, que tem como título *A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro*, apresentada, em 2011, ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Artes Visuais. O trabalho de Santos (2011) vai numa direção totalmente diferente dos trabalhos abordados até o momento, como também da presente pesquisa. O autor estuda a vida de Antônio Conselheiro desde 1874 até a fundação do arraial de Canudos e sua destruição e o diferencial de sua pesquisa é que Conselheiro é analisado enquanto arquiteto popular, construtor e restaurador de obras pias, decorador e fundador de cidades, ou seja, ele é visto enquanto sujeito do seu tempo e dos desejos de sua época. Seus adeptos, por sua vez, não são abordados como jagunços e fanáticos, mas como construtores de valores sociais e estéticos e como produtores de história e memória.

Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo revelar e divulgar as obras pias construídas por Antônio Conselheiro e seus seguidores, como também possibilitar uma política de preservação desses monumentos, que, apesar de dizerem muito sobre uma época, um povo e uma cultura, encontram-se em completo esquecimento.

Por meio de pesquisa de campo, fontes orais, consultas a documentos como cartas, jornais, fotografias, obras de cronistas, jornalistas e poetas, Santos (2011) faz uma incursão pela vida e obra de Antonio Conselheiro desde quando se encontrava em sua terra natal, Quixeramobim, até a fundação de Canudos. Nesta incursão, o autor refaz os caminhos trilhados por Conselheiro no sertão nordestino e, por meio de figuras de mapas, fotografias de igrejas, cruzeiros e cemitérios, plantas baixas de construções, vai desvendando os passos do beato e suas obras. Desta forma, o pesquisador explicita a organização do trabalho artístico de Conselheiro, a forma como movia recursos financeiros e de mão de obra para as construções, como também as tendências artísticas utilizadas pelo beato.

No decorrer de sua pesquisa, Santos (2011) conclui que Antônio Conselheiro era apaixonado por construção de obras pias (igrejas, capelas, cruzeiros e cemitérios). Por todas as cidades por onde passou, Conselheiro se ofereceu para fazer alguma obra, sendo, no período estudado (1874-1897), a pessoa que mais prestou serviços aos sertanejos. Como havia poucas igrejas no interior do sertão na época, para o beato, a construção de templos significava a sequência de suas prédicas, pois dava condições aos sertanejos continuarem em contato com um mundo divino. Na pesquisa elaborada, o autor afirma que as construções e restaurações realizadas por Conselheiro extrapolam o número de vinte e cinco, que, de acordo com a tradição oral, seria a quantidade de obras que ele se propôs a realizar quando saiu do Ceará.

A influência artística de Conselheiro vinha de religiosos da época como o frei italiano Apolônio de Todi e do Padre Ibiapina; contudo, o pesquisador considera que as construções de Conselheiro não são mera imitação dos trabalhos dos missionários que andavam pelo sertão. Em suas edificações, o beato aplicou diversas tendências artísticas que iam do Hibridismo popular, ao Barroco tardio, Rococó, Neoclássico e Neogótico, seguindo as tendências artísticas que surgiam nas grandes cidades. Estas constatações contradizem as afirmações de Euclides da Cunha que classificava as obras de Conselheiro como uma “engenharia rude”.

Por fim, Santos (2011) diz que as obras de Conselheiro, que são encontradas ainda hoje, persistiram ao movimento de aniquilamento de um Brasil feio e atrasado que deveria dar lugar a edifícios mais modernos, além das construções de Conselheiro significarem uma lembrança viva dos acontecimentos de Canudos, os quais deveriam ser esquecidos, ou seja, apagados da história.

Os trabalhos apresentados neste capítulo representam apenas uma pequena amostra dos estudos que o tema de Canudos tem proporcionado, ainda na atualidade. A partir das

leituras realizadas, podemos dizer que o traço comum das pesquisas apresentadas é o desejo de explicar, de alguma forma, a trajetória de Antonio Conselheiro e o episódio da guerra liderada por ele no interior da Bahia, o que significa que a Guerra de Canudos e seu líder ainda são um assunto não resolvido na história nacional.

5 ANTÔNIO CONSELHEIRO NA MATERIALIDADE DISCURSIVA

5.1 Denominações

o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico, ou entre linguagem e exterioridade. (MARIANI, 1998)

A aparição e a trajetória de Antônio Conselheiro no cenário e na história nacional foi (e continua sendo) uma incógnita. Primeiramente, o discurso jornalístico e, posteriormente, o discurso literário, o qual transformou o Conselheiro em personagem, tentaram compreender, explicar e tornar palpável para os leitores o protagonista da guerra desenvolvida no sertão nordestino. Uma das formas encontradas pelo discurso jornalístico e pelo discurso literário para tornar o Conselheiro compreensível foi a utilização do mecanismo de denominação.

Quando falamos em denominação, tocamos na questão do sentido e da referência. Mariani (1998) diz que a referência corresponde à possibilidade de designar algo através da linguagem e que a essas designações estão ligados sentidos diferentes. Com relação à questão da referência e do sentido, a autora utiliza o exemplo de Frege a respeito das expressões “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”, as quais são linguisticamente diferentes, com sentidos diferentes, porém possuem a mesma referência: o planeta Vênus. Poderíamos dizer, então, que as expressões “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” denominam o referente “Vênus”. Nesse sentido, Mariani diz que as denominações são

um modo de construção discursiva dos ‘referentes’, [e] tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, ‘os pontos de estabilização de processos’ resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo. (MARIANI, 1998, p. 118, aspas da autora, grifos nossos).

Quando Mariani afirma que as denominações condensam em um substantivo os pontos de estabilização de processos resultantes das relações de força entre as formações discursivas em disputa, ela quer dizer que, quando uma FD dominante impõe um sentido seu à forma de uma denominação, impede que outros sentidos se instalem.

Outro ponto relativo às denominações é que elas denunciam a posição-sujeito de quem as emprega. Segundo Soares (2010), as denominações

representam uma posição discursiva em relação ao que se denomina, estão na confluência da língua e da história e produzem sentidos. **Na ordem do discurso, as denominações fazem emergir a posição-sujeito dos enunciadores, evidenciando, assim, as formações discursivas.** (SOARES, 2010, grifos nossos).

Considerando esta característica, a partir do momento em que, no discurso jornalístico, o Conselheiro é denominado como **embusteiro** ou quando Euclides da Cunha, atravessado por uma FD republicana e por outra determinista, denomina-o como **falso apóstolo**, por exemplo, essas denominações evidenciam a posição discursiva e ideológica do sujeito falante e, ao mesmo tempo, impedem que sentidos contrários, como honesto e autêntico apóstolo, sejam atribuídos ao Conselheiro enquanto sujeito empírico ou personagem, sendo, portanto, uma forma de silenciamento de outros sentidos possíveis. Para Mariani (1998),

As denominações significam, e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que elas ‘iluminam’ a natureza das relações de força existentes numa formação social, ou, em outras palavras, **tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais.** (MARIANI, 1998, p. 118, grifos nossos).

Ou seja, da mesma forma que as denominações impõem determinados sentidos pertencentes às FDs dominantes, silenciam outros, pertencentes às FDs dominadas. Isso significa que os sentidos cristalizados a respeito do Conselheiro na imprensa ou enquanto personagem no livro *Os Sertões* não eram os únicos conferidos a ele, mas que eram pertencentes à FD dominante na época. Quanto à questão do sentido, Orlandi diz que "dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*" (ORLANDI, 1993, p. 15, itálicos da autora).

Nesse sentido, a partir do momento em que o discurso jornalístico ou Cunha, por meio de denominações, atribuem sentidos ao Conselheiro, eles constroem sítios de significância em torno do sujeito e da personagem, de modo que ambos passam a ser interpretados a partir das

denominações conferidas a eles. Conceito criado por Orlandi (1993), os sítios de significância são regiões discursivas de sentido que se organizam em torno das denominações. Segundo Mariani (1998), essas regiões discursivas podem ser repetidas ou modificadas de acordo com as relações de força existentes nas formações sociais correspondentes a cada período histórico. Nesse sentido, os sítios de significância se alojam na memória, impedindo a instalação de outros sentidos possíveis, disfarçando a tensão entre eles e, de forma contraditória, evidenciam a fuga dos sentidos. Considerando o exposto, o processo de denominação é um processo discursivo, uma vez que ele é permeado pela ideologia e pela historicidade. Assim, denominar pertence à ordem do discurso e não da língua, pois extrapola as fronteiras linguísticas.

5.2 As denominações em torno do Conselheiro no discurso jornalístico

A Guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos. (GALVÃO, 1994).

Tendo em vista que o Conselheiro é uma personagem histórica, inspirada na vida real, antes da publicação de *Os Sertões*, já havia, na sociedade, a circulação de discursos referentes a ele, sendo os jornais da época os principais responsáveis por essa circulação. Pelo fato de Euclides da Cunha ocupar a posição sujeito jornalista, consideramos que ele tenha sido atravessado pelo discurso jornalístico quanto à forma como construiu o Conselheiro enquanto personagem de sua obra.

Neste sentido, apresentaremos, na sequência, a forma como essa personagem era denominada pelo discurso jornalístico da época da Guerra de Canudos. Para tanto, analisamos as reportagens sobre a guerra feitas por enviados especiais ao local do conflito, as quais se encontram no livro *No Calor da Hora*, de Walnice Nogueira Galvão¹⁶. Foram encontradas

¹⁶O livro *No Calor da Hora*, de Walnice Nogueira Galvão, pertence à área da Literatura e consiste em uma pesquisa a respeito dos jornais do ano de 1897 e dos tipos de reportagens veiculadas a respeito da Guerra de Canudos naquele ano. Este livro traz integralmente as reportagens a respeito da Guerra de Canudos feitas por enviados especiais ao local do conflito no ano de 1897.

denominações¹⁷ a respeito do Conselheiro, de seu temperamento e de suas pregações nas reportagens dos seguintes jornais: *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), *Jornal de Notícias* (Bahia), *A Notícia* (Rio de Janeiro) e *O País* (Rio de Janeiro).

Abaixo, encontram-se algumas sequências discursivas pertencentes ao discurso jornalístico nas quais podemos perceber a presença do uso de denominações no processo de caracterização do Conselheiro. A seguinte SD consiste no trecho de uma entrevista com o *Dr. José Gonçalves*, ex-governador da Bahia e grande chefe do sertão que, na época, diz o seguinte acerca dos intuitos do Conselheiro:

SD33: Quanto aos intuitos de Antônio Conselheiro, não os conheço. Sempre ouvi dizer, nunca o vi, que era um **fanático religioso** que **detestava a República e os republicanos**; hoje, o que nele aparentemente vejo é um **guerrilheiro terrível**. (GALVÃO, 1994, p. 153, grifos nossos).

Esta entrevista foi concedida à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e foi publicada em 27 de agosto de 1897. Na entrevista, o ex-governador fala que não conhece as intenções de Conselheiro e, ao dizer que nunca o viu, mas que sempre **ouviu dizer** que era um **fanático religioso**, deixa dito que o que sabe sobre o líder do arraial de Canudos é apenas o que se comenta a seu respeito, o que o afasta de qualquer ligação que teria com Conselheiro, como chegou a ser acusado. Tendo em vista que o entrevistado repete o que ouviu dizer, consideramos que circulava no sertão um discurso de fanatismo religioso atribuído a Conselheiro, como também o discurso de que ele seria contrário ao novo regime político do país, pois **detestava a República e os republicanos**. Neste sentido, poderíamos dizer que era desta forma que o Conselheiro era conhecido na região e no país.

O *Dr. José Gonçalves* conclui sua fala dizendo que o Conselheiro aparenta ser um **guerrilheiro terrível**, colocando-o como um combatente perigoso, já que um guerrilheiro não segue normas de combate, sendo imprevisível e indisciplinado. O adjetivo terrível atua como um intensificador do termo “guerrilheiro”, pois o líder do arraial de Canudos, além de ser um guerrilheiro, era terrível. Este adjetivo também pode indicar o nível de tensão existente a esta altura do conflito que, considerando a data da entrevista (agosto) e o término da guerra (outubro), já se estendia por quase um ano.

¹⁷ Como vimos acima, de acordo com Mariani (1998), as denominações são formadas por “sintagmas nominais e expressões”. Neste trabalho, contudo, temos várias denominações constituídas por adjetivos que não correspondem a um sintagma nominal ou a uma expressão nominal, porém, consideramos a adjetivação como um processo de denominação pelo fato de ter o poder de designar um referente.

A seguinte SD descreve o clima festivo no acampamento dos soldados quando da vitória do Exército sobre os sertanejos e se refere ao Conselheiro já morto.

SD34: Enquanto todos nos confundíamos em abraços e manifestações de alegria, congratulando-nos uns com os outros, o General-em-Chefe, que sabia da morte de Antônio Conselheiro, mandava a distinta comissão de engenheiros que fizesse remover o entulho do santuário a fim de se descobrir a sepultura do **homem sertanejo e inculto** que, habilmente fanatizando uma grande parte de seus concidadãos, abalou no fim deste século o seu país inteiro. (GALVÃO, 1994, p. 211, grifos nossos)

Esta SD consiste no trecho de uma reportagem escrita em 08 de outubro de 1897, pelo jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, já depois do fim da guerra. Nesta SD, percebemos uma mudança no discurso com relação a Antônio Conselheiro e aos seus seguidores. O Conselheiro, depois de morto, não é mais denominado como fanático religioso e guerrilheiro terrível, mas de **homem sertanejo e inculto**; os seguidores do Conselheiro deixam de ser *jagunços* e assumem o posto de **concidadãos**. Galvão (1994) explica que essa mudança no discurso após o fim da guerra se deve a um sentimento de remorso que tomou conta da sociedade brasileira em face da destruição de Canudos e o extermínio de seus habitantes. Segundo a autora,

Todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional. Para fazê-la, **foi preciso usar ferro e fogo, o que repugnou a alguns; mas a repugnância veio depois do perigo ter sido afastado ou quando estava prestes a sê-lo.** [...]. No caso, **foi só nos últimos momentos da guerra ou depois de seu fim que os rebeldes começaram a ser chamados de brasileiros**, como se viu nos textos apresentados; **até aí, a denominação comum é a de jagunços**. Ea ‘incorporação à nacionalidade’ é o que pedem aqueles que protestam, já ou anos mais tarde, em nome dos sertanejos exterminados. **Uma vez mortos, passam a ser irmãos.** (GALVÃO, 1994, p. 107/108, aspas e itálicos da autora, grifos nossos).

Galvão consegue resumir o estado de espírito do país com relação à Guerra de Canudos, onde, depois do massacre, a nação como um todo passa a enxergar os sertanejos como seus irmãos e como cidadãos, tal como pudemos notar na SD em questão. Neste sentido, na SD33, não são mais acionados sentidos relativos à violência, quando o jornal se refere ao líder do conflito e aos seus adeptos. O Conselheiro é posto como um ignorante, pois é denominado **homem sertanejo e inculto**, o que marca a posição discursiva do jornal, para o qual o interior é sinal de falta de cultura.

O jornal se refere ao Conselheiro como um fanatizador, dizendo que ele **fanatizou habilmente** seus concidadãos. Para as condições de produção da obra, a ação de fanatizar não é tida como positiva, porém, nesta SD, não aparecem colados a ela outros sentidos negativos; ao contrário, o jornal afirma que o Conselheiro fanatizou **habilmente** e a ação de fanatizar adquire, assim, uma conotação positiva. Percebemos neste advérbio um deslize no discurso do jornal, tendo em vista que, no enunciado anterior, o Conselheiro é denominado como sertanejo e inculto, ou seja, ele é referido como ignorante. Isto significa que as FDs não são blocos homogêneos, mas são “constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente” (ORLANDI, 2007, p. 44). Desta forma, considerando que a produção de sentidos acontece a partir da filiação do sujeito a determinadas FDs, as quais entrecruzam-se no emaranhado de infinitas outras FDs, lapsos e incoerências são próprios do discurso do sujeito¹⁸.

Nesse sentido, nos perguntamos: poderia um ignorante e sem cultura fanatizar habilmente seus compatriotas? Notamos, ainda, que o Conselheiro, juntamente com seus seguidores, para utilizarmos as palavras de Galvão (1994), são “incorporados à nacionalidade”, já que são denominados concidadãos.

Na SD a seguir, encontramos uma denominação para as práticas do Conselheiro, que podem ser entendidas tanto por suas ações no arraial de Canudos como por suas pregações:

SD36: Uma das coisas que a história há de discutir é o fato de ser ou não Canudos um reduto monarquista. Para mim há quem explore os acontecimentos, armando braços criminosos contra a paz da República. Esses exploradores, porém, não são aqui da Bahia, são de fora, são de muito longe. O *Conselheiro* antipatizou a República e atrás de suas **práticas perversas e perversoras** houve quem procurasse cevar ódios contra o novo regime. (GALVÃO, 1994, p. 386, itálicos da autora, grifos nossos).

Nesta reportagem, publicada em 22 de julho de 1897 pelo *Jornal de Notícias* da Bahia, o Conselheiro é inocentado quanto a acusações de ser um restaurador da Monarquia no país. O jornal defende que haveria pessoas de fora se aproveitando da situação no interior da Bahia

¹⁸De acordo com Pêcheux (2008) “**todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho** (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) **de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida**, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação” (PÊCHEUX, 2008, p. 56-57, aspas e itálico do autor, grifos nossos).

para ir contra a paz da República e alimentar a rejeição ao novo regime. No entanto, admite que o Conselheiro tenha antipatizado a República e denomina as práticas do Conselheiro como **perversas e perversoras**. Como **práticas perversas**, podemos entender que o jornal se refira ao modo como o Conselheiro comandava o arraial, visto que ele era caracterizado, pelo discurso jornalístico, com sentidos de violência. Como **práticas perversoras**, é possível entender que o jornalista esteja se referindo ao fato de o Conselheiro pregar contra o regime republicano, fazendo com que seus seguidores também detestassem a República e os republicanos. Desta forma, embora o jornalista esteja inocentando o Conselheiro de acusações de líder de um reduto monarquista, não deixa de atribuir a ele sentidos de malvadeza e crueldade.

Na SD abaixo, notamos, novamente, que o discurso do jornal falha, pois desliza para uma região de sentidos favorável ao Conselheiro. Vejamos:

SD37: Fora, como tantas outras, arrastada pelas cavilosas promessas do Bom Jesus, que, em suas prédicas, fulminava com a cólera celeste a mulher que não seguisse à risca os seus conselhos. [...] **Canudos, porém, é como o inferno**: uma vez transposto ninguém de lá sai senão por ordem do **Bom Jesus**, que, para evitar evasões, dispõe de cêrberos adestrados. [...] A alimentação predileta do **santo** consiste em ovos cozidos, leite e água, que absorve em horas incertas e longe de testemunhas. É tal o poder que exerce, que **nem os chefes, Pajeú, Vila Nova e outros, ousam discutir as ordens que recebem, ainda que estas sejam tresloucadas**. [...] Todos os dias, a hora certa, esfuziem ou não as balas, troveje ou não a nossa artilharia, ouvese o som plangente do sino da igreja, lembrando aos fiéis as rezas costumeiras. Lá está o **santo**, mãos cruzadas sobre o cajado nodoso, olhos baixos, atitude seráfica, vestindo o seu rafado burel de pano azul, cabelos longos, já grisalhos, puxando, como se diz em gíria de igreja, o terço contado pelo mulherio beato. A figura elevada do **santo** destaca-se macerada e triste dentre as luzes dos círios, como uma evocação das almas do outro mundo. [...] Nesses instantes, quando mais nutrido vai o fogo dos assaltantes, os homens abandonam o **santo**, que fica entre as mulheres, como em um rosário o padre-nosso entre as ave-marias. [...] Quase todos, homens ou mulheres, trazem bentinhas ao pescoço, oferecidos pelo **Bom Jesus**, para resguardá-los de mortes violentas, da peste, da fome, dos inimigos traiçoeiros, da caipora, do mal parto, do feitiço, das mordeduras de cobras, da espinhela caída, de mil coisas em suma. [...] **Como vencer esse povo que se deixa matar estupidamente, fanaticamente, por um embusteiro que se faz emissário de Deus?** Perguntava a mim mesmo, enquanto ouvia a megera discorrer sobre o **Bom Jesus**. (GALVÃO, 1994, p. 455-456, grifos nossos, itálicos da autora).

A SD acima consiste no fragmento do relato de uma mulher, Maria Rosa de Soledade, que vivera em Canudos e que, de acordo com o jornalista, era uma “**jagunça devota do Bom Jesus**”. O relato foi colhido pelo jornal *A Notícia* do Rio de Janeiro e publicado na edição de

14/15 de setembro de 1897. Nesta SD, percebemos o deslize do ritual discursivo constituindo o discurso do jornal, visto que é atribuído a Conselheiro as denominações **Bom Jesus** e **santo**. Destacaremos este deslize do discurso principalmente nos seguintes trechos da SD: “**Fora, como tantas outras, arrastada pelas cavilosas promessas do Bom Jesus; [...] Canudos, porém, é como o inferno: uma vez transposto ninguém de lá sai senão por ordem do Bom Jesus; [...] e como vencer esse povo que se deixa matar estupidamente, fanaticamente, por um embusteiro que se faz emissário de Deus?**”.

No primeiro trecho é dito que Maria Rosa fora arrastada a Canudos, ou seja, não foi até lá por livre e espontânea vontade, mas, sim, iludida pelas cavilosas ou falsas promessas do Conselheiro, o Bom Jesus. Nessa passagem, a expressão “**cavilosas promessas**” se choca com a denominação **Bom Jesus**, no sentido de que um Bom Jesus não faria promessas falsas para seus seguidores. No segundo trecho, o jornalista afirma que **Canudos é como o inferno** e passa a descrever o dia a dia do arraial, como sendo um lugar de morte, fome e fanatismo e, decididamente, o inferno não é o lugar de um **Bom Jesus** ou de um **santo**. No último trecho, o jornalista denomina o Conselheiro de **embusteiro**, que significa desonesto, trapaceiro, ladrão, malandro e golpista, sendo uma denominação com sentidos totalmente opostos às denominações **Bom Jesus** e **Santo**, atribuídas ao Conselheiro no decorrer da SD.

As denominações encontradas para Antônio Conselheiro no discurso jornalístico são agrupadas no quadro abaixo da seguinte maneira:

	Para Conselheiro e sua aparência	Para o temperamento do Conselheiro ou estado de saúde mental	Para as pregações de Conselheiro
<i>Gazeta de Notícias</i> (Rio de Janeiro)	fanático religioso, guerrilheiro terrível, bandido, homem sertanejo e inculto, Bom Jesus, fanatizador.		
<i>Jornal do Comércio</i> (Rio de Janeiro)	rei dos jagunços.		
<i>Jornal de Notícias</i> (Bahia)	santo.		práticas, práticas perversas e perversoras.
<i>A Notícia</i> (Rio de Janeiro)	Bom Jesus dos jagunços, chefe dos fanáticos, fera bravia, ermitão de Canudos, Bom Jesus, santo, embusteiro.	instintos ferozes.	cavilosas promessas.
<i>O País</i> (Rio de Janeiro)	maníaco.		

Quadro 2 – Denominações em torno do Conselheiro no discurso jornalístico.

Fonte: Elaborado pela autora.

A montagem do Quadro 1 permite observar o conjunto das denominações atribuídas ao Conselheiro no discurso jornalístico, evidenciando as regiões discursivas de sentido produzidas por elas. De forma geral, com relação às denominações referentes ao Conselheiro, constatam-se as seguintes direções de sentido: em primeiro lugar, podemos notar os sentidos ligados à violência e à marginalidade, pois, de acordo com o quadro acima, o Conselheiro seria um **guerrilheiro terrível, bandido, fera bravia, embusteiro** e um **maníaco**; em segundo lugar, percebemos sentidos relativos a fanatismo religioso, visto que o Conselheiro é denominado um **fanático religioso, fanatizador e chefe dos fanáticos**.

A denominação de **homem sertanejo e inculto** atribuída ao Conselheiro aciona, da memória, sentidos de atraso social e ignorância, uma vez que, no contexto sócio-histórico e ideológico de nosso país, no início do século XIX, o século do progresso, a equação campo=atraso ou campo=ignorância eram sentidos muito presentes.

Notamos que, em algumas denominações conferidas ao Conselheiro, o discurso jornalístico desliza, como podemos perceber nas seguintes denominações: **rei dos jagunços,**

santo, Bom Jesus, Bom Jesus dos jagunços e ermitão de Canudos. Isso, porque, essas denominações, no contexto de produção das reportagens, acionam sentidos positivos ao Conselheiro.

A denominação encontrada para o temperamento do Conselheiro, ou seja, seu humor, sua índole – **instintos ferozes** – aciona sentidos de violência, brutalidade e selvageria, colocando-o como um animal, pois tanto o substantivo quanto o adjetivo que compõem a denominação indicam esses sentidos.

Quanto às pregações de Conselheiro, elas são denominadas pelo discurso jornalístico como **práticas**. Isso significa que o *Jornal de Notícias* da Bahia, que publicou a notícia com essa denominação, não considerava que as pregações do Conselheiro eram de cunho religioso. Uma segunda denominação do mesmo jornal vem confirmar esse sentido produzido, uma vez que, numa segunda referência às pregações do Conselheiro, o periódico as denomina como **práticas perversas e perversoras**, ou seja, eram cruéis e nefandas, não apresentando, desta forma, nenhum matiz de religiosidade. Já o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, denomina as pregações do Conselheiro como **cavilosas promessas**, denominação que também não produz nenhum sentido referente à religiosidade, pois, de acordo com o jornal, elas seriam somente promessas e, ainda, cavilosas, ou seja, falsas, astutas, artificiosas.

A partir das análises acima elaboradas, percebemos que, na ordem do discurso jornalístico **sobre** o Conselheiro, as denominações a ele atribuídas, apesar de deslizarem para sentidos favoráveis, organizam uma região de sentidos negativos em torno do líder do arraial de Canudos, sentidos esses que apontam para a violência, a selvageria, o fanatismo e a falsidade, colocando-o no lugar de inimigo do país, no lugar **do outro, do Mal**, daquele que precisa ser eliminado. Esse efeito é conseguido por meio de denominações que “tornam ‘objetiva’ uma dada ‘realidade’” (MARIANI, 1998, p. 122), sendo, portanto, um mecanismo ilusório de objetividade da linguagem.

5.3 As denominações em torno do Conselheiro no discurso literário

Entre o observador atento e a cidadela-mundêu dos jagunços havia mais do que um simples olhar desprevenido: a fixação do homem e o relato da luta não se faziam sem a tela das mediações ideológica e literária. O Conselheiro será, sempre, o fruto mórbido de uma cultura propensa à desordem e ao crime. (BOSI, 2002)

A Guerra de Canudos, por ter sido um evento que surpreendeu a nação, suscitou um desejo de explicação para o episódio. Nele, tínhamos uma figura central, Antônio Conselheiro, apontado como responsável pelo conflito. No entanto, quem era essa pessoa? Como ele conseguiu tão grande quantidade de seguidores? Como resistiu tanto tempo em uma batalha contra o Exército do país? Segundo Galvão (1994), os jornais tentavam elaborar explicações para a causa da guerra que acontecia no interior da Bahia, em reportagens que iam do estilo sensacionalista às de cunho ponderado e até mesmo galhofeiro.

No entanto, como vimos em capítulo anterior, Candido (2011) defende que é impossível para os seres humanos o conhecimento completo de seus semelhantes, o que nos causa uma sensação de impotência. Poderíamos dizer que era esta a sensação que a nação tinha com relação a Antônio Conselheiro, pois o que se tinha eram apenas informações a seu respeito, por vezes contraditórias, e o desejo de explicação para a Guerra de Canudos e o conhecimento de seu responsável não eram supridos.

Ainda de acordo com Candido (2011), é somente na obra de ficção que nos é possível o conhecimento absoluto dos seres, tendo em vista que são apresentados na forma de personagens e que, graças às técnicas de caracterização, parecem-nos seres ilimitados, porém coerentes e coesos, ou seja, palpáveis. Neste sentido, para suprir este desejo de explicação para o conflito de Canudos e, principalmente, para o Conselheiro, Euclides da Cunha aborda o tema e a pessoa em um romance, transformando Canudos em cenário e o Conselheiro em personagem. Para o autor,

dada a circunstância de ser o criador da realidade, que apresenta, **o romancista**, como o artista em geral, domina-a, delimita-a, mostra-a de modo coerente, e nos **comunica esta realidade como um tipo de conhecimento** que, em consequência, é **muito mais coeso e completo** [portanto mais satisfatório] **do que o conhecimento fragmentário ou a falta de conhecimento real que nos atormenta nas relações com as pessoas.** (CANDIDO, 2011, p. 64, grifos nossos).

É neste sentido que Gutiérrez (2002) afirma que Cunha, ao escrever *Os Sertões*, tentou elaborar “um compêndio do conhecimento da época, uma explicação para Canudos” (2002, p. 289). Ou seja, Cunha, ao retratá-los em uma obra de ficção, consegue comunicar um conhecimento referente ao episódio e ao Conselheiro, mais coeso, completo e satisfatório que

as informações e explicações transmitidas pelos jornais, suprindo, assim, o desejo de explicação para o evento.

Tendo em vista que o foco principal desta pesquisa é Antônio Conselheiro, nos deteremos nos recursos de criação artística que são empregados em torno de sua figura. Um desses recursos utilizados por Cunha é a denominação, que pode ser considerada uma forma de simplificação, pois, de acordo com a sessão “Denominações”, a partir do momento em que atribuímos uma denominação a um ser (que pode ser real ou fictício), passamos a enxergá-lo do ponto de vista da denominação. Ainda conforme Candido (2011),

A força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo; mas isso, devido à unidade, à simplificação estrutural que o romancista lhe deu. Graças aos recursos de caracterização [...], o romancista é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza; mas nós apreendemos, sobrevoamos esta riqueza, temos a personagem como um todo coeso ante a nossa imaginação. (CANDIDO, 2011, p. 59, grifos nossos).

Desta forma, a partir do momento em que Cunha, em *Os Sertões*, atribui a sua personagem algumas denominações, que são retomadas em forma de paráfrases no decorrer do enredo, ele simplifica o Conselheiro tornando-o um ser coerente, coeso e, ao mesmo tempo, profundo e ilimitado, como personagem central de sua obra.

Passaremos à análise de algumas sequências discursivas nas quais destacaremos as denominações relacionadas ao Antônio Conselheiro na obra *Os Sertões*. A partir da leitura da obra, percebe-se que Euclides da Cunha, ao introduzir a personagem do Conselheiro no enredo, atribui a ele sentidos referentes à loucura, ao mistério, ao burlesco, ao fanatismo e à violência. Em primeiro lugar, podemos destacar os sentidos relativos à insanidade mental na construção da personagem:

SD38: o infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, **indo para a história como poderia ter ido para o hospício.** Porque para o historiador não foi um **desequilibrado.** (CUNHA, 1996, p. 121, grifos nossos).

Nesta SD, destacamos a denominação **desequilibrado** atribuída ao Conselheiro, a qual é introduzida por uma oração negativa: “para o historiador **não** foi um **desequilibrado**”. Apesar de a oração ser negativa, o efeito de sentido alcançado por ela é de afirmar o caráter de desequilíbrio da personagem, pois, de acordo com a sequência, o Conselheiro não era considerado desta forma apenas para o historiador, o que significa que, exceto os

historiadores, todas as outras pessoas concordariam que ele possuiria problemas mentais. Tanto que, na narrativa, o autor deixa dito que o Conselheiro **poderia ter ido para o hospício**. Cunha, no decorrer da obra, reforça estes sentidos para a sua personagem. É o que percebemos na SD a seguir:

SD39: o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o **temperamento delirante**. A pouco e pouco todo o domínio que, sem calculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. Todas as conjeturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do **próprio desvario**. A sua **insânia** estava, ali, exteriorizada. (CUNHA, 1996, p. 131, grifos nossos).

As denominações destacadas na SD acima, referentes ao estado mental do Conselheiro, colocam-no como um louco, pois a personagem possui um **temperamento delirante**, sofre de um **desvario** e exterioriza a sua **insânia**. Tendo em vista que a personagem já havia sido caracterizada como desequilibrada no enredo da obra, o efeito de sentido desta SD é que o Conselheiro era mesmo um alucinado e que deveria ter ido para o hospício. Além das denominações referentes à insanidade do Conselheiro, percebemos, nesta SD, um clima de mistério em torno de sua figura. Nas palavras do autor, a personagem teria um **viver misterioso** e ainda era rodeado por **lendas**. Na narrativa, após ter apresentado o caráter insano do Conselheiro, Cunha atribui a ele sentidos de mistério e monstruosidade:

SD40: Como se faz um **monstro**. E surgia na Bahia o anacoreta **sombrio**, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face **escaveirada**; olhar fulgurante; **monstruoso** dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão, em que se apóia os passos tardos dos peregrinos [...]. (CUNHA, 1996, p. 130-131, grifos nossos).

Em primeiro lugar, poderíamos destacar nesta SD que o Conselheiro é apresentado como uma personagem que se distancia do asseio e dos bons costumes da época, pois tinha os cabelos e a barba crescidos, vestia um hábito azul de brim e vinha acompanhado de um clássico bastão. Ora, para o final do século XIX e início do século XX, os séculos do avanço científico, tal descrição não vem ao encontro dos anseios da época, mas, ao contrário, afasta-se totalmente.

Porém, o que mais chama a atenção nesta SD é o fato de o autor, no trecho “Como se faz um **monstro**”, estar se referindo a sua personagem. Esta denominação nos causa estranheza, porque, nas condições de produção atuais, este discurso não seria politicamente correto; porém, para a época, este era um discurso possível de ser produzido e, além do que,

não podemos nos esquecer que em uma obra de arte o artista/autor tem liberdade de expressão pelo fato da Arte não ser regida por questões de moral. No sub capítulo de onde foi retirada a presente SD, Cunha discorre sobre como as determinações do meio contribuíram para a loucura do Conselheiro e de como, em decorrência de sua insanidade, parecia estranho e até sobrenatural para os sertanejos.

Nesta SD, o termo **monstro** é reforçado semanticamente pelo adjetivo **monstruoso** e aciona no interdiscurso a imagem de uma criatura cruel e horrenda, um ser anormal que causa medo e pavor por onde passa. O autor também apresenta sua personagem como um anacoreta que, de acordo com o Houaiss (2004), é o substantivo que nomeia uma pessoa religiosa que procura a solidão. No entanto, na sequência, Cunha acrescenta a este substantivo o adjetivo **sombrio**, ou seja, o Conselheiro seria uma personagem religiosa, mas fechada em si mesma e ameaçadora. Neste sentido, o termo sombrio reitera o caráter monstruoso da personagem. A sequência “face **escaveirada**” apresenta a mesma direção de sentidos das denominações anteriores, pois o adjetivo em destaque aciona na memória a imagem da morte que, por sua vez, simboliza término de um ciclo, a falta de esperança e a ruína. Esse adjetivo sinaliza a falta de horizontes para quem se aproximava do Conselheiro. Na SD seguinte, caracteriza o Conselheiro como um ser sobre-humano:

SD41: Tornou-se logo alguma coisa de **fantástico** ou **mal-assombrado** para aquelas gentes simples. Ao abeirar-se das rancharias dos tropeiros aquele velho singular, de pouco mais de trinta anos, fazia com que cessassem os improvisos e as violas festivas. (CUNHA, 1996, p. 131, grifos nossos, itálicos do autor).

Nesta SD, os termos **fantástico** e **mal-assombrado** atribuem à personagem a imagem de um ser sobrenatural, fixando na memória o caráter místico que o Conselheiro foi adquirindo ao longo do tempo. Sendo assim, se o Conselheiro possuía algo de fantástico ou mal-assombrado, certamente deveria ser temido pelas pessoas, tanto que, quando de sua passagem pelas rancharias, **cessavam os improvisos e as violas festivas**. Considerando este caráter assustador da personagem, suas prédicas, por extensão, também causavam assombro nas pessoas; é o que se percebe na SD a seguir:

SD42: Ele subia e pregava. Era **assombroso**, afirmavam testemunhas existentes. Uma oratória **bárbara** e **arrepiadora**, [...]; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares de moral cristã e de **profecias esdrúxulas**... (CUNHA, 1996, p. 136, grifos nossos).

O autor deixa dito que a personagem, quando pregava, era assombrosa, ou seja, assustadora, e causava espanto e terror nas pessoas. As suas pregações, portanto, eram **bárbaras**, o que significa que eram rudes ou sem aperfeiçoamento e, ainda, eram **arrepiadoras**, isto é, aterrorizantes e assombrosas. Assim, o efeito de sentido alcançado por essa SD seria que tanto a personagem como suas pregações punham medo nos ouvintes. Na próxima SD, veremos que os sentidos a respeito do Conselheiro, além de permanecerem no terreno do assustador, vão deslizando para o burlesco;

SD43: Era **truanesco** e era **pavoroso**. Imagine-se um **bufão** arrebatado numa visão do apocalipse. [...] Ninguém ousava contemplá-lo. A multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela **insânia formidável**. E o grande **desventurado** realizava, nesta ocasião, seu único milagre: conseguia não se tornar **ridículo** [...] (CUNHA, 1996, p. 136, grifos nossos).

Nesta SD, o autor, utilizando-se de vocábulos pouco conhecidos, chama literalmente o Conselheiro de bobo, pois o adjetivo **truanesco** é um derivado do substantivo "truão", que tem como significado bobo, aquele que faz rir. Então, no trecho “era **truanesco** e era **pavoroso**”, o que realmente Cunha quis dizer era que o Conselheiro era um bobo que dava medo. Também encontramos o termo **bufão**, sinônimo de truão, que vem reforçar a caracterização do Conselheiro como um tolo. Denominar o Conselheiro desta forma é expô-lo ao ridículo e de rebaixá-lo perante os leitores da obra, mesmo o autor dizendo que sua personagem conseguia o milagre de “não se tornar **ridículo**”.

Com relação à religiosidade do Conselheiro, o autor o caracteriza como um fanático religioso. É importante ressaltar que, na obra, Cunha poucas vezes refere-se a sua personagem literalmente desta forma. Na maioria dos casos a denominação **fanático**, atribuída ao Conselheiro aparece no discurso de outras pessoas, como autoridades policiais e testemunhas, cujos discursos o autor utiliza na narrativa da obra. Entre outros indícios de sentidos de fanatismo religioso atribuídos para o Conselheiro em *Os Sertões*, como descrição de comportamentos tanto da personagem como dos sertanejos que o seguiam, os quais serão abordados no próximo capítulo, percebemos que o Conselheiro é denominado como fanático religioso, de forma velada, em denominações como as destacadas nas seguintes SDs:

SD44: Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no **misticismo doentio** todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. (CUNHA, 1996, p. 142-143, grifos nossos).

SD45: E no meio desse **extravagar adoidado**, rompendo dentre o messianismo religioso, o messianismo da raça levando-o à insurreição contra a forma republicana. (CUNHA, 1996, p. 138, grifos nossos).

SD46: Considerando em torno, **o falso apóstolo**, que o próprio excesso de subjetivismo predisusera à revolta contra a ordem natural, como que observou a fórmula do próprio desvario. (CUNHA, 1996, p. 122, grifos nossos).

Consideramos os termos destacados nas SDs 44, 45 e 46 como exemplos de denominações que caracterizam o Conselheiro como um fanático religioso. Na SD44, a partir do momento em que Cunha denomina a religiosidade da personagem como **misticismo**, ele afirma que o Conselheiro não teria laços com a igreja Católica e, portanto, não seria um religioso, mas um místico. O termo misticismo, por si só, não possui uma conotação negativa, porém, de acordo com a SD44, o misticismo do Conselheiro não era saudável e poderíamos até dizer que não era bom, pois o autor coloca que este misticismo era **doentio**. Após ter denominado desta forma a religiosidade de sua personagem, Cunha apresenta o motivo do misticismo do Conselheiro ser doentio: ele reuniria **erros** e **superstições**. Isso também teria uma explicação plausível: o Conselheiro era uma espécie de **grande homem pelo avesso**, ou seja, ele teria uma visão deturpada de tudo que o cerca.

Na SD45, Cunha refere-se às profecias do Conselheiro, denominando-as de **extravagar adoidado**. Esta denominação produz o efeito de sentido de que as profecias da personagem fossem como o discurso de um doido. Aqui, também, Cunha apresenta uma justificativa para a denominação empregada: segundo o autor, o conteúdo das profecias do Conselheiro estaria entre o **messianismo religioso**, que pregaria o retorno de um messias anunciando o final dos tempos e o **messianismo das raças** que, tendo em vista a influência da teoria determinista na obra, estaria relacionado ao fim próximo das raças miscigenadas, das quais os sertanejos fariam parte. Desta forma, nesta SD, os sentidos produzidos com relação às profecias da personagem já estão direcionados para uma região de fanatismo religioso.

Na SD46, o Conselheiro é denominado como **falso apóstolo**. Desta forma, Cunha apresenta-o como um impostor, como alguém que estaria procurando enganar o povo. Neste sentido, se o Conselheiro seria um falso apóstolo, tudo o que viria dele nesta posição (pregações, orações, conselhos) também seria falso. Nesta SD, o autor ainda se refere ao delírio da personagem, ou seja, a sua insânia, dando a entender que tal personagem teria se colocado como um apóstolo em decorrência de sua loucura.

A partir da leitura das SDs 44, 45 e 46, percebe-se que em nenhum momento Cunha refere-se literalmente a sua personagem como fanático religioso, porém, mesmo assim, elas

dão indícios deste aspecto. Poderíamos até dizer que qualquer uma das SDs acima, isoladas, não teriam o poder de constituir o Conselheiro com feitiços de fanatismo, no entanto, somando-se seus sentidos, então, obteríamos este resultado. Poderíamos exemplificar este processo com a seguinte equação linguística: **misticismo doentio + extravaragar adoidado + falso apóstolo = fanático religioso.**

Tendo em vista que o indivíduo se constitui como sujeito a partir do momento em que se filia a uma FD, que as FDs são porosas e que lapsos, deslizes e atos falhos são constitutivos do discurso do sujeito, assim como o discurso jornalístico desliza com relação ao Conselheiro, o discurso de Cunha desliza com relação a sua personagem. Vimos até agora que, na obra *Os Sertões*, o autor se refere ao Conselheiro como um louco, assombroso, ridículo e como um fanático religioso, porém, em certas partes da narrativa seu discurso desliza e Cunha acaba apontando características favoráveis à personagem, como podemos observar na seguinte SD:

SD47: Favorecia-o o meio e **ele realizava; às vezes**, como vimos, **o absurdo de ser útil.** Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um **evangelista incomparável.** De feito, **amortecia-lhe a nevrose inexplicável placidez.** (CUNHA, 1996, p. 143, grifos nossos).

Nesta SD, Cunha, mesmo considerando **absurdo**, admite que, às vezes, a personagem fosse **útil.** A utilidade a que se refere o autor é o fato de o Conselheiro, nos lugares por onde passava, comandar a construção de igrejas e a renovação de cemitérios, o que acabava contribuindo para o progresso dessas vilas. Portanto, um ponto positivo para a personagem. Vimos que, novamente, o autor menciona a nevrose do Conselheiro, ou seja, sua loucura. No entanto, a nevrose da personagem é amortecida por uma **inexplicável placidez.** O autor, que, atravessado pela teoria determinista já havia denominado sua personagem como um desequilibrado, não consegue explicar esta placidez, porém, ele afirma que o Conselheiro possui esta característica: outro ponto positivo para a personagem.

O mais interessante é que, embora o autor, anteriormente, tenha atribuído ao Conselheiro denominações como “tresloucado” e “falso apóstolo”, denomina-o nesta SD de **evangelista incomparável**, cujo sentido se choca com tais denominações. Vimos, acima, que Cunha discorre sobre as prédicas da personagem denominado-as de oratória bárbara e arrepiadora e que tais prédicas consistiam em profecias esdrúxulas. Já o Conselheiro, ao realizar as prédicas, é denominado assombroso, truanesco e bufão. Todas estas denominações carregam sentidos opostos a denominação **evangelista incomparável**, a qual o autor emprega na presente SD. Percebemos, portanto, que Cunha, sujeito atravessado por uma FD

republicana e por outra determinista, entra em contradição no discurso com relação ao Conselheiro. Isso acontece porque as FDs não são blocos homogêneos e suas fronteiras não são fechadas. Neste sentido, Courtine e Marandim (1981) afirmam que

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é **fundamentalmente instável**, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas **se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica**. (COURTINE; MARANDIN, apud BRANDÃO, 2004, p. 49-50, grifos nossos).

Neste sentido, podemos afirmar que, no emaranhado de FDs, com relação à personagem Antônio Conselheiro, no embate ideológico entre elas, o discurso de Cunha desliza da FD dominante (desfavorável) para uma FD dominada (favorável). Há, portanto, uma contradição no discurso do autor que, longe de ser um acidente, aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele revele sua verdade, constitui a própria lei de existência do discurso (COURTINE; MARANDIN, apud BRANDÃO, 2004), considerado como uma unidade dividida.

Apesar de Cunha denominar o Conselheiro como uma personagem plácida, no decorrer da narrativa, ocorre uma transformação e ele passa a ser apresentado com sentidos de agressividade e violência. É o que se constata na seguinte SD:

SD48: Vimos no **agitador sertanejo**, do qual a **revolta** era um aspecto da própria **rebeldia** contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes. (CUNHA, 1996, p. 164, grifos nossos).

Nesta SD, o autor de *Os Sertões* denomina o Conselheiro como **agitador sertanejo**, o que significa que a personagem seria um revolucionário ou sedicioso, ou seja, um perturbador da ordem. Os sentidos desta denominação são reforçados pelos termos **revolta** e **rebeldia**, que seriam sentimentos pertencentes ao Conselheiro. Todos esses sentidos atribuídos à personagem são contrários a uma situação de paz, colando ao Conselheiro sentidos direcionados para a violência. Percebemos, nesta SD, que Euclides da Cunha, por ser adepto do regime republicano, ou seja, por pertencer a uma FD republicana, refere-se a ela como uma **ordem natural**. Neste sentido, para o autor da obra, o regime republicano era evidente e natural, mas o Conselheiro, pertencente a uma FD monarquista, enxergaria este regime como natural, ou o consideraria inconveniente e se rebelaria contra ele?

Os sentidos referentes à violência e atribuídos ao Conselheiro são reforçados durante a narrativa de *Os Sertões*, como podemos ver a seguir:

SD49: Apesar disto [a missão] correu em paz até o quarto dia, e concorridíssima: cerca de cinco mil homens assistentes, entre os quais todos os homens válidos se destacavam: '[...] **carregando bacamartes, garruchas, espingardas, pistolas e facões; de cartucheira à cinta** e gorro à cabeça, na atitude de quem vai à guerra'. **Assistia-as também Conselheiro**, ao lado do altar, atento e impassível como um **fiscal severo**, 'deixando escapar alguma vez gestos de desaprovação que os **maiorais da grei** confirmavam com incisivos protestos'. (CUNHA, 1996, p. 169, aspas do autor, grifos nossos).

Esta SD descreve o primeiro dia de uma missão feita pela igreja Católica em Canudos no ano de 1895. Apesar de a SD apresentar um evento religioso, percebemos pela descrição dos homens válidos presentes (eles estavam armados como quem vai à guerra) um clima de violência circundando o evento. O Conselheiro também assistia à santa missão, porém como um **fiscal severo, atento e impassível**, cujos **gestos de desaprovação** eram confirmados com **incisivos protestos** pelos **maiorais da grei**, ou seja, pelos seus capangas.

Percebe-se que, Cunha, ao apresentar a personagem como um **fiscal**, a diferencia dos outros assistentes, da mesma forma que diferencia os homens armados. Se o Conselheiro era um fiscal, e ainda severo, significa que, se não concordasse com algo durante o evento, poderia interferir e, para isso, lá estavam os maiorais da grei. Isto significa que aqueles homens válidos, bem armados, poderiam entrar em ação ao menor sinal da personagem, já que acatavam até os gestos de desaprovação de seu líder. Neste sentido, o autor, ao apresentar esta descrição e denominar o Conselheiro como um fiscal severo, os sentidos que atribui à personagem são referentes ao perigo, violência e agressividade.

Tendo em vista que as SDs analisadas acima representam apenas um recorte das denominações atribuídas na obra ao Conselheiro, o quadro abaixo apresenta, de forma geral, como a personagem é denominada no decorrer da narrativa.

Para Conselheiro e sua aparência	Para o temperamento do Conselheiro ou estado de saúde mental	Para as pregações do Conselheiro
Monstro, monstruoso, fantástico, mal-assombrado, assombroso, repugnante, sombrio, face escaveirada, pavoroso, sinistro, santo endemoniado, incompreendido, retrógrado, esquálido, macerado, dominador, fisionomia estranha, rebelde, agitador, rebelado, terrívelíssimo antagonista, desequilibrado, doido, tresloucado, desventurado, falso apóstolo, desnortado apóstolo, peregrino, penitente errante, esmaniado apóstolo sertanejo, predestinado, evangelista incomparável, profeta, apóstolo, truanesco, bufão	Psicose progressiva, temperamento vesânico, degenerescência intelectual, frágil consciência, temperamento delirante, insânia.	Missão pervertedora, extravaragar adoidado, desvarios, oratória bárbara e arrepiadora.

Quadro 2 – Denominações em torno de Conselheiro no discurso literário.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro exposto, visualizamos os sítios de significância das denominações atribuídas ao Conselheiro no enredo de *Os Sertões*. Vemos que os sentidos atribuídos à personagem em si e à sua aparência caminham para diferentes direções de sentido. Primeiramente, podemos destacar que o Conselheiro é visto como louco, tendo em vista que Cunha o denomina como “doido”, “tresloucado” e “desequilibrado”; a personagem ainda é tida como assustadora: é o que nos indicam as denominações “monstruoso”, “mal-assombrado”, “sinistro” e “sombrio”.

Cunha, ao apresentar o caráter assustador do Conselheiro, coloca que, por apresentar esta característica, a personagem beirava o ridículo. O autor consegue este efeito de sentido ao intercalar, para o Conselheiro, denominações com sentidos sombrios e denominações com sentidos que vão em direção ao cômico, como “truanesco” e “bufão”.

Na narrativa de *Os Sertões*, Euclides da Cunha não nega que o Conselheiro seja uma pessoa religiosa, porém, o caracteriza como fanático religioso utilizando denominações como “falso apóstolo”, “desnortado apóstolo” e “penitente errante”. Vimos que o discurso do autor

falha e a personagem acaba recebendo denominações favoráveis como “evangelista incomparável”, “profeta” e “apóstolo”. O Conselheiro ainda é denominado como um sujeito perigoso, pois o autor se refere a ele como sendo “agitador”, “rebelado” e “terribilíssimo antagonista”.

O temperamento da personagem é denominado exclusivamente pelo viés da loucura. É o que se percebe pelas expressões “psicose progressiva”, “temperamento vesânico” e “temperamento delirante”. Já as pregações do Conselheiro são tidas como assustadoras e insanas, pois são atribuídas a elas denominações como “missão pervertedora”, “extravasar adoidado” e “desvario”.

Vemos, a partir do Quadro 2, que os efeitos de sentido hegemônicos das denominações atribuídas ao Conselheiro são, para os padrões da sociedade ocidental (Mariani, 1998), desfavoráveis para a personagem, pois agia sobre o escritor de *Os Sertões* “a tábua de valores da sua cultura que, para qualificar os aspectos diferentes, recorria à pecha de anormalidade”(BOSI, 2002, p. 213). Contudo, Euclides da Cunha, em seu livro, considera Antônio Conselheiro não culpado pelos acontecimentos da Guerra de Canudos, mas fruto, senão vítima, de uma série de problemas sociais, econômicos, geográficos que vivenciou.

Assim, as denominações atribuídas ao Conselheiro na obra *Os Sertões* direcionam sentidos que apontam para questões de loucura, fanatismo religioso e violência. Além disso, encontramos, também, denominações que caracterizam a personagem como sendo misteriosa e assustadora. Estes sítios de significância criados em torno do Conselheiro no discurso literário podem ser considerados uma forma de silenciamento, uma vez que as denominações com tais sentidos depreciativos impedem que sentidos favoráveis sejam atribuídos à personagem. Esse é o mecanismo de silêncio constitutivo que, segundo Orlandi

Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: **se diz ‘x’ para não [deixar] dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído.** Por aí se apagam sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam se instalar” (ORLANDI, 2007b, p. 73-74, grifos meus).

Isso quer dizer que no discurso jornalístico e no discurso literário descartam-se sentidos positivos¹⁹ para o Conselheiro, porque as FDs dominantes na época não permitiam que tais sentidos pudessem ser ditos a respeito do líder do arraial de Canudos. Poderíamos

¹⁹ Tendo em vista que “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2009 (1988), p. 147), empregamos os termos positivo, favorável, negativo, desfavorável considerando os padrões da sociedade ocidental, a qual preza pelos Direitos Humanos (MARIANI, 1998), como também as condições de produção do final do século XIX e início do século XX.

dizer que as FDs dominantes na época da escritura de *Os Sertões* seriam: a republicana, a determinista. Na conjuntura da época, ambas as FDs não poderiam permitir que as ações do Conselheiro no sertão fossem reconhecidas como boas, pois, além do Antônio Conselheiro se autointitular monarquista, ou seja, ir contra o novo regime político do país, representava um caso de retrocesso na sociedade brasileira que, neste período, almejava o progresso nacional e era influenciada pela teoria determinista de cunho darwiniano.

Tendo em vista os conceitos de esquecimento postulados por Pêcheux (1988), podemos dizer que tanto o discurso jornalístico da época quanto o autor de *Os Sertões* não percebiam seu assujeitamento às FDs hegemônicas da época e que seu discurso provinha de tais FDs. Da mesma forma, não percebiam que poderiam atribuir à personagem outros sentidos, pois, interpelados pela ideologia republicana e determinista, era evidente que o Conselheiro só poderia ser caracterizado da forma como o fizeram.

5.4 Antônio Conselheiro no discurso de *Os Sertões*: loucura, fanatismo e brutalidade

Se é verdade que a ideologia 'recruta' sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os 'voluntários' são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer) enquanto 'sujeitos-falantes'. (PÊCHEUX, 1988, aspas do autor).

Para analisarmos os discursos construídos a respeito da personagem Antônio Conselheiro na obra *Os Sertões*, foram destacadas algumas SDs que representam os discursos de Cunha no enredo.

Veremos que os efeitos de sentido provenientes dessas SDs, assim como as apontadas na sessão anterior, apontam para a loucura, para a monstruosidade (no sentido de o Conselheiro ser retratado, em determinadas sequências, de forma sombria), para o fanatismo religioso e para a violência.

É discorrendo sobre a saúde mental da personagem que o autor de *Os Sertões* inicia o capítulo reservado para a apresentação do Conselheiro, considerando-o como o responsável pela deflagração da Guerra de Canudos:

SD50: o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, **considerando a psicologia da sociedade que o criou**. Isolado, ele se perde na turba dos **nevróticos vulgares**. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de **psicose progressiva**. Mas **posto em função do meio, assombra**. É uma diátese, é uma síntese. (CUNHA, 1996, p. 121, grifos nossos).

Nesta SD, apesar de Cunha mencionar que o Conselheiro apresentava certa **altitude**, esta é negada se considerada a personagem individualmente, pois o autor afirma que o Conselheiro **isolado** ou **por si só nada valeu**, porém **assombra**, ou seja, produz algum efeito, se **posto em função do meio**. Cunha, procurando interpretar e explicar o fenômeno de Canudos, escreve *Os Sertões* respaldado no determinismo racial e psicológico (social) do final do século XIX (BOSI, 1994), presentes tanto na ciência como na literatura brasileira.

Nesse sentido, na SD50, o valor do Conselheiro, sua altitude é negada, uma vez que, considerado isoladamente, **ele se perde na turba dos nevróticos vulgares**, e **pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva**. Ou seja, as atitudes que atribuíram altitude e visibilidade ao Conselheiro não foram orientadas pela razão, mas, sim, pela **nevrose** e **psicose**, ou seja, pela insanidade.

SD51: Por isto **o infeliz, destinado à solicitude dos médicos**, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, **indo para a história como poderia ter ido para o hospício**. (CUNHA, 1996, p. 121, grifos nossos).

Na SD51, Cunha reitera o caráter insano do Conselheiro, ao afirmar que a personagem estaria destinada **à solicitude dos médicos**, ou seja, o Conselheiro deveria receber tratamento clínico, e Cunha se refere ao tratamento psiquiátrico, pois adiante diz que a personagem **poderia ter ido para o hospício**. Cunha também reforça que as ações da personagem não foram realizadas de forma consciente, mas involuntariamente, uma vez que, para ir parar na história, o Conselheiro foi **impelido por uma potência superior**, ou seja, foi levado, pelas determinações raciais, sociais e geográficas a que estava exposto, a entrar em conflito com a civilização do litoral.

SD52:Parou aí indefinidamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. **Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão.** (CUNHA, 1996, p. 123-124, grifos nossos).

Nesta SD, Cunha afirma que o estado mental do Conselheiro encontrava-se nas **fronteiras oscilantes da loucura**, o que significa, a princípio, que a personagem não seria totalmente insana, já que, nessa zona, encontrar-se-iam **facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, gênios e degenerados**. Na sequência, Cunha demonstra, contudo, que, se o Conselheiro se encontrava nas fronteiras da loucura, ele se encaixaria no grupo dos facínoras, dos aleijões tacanhos e dos degenerados, pois que **sua nevrose**, ou seja, sua neurose **explodiria na revolta e seu misticismo comprimido esmagaria a razão**. Desta forma, o efeito de sentido desta SD é que o líder do arraial de Canudos era de fato um louco.

O autor também aponta a causa desta loucura: o Conselheiro teria sido **recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta**. Tendo em vista que a AD defende que todo discurso “é ideologicamente marcado. [que] É na língua que ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 38), Cunha, ao apresentar a causa da loucura de sua personagem, deixa transparecer sua posição-sujeito com relação ao Conselheiro e aos seus adeptos. Ora, se Cunha afirma que o Conselheiro foi recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, ele acaba afirmando que a personagem não fazia parte dessa sociedade, mas pertenceria a outra, indisciplinada e ignorante, que seria a sociedade de Canudos e, por extensão, a sertaneja, berço do Conselheiro.

Sendo assim, para o autor de *Os Sertões*, a população que vivia no sertão nordestino, os “rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa” (CUNHA, 1996, p. 164), ou a população de Canudos, não possuíam organização nem conhecimento, embora Canudos contasse com aproximadamente 25 mil pessoas vivendo em comunidade e que, dentro ou fora do arraial, os sertanejos viviam sem o auxílio de população do litoral e a partir de seus costumes, crenças e tradições. Provavelmente, um seguidor do Conselheiro, discorrendo a respeito de seu líder e do regime no qual estava inserido, não descreveria o Conselheiro como um louco nem a “sociedade” sertaneja ou de Canudos como indisciplinada e ignorante. É neste sentido que Pêcheux (2009 [1988]) defende que “as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, ou seja, os sentidos se modificam de acordo com as FDs dos sujeitos-falantes.

Cunha, no enredo de *Os Sertões*, depois de ter apresentado traços de insanidade mental em sua personagem, aponta, também, seus aspectos sombrios, como podemos constatar na seguinte SD:

SD53: Ele surdia – esquálido e macerado – dentro do hábito escorrido, sem relevos, **mudo como uma sombra, das chapadas povoadas e duendes...** Passava buscando outros lugares, **deixando absortos os matutos supersticiosos.** (CUNHA, 1996, p. 131, grifos nossos, itálicos do autor).

Nesta SD, Cunha enfatiza o caráter sombrio de sua personagem, atribuindo a ela adjetivos pontuais como **esquálido, macerado** e **mudo**. O adjetivo **mudo** funciona como uma comparação entre a personagem e uma sombra, mas sombra com o efeito de sentido de assombração, aparição, alma, duende, espectro, fantasma etc. Neste sentido, esse adjetivo não está associado à mudez de uma pessoa, mas é a personificação da **sombra das chapadas povoadas e duendes**, ou seja, o adjetivo **mudo** adquire o efeito de sentido de algo sobrenatural e místico. Desta forma, Cunha cria um clima de mistério em torno do Conselheiro, o qual, quando aparecia, deixava **absortos os matutos supersticiosos**. Contudo, o autor de *Os Sertões* especifica que a impressão sombria do Conselheiro não atingia a sociedade brasileira num todo, apenas **aquelas gentes simples**, ou seja, os sertanejos, os **matutos –caipiras– supersticiosos**. Desta forma, a população do litoral, culta, civilizada, não comungava dessa mesma impressão. Percebemos uma retomada dos mesmos sentidos da SD anterior com relação à população do litoral ser culta e a população do sertão – interior – ser ignorante, ou seja, **simples e supersticiosa**.

SD54: O evangelizador surgiu, **monstruoso, mas autômato**. Aquele dominador **foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças**. E cresceu tanto que se projetou na história. (CUNHA, 1996, p. 131-132, grifos nossos).

Esta SD é uma paráfrase dos sentidos sombrios da anterior, pois coloca que o Conselheiro, o evangelizador, surgiu **monstruoso**, que, a propósito, é um adjetivo que se opõe ao substantivo evangelizador, constituindo um paradoxo, figura de linguagem bastante explorada por Cunha em *Os Sertões*. Novamente, o Conselheiro é comparado a uma **sombra**. Aqui, porém, a sombra, que caracteriza e representa a personagem, é estendida ao processo de miscigenação, alvo de críticas da ciência determinista defendida por Cunha. Desta forma, **sombra** passa a adquirir também o efeito de sentido de algo que impede de ver a luz, que cega ou que impede o desenvolvimento.

Ainda com relação à SD54, devemos nos ater a duas passagens: “O evangelizador surgiu, monstruoso, **mas autômato**” e “Aquele dominador **foi um títere**”. Estas duas proposições indicam que Antônio Conselheiro, no contexto da Guerra de Canudos, não agiu de forma consciente ou racional, mas que foi guiado pelas circunstâncias em que se encontrava e, se isso aconteceu, foi porque a personagem era um mestiço: um desequilibrado, um decaído. Quando Cunha diz que o Conselheiro surgiu autômato, o autor afirma que tal personagem agia como uma máquina, ou seja, apenas obedecia a comandos. Uma máquina não é consciente, nem racional. E, tendo em vista que, em *Os Sertões*, Cunha descarta a possibilidade de o Conselheiro ser um agente restaurador da Monarquia no Brasil e de Cunha fazer parte de uma FD determinista, os comandos a que a personagem obedecia poderiam ser os biológicos, raciais, sociais e geográficos pregados pelo evolucionismo. A mesma linha de raciocínio é empregada na segunda proposição: Aquele dominador **foi um títere**, considerando que o termo **títere** significa fantoche ou testa de ferro.

Em *Os Sertões*, sentidos relativos a fanatismo religioso são atribuídos à personagem e é preciso notar que esses sentidos não são ditos de maneira explícita. No enredo, o autor vai descrevendo e apontando comportamentos do Conselheiro que indicam fanatismo religioso. Na SD seguinte, Cunha descreve o estilo de vida peculiar da personagem, o qual não condizia com os ideais da República recém-instalada no Brasil. De acordo com *Os Sertões*, a conduta do Conselheiro começa a chamar a atenção de alguns sertanejos:

SD55: Vivia de esmolas, das quais recusava qualquer excesso, pedindo apenas o sustento de cada dia. Procurava os pousos solitários. Não aceitava leito algum, além de uma tábua nua e, na falta desta, o chão duro. [...]. Já não seguia só. Encaçavam-no na rota desnorteada os primeiros fiéis. Não os chamara. Chegavam-lhe espontâneos, felizes por atravessarem com ele os mesmos dias de provações e misérias. **Eram, no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mandria e à rapina.** (CUNHA, 1996, p. 132, grifos nossos).

Nesta SD, Cunha descreve o desapego do Conselheiro com relação aos bens materiais, pois a personagem **vivia de esmolas, das quais recusava qualquer excesso, pedindo apenas o sustento de cada dia**, como também descreve os seus modos ascéticos, já que, para dormir, a personagem **não aceitava leito algum, além de uma tábua nua e, na falta desta, o chão duro**. É importante notar que os sentidos que colam a recusa do Conselheiro a qualquer excesso são negativos e reforçam os sentidos de loucura atribuídos à personagem devido às condições de produção da obra – a consolidação da República no Brasil – e pelo fato de

Cunha pertencer a uma FD republicana. Nessas condições, somente um desvairado não visaria o acúmulo de bens e o conforto. Desta forma, se o autor da obra não fizesse parte desta FD e se as condições de produção fossem outras, os sentidos produzidos por esta SD também seriam outros.

A princípio, este comportamento do Conselheiro poderia ser comparado ao de um monge que procura uma vida austera; no entanto, o Conselheiro começa a adquirir *status* de um líder religioso, pois era seguido por **fiéis** que o acompanhavam em sua **rota desnorteada**. Cunha não diz explicitamente que o Conselheiro é um fanático religioso, mas dá indícios. Nesta altura da narrativa, a personagem já está caracterizada com aspectos de loucura e, por isso, o efeito de sentido desta SD é que o Conselheiro seria um louco, que não trabalhava, que não tinha ambição alguma e que andava sem rumo pelo sertão nordestino (sua rota é desnorteada), sendo acompanhado por seus fiéis (que, por extensão, também podem ser considerados loucos), ou seja, o Conselheiro tem atributos de um fanático religioso.

Outro aspecto que Cunha evidencia, nesta SD, é o fato de o Conselheiro e seus seguidores não trabalharem. Os termos usados pelo autor, em uma sociedade liberalista, que é o caso da República, acionam sentidos negativos com relação à personagem e seus fiéis. Ao se referir ao Conselheiro, o autor diz que **vive de esmola**, quando poderia dizer que a personagem vivia da caridade das pessoas. Se assim fosse, o fato de o Conselheiro não trabalhar adquiriria outra direção de sentidos, tendo em vista que o termo esmola, nesta SD, pode ser relacionado à falta de trabalho, mas por motivo de preguiça ou vadiagem pois, quando o autor se refere aos fiéis do Conselheiro, ele diz que eram, **no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mandria e à rapina**, ou seja, para o autor, os adeptos do Conselheiro seriam ladrões e vagabundos.

Euclides da Cunha, para reforçar os aspectos de fanatismo religioso de sua personagem, apresenta no enredo de *Os Sertões* um trecho do jornal *Folhinha de Laemmerte*, de 1877, contendo essas informações:

SD56: Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que **exerce grande influência no espírito das classes populares** servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que se impõe à ignorância e à simplicidade. **Deixou crescer a barba e os cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente**, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, **vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões**, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, **vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto**. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura. (CUNHA, 1996, p.132-133, grifos nossos).

Nesta SD, que constitui uma notícia de jornal, temos uma aproximação da imagem do Conselheiro com a imagem de Jesus Cristo: cabelos e barbas crescidos, túnica de algodão e alimentação débil (hábito de jejuar). Ainda é dito que o Conselheiro possui costumes ascéticos, é acompanhado por duas professoras, faz pregações, aconselha as pessoas (multidões), reza terços e ladainhas, move sentimentos religiosos e arrebanha o povo. O efeito de sentido desta SD é que teria alguém no sertão nordestino fazendo-se passar por Jesus, ou seja, esse indivíduo tem todas as características de um fanático religioso, pois segue a Cristo de uma forma extremada e anormal, fazendo-se passar por ele.

Mesmo assim, no entanto, a notícia em questão não aponta somente as semelhanças entre o Conselheiro e Cristo, mas apresenta, também, traços em razão dos quais o Conselheiro destoa da figura do filho de Deus. É dito que o Conselheiro **exerce grande influência no espírito das pessoas servindo-se seu exterior misterioso**, ou seja, a influência que exercia não era devido a uma sabedoria divina, mas pelo impacto que a sua aparência misteriosa causava, como se hipnotizasse o povo. Segundo a notícia, o Conselheiro impunha seus **costumes ascéticos pela ignorância e simplicidade** e, apesar de, no final, estar posto que o Conselheiro não teria **cultura**, é dito que ele **revela ser homem inteligente**. Com isto, percebemos que a FD do jornal que publicou essa notícia é porosa, pois, mesmo possuindo um sentido dominante com relação ao Conselheiro, tendo em vista que o caracteriza como um fanático religioso que possui uma aparência peculiar e deixar dito que ele seria ignorante e simples, desliza os sentidos para outra região, quando afirma que o Conselheiro revela ser um homem inteligente.

Na SD, o Conselheiro é comparado a uma **múmia**, comparação que nega qualquer semelhança com Cristo, tendo em vista que "múmia" é o termo normalmente relacionado a sentidos de morte e de monstruosidade, colocando o Conselheiro como um impostor. Outro dado importante trazido pela notícia é que o Conselheiro ia **arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto**, que não é especificado, mas que não seria o gosto da Igreja Católica, considerando as diferenças apontadas entre o Conselheiro e Cristo.

Ao trazer para a sua obra uma notícia de jornal falando da vida do Conselheiro anteriormente à fundação de Canudos, Cunha atribui ao seu discurso o efeito de sentido de objetividade e literalidade próprio do discurso jornalístico. De acordo com Mariani (1998), o discurso jornalístico é construído com base em dois mitos: o da informação jornalística e o da comunicação linguística, os quais sustentam a ideia de que a informação neutra, objetiva e

imparcial seria o resultado do domínio da linguagem referencial (MARIANI, 1998)²⁰. Neste sentido, por pertencer a uma FD de jornalista e inserir fragmentos do discurso jornalístico no discurso literário de *Os Sertões*, Cunha acaba produzindo um efeito de sentido de verdade, ou seja, um efeito de sentido de literalidade e objetividade ao enredo da obra. Tendo em vista que a SD em questão é um recorte do discurso jornalístico de vinte anos antes da Guerra de Canudos, percebe-se que havia um discurso relativo ao fanatismo e ao aspecto sombrio e misterioso do Conselheiro e que esse discurso foi incorporado pelo discurso literário em *Os Sertões*, uma vez que Euclides da Cunha era jornalista e estava em contato com esses discursos.

Cunha escreve que, no ano de 1876, em Itapirucu, cidade da Bahia, o Conselheiro foi preso e levado ao Ceará tendo sido acusado de matar a mãe e a esposa há alguns anos. Pelo fato de as autoridades do Ceará considerarem tal acusação improcedente, o Conselheiro é posto em liberdade e reaparece na Bahia no dia que prefixara no momento em que foi preso. Esse fato é considerado um milagre pelos discípulos do Conselheiro. Nessa ocasião, ao passar em Chorrochó, vila de poucos habitantes, a personagem para à sombra de uma árvore, na entrada da cidade, para descansar, e o lugar acaba tornando-se sagrado.

SD56: Uma capela elegante indica-lhe, ainda hoje, a estadia. E mais venerável talvez, **pequena árvore, à entrada da vila**, que foi por muito tempo objeto de uma fitolatria extraordinária. **À sua sombra descansara o peregrino. Era um arbusto sagrado. À sua sombra curavam-se os crédulos doentes; as suas folhas eram panacéias infalíveis.** O povo começava a grande série de milagres de que não cogitava talvez o infeliz. (CUNHA, 1996, p. 135, grifos nossos).

Nesta sequência, percebe-se como era grande a influência do Conselheiro **no espírito das classes populares**, aproveitando a SD56. O Conselheiro adquire *status* de milagreiro e a suas peregrinações pelo sertão se assemelham à passagem de Cristo pela terra, curando as pessoas por meio de milagres. O autor de *Os Sertões* diz que O Conselheiro, talvez, nem percebesse a real situação em que se encontrava, colocando os sertanejos que o seguiam como corresponsáveis pela situação de fanatismo, pois, da mesma forma como a personagem, eles também eram mestiços e o mesmo desequilíbrio que afetava o Conselheiro afetava-os

²⁰Para Mariani (1998), “ a noção de informação no jornalismo também precisa ser avaliada como decorrência das leis que constituem a ideia de liberdade presente na imprensa. Observando a ‘comunicação referencial’ por este ângulo, **comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé**”. (MARIANI, 1998, p. 73, aspas da autora, negritos nossos).

também. Segue-se que, se o Conselheiro era considerado um louco por andar pelo sertão jejuando e fazendo pregações, à semelhança de Jesus Cristo, loucos também eram os sertanejos que se deixavam influenciar por tal figura.

Na obra *Os Sertões*, Euclides da Cunha relata que, no sertão nordestino, o Conselheiro era considerado um **profeta**. A seguinte SD apresenta a forma como a personagem atraía o povo e alterava a rotina nos povoados por onde passava e fazia suas pregações:

SD57: A sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzes e bandeiras do Divino, **era solene e impressionadora. Paralisavam-se as ocupações normais. Ermavam-se as oficinas e as culturas. A população convergia para a vila** onde, em compensação, avultava o movimento das feiras; **e durante alguns dias, eclipsando as autoridades locais, o penitente errante e humilde monopolizava o mando, fazia-se autoridade única.** Erguiam-se na praça, revestidas de folhagens, as latadas, onde à tarde entoavam, os devotos, terços e ladainhas; e quando era grande a concorrência, improvisava-se um palanque ao lado do barracão da feira, no centro do largo, para que a palavra do profeta pudesse irradiar para todos os pontos e edificar todos os crentes. (CUNHA, 1996, p. 135, grifos nossos).

Num primeiro momento, se deixássemos de lado o termo **impressionadora** com o qual Cunha adjetiva a entrada do Conselheiro nos povoados, poderíamos dizer que a cena descrita pelo autor seria apenas de uma das muitas procissões realizadas pela Igreja Católica em algumas datas específicas. Mesmo assim, porém, apesar de o Conselheiro ser católico, não possuía vínculo com a Igreja, logo, suas peregrinações, suas passagens pelos povoados, essas procissões e as pregações que realizava não eram do conhecimento das autoridades eclesiais do estado (oficialmente responsáveis pela evangelização dos habitantes). Isso significa que a Igreja não tinha controle sobre o Conselheiro e ele **arrebanhava o povo a seu gosto**.

Nesta SD, o autor evidencia que a passagem do Conselheiro pelos lugarejos ocasionava duas situações: em primeiro lugar, as pessoas abandonavam o trabalho **nas oficinas e nas culturas** e, em segundo lugar, ele **eclipsava as autoridades locais e monopolizava o mando, fazendo-se autoridade única**. Neste sentido, à medida que cresce o prestígio do Conselheiro como sendo um profeta, a sua passagem e estadia nas vilas do sertão nordestino tornam-se um problema para as autoridades locais, quais sejam: os coronéis dos grandes latifúndios, o padre, o governo da cidade e a polícia (quando havia). Os primeiros veem-se, por alguns dias, sem funcionários em suas fazendas; o pároco perdia sua autoridade perante o Conselheiro, que lhe ocupava o posto com bem mais eficácia, visto que sua estada

na cidade tornava-se praticamente um evento social²¹; e o governo do povoado e a polícia pouca coisa poderia fazer diante da multidão que se reunia para ouvir a personagem.

Desta forma, o Conselheiro começa a chamar a atenção das autoridades para o fato de ser necessário tomar alguma atitude para reprimir esse comportamento de fanatismo religioso. Em *Os Sertões*, consta que, por parte da Igreja e da polícia das localidades, houve alguns pedidos de ajuda para o governo do estado, os quais não foram correspondidos.

Como foi dito anteriormente, Euclides da Cunha, por fazer parte de uma FD de jornalista, utiliza no enredo de sua obra mecanismos de discurso jornalístico, o que acaba por produzir um efeito de sentido de veracidade à narrativa. Um desses mecanismos de discurso jornalístico explorados pelo autor são as citações de autoridades, abrangendo documentos oficiais a respeito de o Antônio Conselheiro e dos fatos referentes à Guerra de Canudos.

A seguinte SD é o recorte de um ofício enviado em novembro de 1886 pelo delegado de Itapirucu ao chefe de polícia da Bahia, informando a estada do Conselheiro na cidade, acompanhado de um grupo de cearenses empenhados na construção de uma capela. Segundo esse ofício, o grupo do Conselheiro, entrando em conflito com o vigário de uma cidade vizinha, tinham-no ameaçado de morte. Neste ofício, o delegado se refere ao Conselheiro nos seguintes termos:

SD58: Para que V. S. saiba quem é Antônio Conselheiro, basta dizer que é acompanhado de centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e cumprem suas ordens de preferência às do vigário da paróquia. **O fanatismo não tem mais limites e é assim que é, sem medo e erro, e firmado em fatos, posso afirmar que adoram-no como se fosse um Deus vivo.** (CUNHA, 1996, p. 141, grifos nossos).

Utilizando-se do relato do delegado de Itapirucu a respeito do clima de fanatismo que envolvia o Conselheiro e seus seguidores, Cunha atribui efeito de sentido de verdade aos indícios de fanatismo religioso descritos por ele anteriormente. Ou seja, o autor comprova seu discurso com base no testemunho de uma autoridade policial.

O Conselheiro de *Os Sertões*, a certa altura da narrativa, começa a ser construído com aspectos de agressividade.

²¹Cunha coloca no enredo de *Os Sertões* que, “nos dias de sermões, terços e ladainhas, o ajuntamento sobe para mil pessoas”. (CUNHA, 1996, p. 141).

SD59: Iam-no tornando mau. Viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893 uma feição combatente inteiramente nova. Originou-a fato de pouca monta. Decretada a autonomia dos municípios, as Câmaras das localidades do interior da Bahia tinham afixado nas tábuas tradicionais, que substituem a imprensa, editais para a cobrança de impostos, etc. Ao surgir esta novidade, Antônio Conselheiro estava em Bom Conselho. **Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo.** Levantou a voz sobre o “auto-de-fé”, que a fraqueza das autoridades não impedira, e **pregou abertamente a insurreição contra as novas leis.** (CUNHA, 1996, p. 144, grifos nossos).

Em *Os Sertões*, até esse momento, o Conselheiro, embora fosse acompanhado por “gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mandria e à rapina”, como coloca Cunha, ainda era descrito como uma personagem pacata e que, apesar de mobilizar as pessoas por onde passava, fazia suas pregações, orava, aconselhava o povo e fazia até algumas benfeitorias. No entanto, ocorreu que, à medida que foi crescendo a fama do Conselheiro ser um profeta, ser um enviado de Deus, ele passa a ser considerado uma ameaça para a Igreja Católica e começa a ser proibido de fazer seus sermões e suas benfeitorias nas vilas por onde passava. A sua vontade começou a ser contrariada e, por isso, **iam-no tornando mau.**

De acordo com esta SD, no momento em que começaram a ser impostas as leis do novo regime político do Brasil, regime que a personagem via com maus olhos, o Conselheiro principiou a pregar contra tais leis, assumindo uma feição combatente inteiramente nova, ou seja, que não tinha até então. Nesse momento, a pregação feita pela personagem adquire um tom de agressividade. Nota-se que o Conselheiro reuniu o povo como sempre fazia – num dia de feira. Seu sermão, no entanto, foi, na verdade, um protesto contra as novas leis impostas pela República recém instalada, pois, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira e pregou abertamente a insurreição contra as novas leis. Cunha escreve que a personagem mandou queimar as tábuas entre gritos, porém eram gritos sediciosos, ou seja, revolucionários, de agitação e a sua pregação foi a rebeldia e a rebelião contra as leis da República.

Em *Os Sertões*, a consequência desse ato do Conselheiro foi a perseguição e o confronto com a polícia, que ocasionou a morte tanto de alguns dos seguidores da personagem (já denominados de jagunços, na obra), como de alguns policiais. No enredo, é a partir desse episódio que o Conselheiro vai em busca de um local para fundar uma comunidade e, então,

surge o arraial de Canudos²². No enredo da obra, para demonstrar os aspectos de agressividade e violência de sua personagem, Euclides da Cunha descreve como era Canudos e a forma como o Conselheiro o administrava:

SD60: Canudos era o homizio de famigerados facínoras. Ali chegavam, de permeio com os matutos crédulos e vaqueiros iludidos, **sinistros heróis da faca e da garrucha.** E estes foram logo os mais quistos daquele homem singular, os seus ajudantes-de-ordens prediletos, **garantindo-lhe a autoridade inviolável.** Eram, por contraste natural, **os seus melhores discípulos.** (CUNHA, 1996, p. 155, grifos nossos).

A partir desta SD, o autor de *Os Sertões* mostra quais eram os tipos de pessoas que chegavam para viver em Canudos. Em primeiro lugar, Cunha afirma que **Canudos era o homizio de famigerados facínoras, sinistros heróis da faca e da garrucha**, o que quer dizer que o arraial fundado pelo Conselheiro era um abrigo para bandidos.

Canudos não era, no entanto, somente habitado por foras da lei, pois chegavam com eles **matutos crédulos**, ou seja, pessoas do mato, aqueles que viviam na roça, pessoas simples que tinham fé em Antonio Conselheiro, como também vinham **vaqueiros iludidos**. Estes últimos eram os trabalhadores dos latifúndios, os empregados dos coronéis que, iludidos pela figura do Conselheiro e pela promessa de uma vida melhor, abandonavam o emprego e iam morar em Canudos. Desta forma, poderíamos dizer que os verdadeiros crentes do Conselheiro eram os matutos crédulos e os vaqueiros iludidos, pois, de uma forma ou de outra, eles acreditavam e tinham fé na personagem. Os famigerados facínoras, por sua vez, estavam no arraial pelo fato de ele ser um abrigo, no entanto, apesar de não serem os mais crentes, eram **os mais quistos** do Conselheiro, **os seus ajudantes de ordens prediletos**.

Nesta SD consta que os famigerados facínoras garantiam **a autoridade inviolável** do Conselheiro sobre os matutos crédulos e vaqueiros iludidos. Desta forma, o Conselheiro adquire *status* de um líder autoritário (já que sua autoridade é inviolável), que mantém a ordem por meio de força e armas. Podemos perceber dois efeitos de sentido decorrentes dessa SD: o primeiro é que, se os famigerados facínoras eram os mais quistos do Conselheiro, **os**

²² Tendo em vista que Canudos teria estreita relação entre Conselheiro e seus adeptos, ou seja, seria uma extensão de seu fundador e de seus habitantes, Euclides da Cunha descreve a fundação do arraial da seguinte maneira: “A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômodos, atulhando as cançadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltoso nos pendores – **tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto.** Não se distinguíam as ruas. Substituíam-as **dédalo desesperador de becos estreitíssimos**, mal separando o **baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso**, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, **como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos**”. (CUNHA, 1996, p. 147-148, grifos nossos).

seus melhores discípulos, em detrimento dos matutos crédulos e dos vaqueiros iludidos, que estavam em Canudos como seus seguidores, a personagem pode ser considerada injusta para com seus fiéis; e o segundo efeito de sentido, tendo em vista a preferência do Conselheiro pelos bandidos, pode-se dizer que o principal objetivo do Conselheiro em Canudos não seria a pregação religiosa. Essa conduta da personagem nega que ela fosse realmente um profeta ou um pregador pacato, como acreditavam os sertanejos.

A seguinte SD, que também descreve a forma como Canudos era regido pelo Conselheiro, segue a mesma direção de sentido da SD anterior, ou seja, caracteriza o Conselheiro como um líder autoritário e punitivo:

SD61: Graças a seus braços fortes, Antônio Conselheiro dominava o arraial, corrigindo os que saíam das trilhas demarcadas. Na cadeia ali paradoxalmente instituída – a *poeira*, no dizer dos jagunços – viam-se, diariamente, presos pelos que haviam cometido a leve falta de alguns homicídios, os que haviam perpetrado o crime abominável de faltar às rezas. **Inexorável para as pequenas culpas, nulíssima para os grandes atentados, a justiça era, como tudo o mais, antinômica, no *clan* policiado por facínoras.** Exercitava-se, não raro duramente, cominando penas severíssimas sobre leves faltas. (CUNHA, 1996, p. 155, itálicos do autor, grifos nossos).

Nesta SD, Cunha refere-se novamente aos famigerados facínoras, os **braços fortes** do Conselheiro que **policlavam** o arraial e que, graças a eles, **dominava** Canudos. Note-se que o autor da obra escreve que Canudos não era governado pelo Conselheiro, mas dominado, o que significa que os sertanejos não estariam em Canudos espontaneamente, mas obrigados, subjugados pela personagem. Se não fosse assim, por que o Conselheiro necessitaria do policiamento de facínoras para governar o arraial?

Euclides da Cunha, ao falar da forma como era exercida a justiça no arraial de Canudos, está automaticamente falando a respeito do conceito de justiça do Antônio Conselheiro, seu fundador e líder. Considerando a lógica determinista empregada na tessitura da obra *Os Sertões*, podemos dizer que o Conselheiro teria essa visão **antinômica** da justiça, porque era um mestiço, desequilibrado, aquele que carrega no gene somente os pontos negativos das raças envolvidas no cruzamento, ou seja, a personagem representa não só a degeneração racial, mas também a social, decorrente da primeira. Desta forma, para Cunha, o Conselheiro, um degenerado, só poderia criar uma comunidade degenerada na qual, em primeiro lugar, considerando a sociedade ocidental que é regida pela lei dos Direitos Humanos (MARIANI, 1998), percebe-se uma inversão de valores: pessoas simples e pacatas

sendo policiadas por bandidos; pequenas faltas (ausência nas rezas) sendo consideradas grandes crimes e grandes crimes (homicídios) sendo considerados pequenas faltas.

De acordo com o enredo de *Os Sertões*, em Canudos, o Conselheiro cobrava dos moradores, inclusive dos seus braços fortes, uma determinada ordem coletiva. No entanto, não se importava que saíssem do arraial para fazerem tumulto e depredações em fazendas, lugarejos e cidades em torno do arraial:

SD62: Em dilatado raio em torno de Canudos, talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades! No Bom Conselho, uma horda atrevida, depois de se apossar da vila, pô-la em estado de sítio, dispersou as autoridades, a começar pelo juiz da comarca e, como entreato hilariante na razia escandalosa, torturou o escrivão dos casamentos que se viu em palpos de aranha para impedir que os crentes sarcásticos lhe abrissem, tosquiando-o, uma coroa larga, que lhe justificasse o invadir as atribuições sagradas do vigário. **Os desordeiros volviam cheios de despojos para o arraial**, onde ninguém lhes tomava conta dos desmandos. (CUNHA, 1996, p. 156, grifos nossos).

De acordo com a SD acima, as depredações, os saques e os desmandos descritos eram realizados por seguidores do Antônio Conselheiro, que viviam em Canudos e que saíam do arraial de quando em quando para espalhar o tumulto e a desordem pela circunvizinhança. Tendo em vista que, no enredo da obra, já tenham sido apresentado os três grupos diferentes de pessoas que formavam a população de Canudos – os famigerados facínoras, os matutos crédulos e os vaqueiros iludidos, pela descrição da conduta do grupo, conclui-se que os responsáveis pelos episódios de depredações, a **horda atrevida, os desordeiros**, seriam os famigerados facínoras. Pelo fato de os capangas do Conselheiro terem essa conduta, Cunha, no enredo de *Os Sertões*, compara Canudos a um quartel, onde as guardas tinham como função zelar pela soberania do chefe, no caso, o Conselheiro:

SD63: Canudos, fazia-se, então, provisoriamente, o quartel das guardas pretorianas dos capangas, que de lá partiam, trilhando rumos prefixos, para reforçarem, a pau e a tiro, a soberania popular, expressa na imbecilidade triunfante de um régulo qualquer. [...] Ora, essas arrancadas eram um ensinamento. Eram úteis. **Eram exercícios práticos indispensáveis ao preparo de recontros mais valentes.** Compreendera-as, talvez, assim, o Conselheiro. **Tolerava-as.** No arraial, porém, exigia, digamos em falta de outro termo – porque os léxicos não o têm para exprimir um tumulto disciplinado – ordem inalterável. (CUNHA, 1996, p. 156, grifos nossos).

Considerando as SDs 18 e 19, que tratam das arrancadas feitas pelos capangas do Conselheiro, podemos dizer que esses eventos atenderiam a três objetivos distintos: a) levar

para Canudos o resultado dos saques, pois **os desordeiros volviam cheios de despojos para o arraial, onde ninguém lhes tomava conta dos desmandos**; b) reforçar o poder e domínio do Conselheiro na região, já que os capangas da personagem partiam do arraial **para reforçarem, a pau e a tiro, a soberania popular** do Conselheiro, o referente do substantivo **régulo**; e c) treinos para uma possível guerra, pois **eram exercícios práticos indispensáveis ao preparo para recontros mais valentes**. Assim sendo, se essas arrancadas não eram incentivadas pelo Conselheiro, eram toleradas por ele.

Esses eventos de vandalismo indicam que o domínio do Conselheiro não se restringia somente ao arraial de Canudos, mas a uma vasta região do entorno. A descrição da tomada da cidade de Bom Conselho é uma forma de mostrar como a horda do Conselheiro intimidava as autoridades e punha medo na população, apontando quem realmente mandava. A partir do momento em que Cunha expõe os desmandos da **horda** do Conselheiro pelo sertão nordestino, o autor refere-se à personagem como um **pretor**, pois os capangas são denominados de **guarda pretoriana**, e como **régulo**²³, ou seja, quem realmente comandava o sertão nordestino era Conselheiro, porém o fazia de forma tirânica, subjugando e oprimindo a população.

Neste sentido, esta última SD põe em cheque a santidade e o caráter profético da personagem, tendo em vista que, depois da fundação de Canudos, o Conselheiro, embora continue a ter uma rotina de rezas e jejuns, passa a ser descrito como um líder injusto e tirânico.

²³Conforme o dicionário Houaiss (2004), **pretor** seria um magistrado da Roma antiga, o qual distribuía a justiça e que seria de uma alçada inferior a de um juiz, e **régulo** seria o chefe de um Estado bárbaro ou um indivíduo tirânico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analistas do discurso, consideramos a obra *Os Sertões* como o discurso de um sujeito afetado tanto pela ideologia como pela história e inserido em determinadas condições de produção. Neste sentido, entendemos que Euclides da Cunha, fazendo parte de uma FD determinista e de outra republicana, inserido no contexto da implantação e consolidação da República no Brasil e também do episódio nacional da Guerra de Canudos, produz a obra *Os Sertões* que (considerada um discurso, ela, por sua vez, é o lugar onde a ideologia se manifesta) condensa todas essas determinações.

Tendo em vista que a teoria determinista pregava o processo de miscigenação como um sinal de degeneração racial e social e que o regime republicano tinha como lema o progresso da nação, Euclides da Cunha, ao escrever sobre o episódio da Guerra de Canudos, não pode apresentar o Conselheiro, apontado como responsável pelos eventos que culminaram na guerra, como um herói nacional, pois era um mestiço, um degenerado racial e social, um desequilibrado. Portanto, o autor da obra, na tentativa de explicar o episódio da Guerra de Canudos, ao construir o Conselheiro como personagem, atribui a ele sentidos de insanidade mental e de fanatismo religioso extremado, de forma que os feitos notáveis realizados pela personagem ficam em segundo plano, pois o que é realmente enfatizado no enredo da obra, com relação à personagem, são as características apontadas acima.

Considerando o caráter fictício da obra *Os Sertões*, o autor cria um clima de mistério em torno da personagem como se o Conselheiro fosse quase uma assombração, um ser fantástico. Cunha também atribui sinais de agressividade e violência para a personagem, colocando-o como um líder tirânico, o que põe em cheque seu caráter religioso e profético, restando ao Conselheiro as características de insanidade mental e de fanatismo religioso.

No decorrer da pesquisa, vimos que os discursos referentes ao fanatismo religioso do Conselheiro, como também os referentes à violência e agressividade, podem ser encontrados no discurso jornalístico anteriormente à publicação de *Os Sertões* e que tais discursos são bastante semelhantes. Desta forma, supomos que a construção do Conselheiro como uma personagem que expressa fanatismo religioso e violência na obra pode ter sido influenciado pelos discursos atribuídos pelo discurso jornalístico ao Conselheiro da vida real.

Desta forma, concluímos que os sentidos relativos à insanidade mental do Conselheiro e a mistério e monstruosidade são decorrentes da criação artística envolvendo-o enquanto personagem de ficção. Também podemos relacionar os sentidos de insanidade mental

atribuídos à personagem com o discurso determinista do autor, que considerava os mestiços como desequilibrados.

Não encontramos somente semelhanças entre o discurso jornalístico e o literário. Com relação ao Conselheiro, encontramos também uma diferença: o discurso jornalístico coloca-o como agente restaurador da Monarquia no País, sendo esta a explicação mais corriqueira quanto aos conflitos ocorridos em Canudos. Em *Os Sertões*, apesar de deixar posto que o Conselheiro não aceitava o regime republicano, Cunha nega esta teoria afirmando que ele não possuía intuítos políticos, mas representava um caso de atavismo e, como consequência, não reconhecia o poder de um chefe que não fosse guerreiro ou sacerdotal. Portanto, na obra, as causas da formação do arraial de Canudos são explicadas por questões de ordem religiosa. Cunha também apresenta questões de ordem social envolvidas no caso de Canudos, uma vez que Cunha denuncia o abandono da população no interior do país.

Pudemos acompanhar, também, uma posição contraditória de Cunha com relação aos eventos ocorridos em Canudos, com relação ao Conselheiro e aos sertanejos, assim como com relação às operações realizadas pelo exército. De um lado, Cunha, fazendo parte da FD determinista e envolvido na questão de consolidação da República, não via os sertanejos senão como um sinal de degeneração social e racial e, portanto, de retrocesso para a nação; por outro lado, atravessado por uma moral da ética dos direitos humanos, não podia aceitar a violência com que os sertanejos foram exterminados em Canudos. Este discurso contraditório é percebido no enredo da obra sempre que o discurso do autor desliza de uma posição discursiva para outra.

A partir do momento em que a obra *Os Sertões*, devido aos seus avatares históricos, jornalísticos e científicos adquire *status* de referência quanto ao tema da Guerra de Canudos, e, na falta de discursos de outras posições discursivas a respeito do evento e do Conselheiro, o discurso de *Os Sertões* torna-se hegemônico e os sentidos a respeito da personagem o Conselheiro soam como literais. Assim, este estudo procurou mostrar que a literalidade é um efeito de sentidos, e que, portanto, os discursos construídos na obra *Os Sertões* com relação a Antônio Conselheiro não são mais do que determinados por FDs, quais sejam, a determinista e a republicana.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

BACON, Henry. **Uma epopéia brasileira**: uma introdução a *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1983.

BENEVIDES, Mário Henrique Castro. **Sertões em guerra – civilização e mudança social em Euclides da Cunha**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2009. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2009.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

_____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1993.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CALASANS, José. **A Guerra de Canudos na poesia popular**. In: ABDALA JUNIOR, Benjamim; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: Editora SENAC / São Paulo: Boitempo Editorial, 1997

CANDIDO, Antonio [et al.]. **A personagem de ficção**. 12. ed. São Paulo : Perspectiva, 2011.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Niterói: UFF, 1986.

_____. **Euclides, Capistrano e Araripe**. Rio de Janeiro : Editora Ouro, 1959.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise do discurso no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria**. Nº 27, p. 39-46, jun./dez. 2003.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GADET, Françoise & HAK Tony (Orgs). (1990). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª Expedição. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

GUTIÉRREZ, Ângela Maria Rossas Mota de. Os sertões: gênese e apocalipse. In: **Revista do GELNE**, vol. 4, nº 1/2, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ISER, Elvia Helena. **A lenda arrepiadora. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel**. Rio de Janeiro : Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, PUC, Rio. 2008. 77 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro, 2008.

LACERDA, Rodrigo. Sobrevoando Canudos. In: ABDALA JUNIOR, Benjamim; ALEXANDRE, Isabel M. M. (Org.). **Canudos: palavra de Deus sonho da terra**. São Paulo: Editora SENAC / São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Coleção Leitura e Crítica).

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)”. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PIMENTEL, Telmo de Maia. **História e transfiguração em Os Sertões de Euclides da Cunha**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010. 67 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, Goiânia, 2010.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico:** o discurso do jornal O Estado de São Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. 417 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador, 2012.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. **A arte e a arquitetura religiosa popular de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro.** Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2011. 262 p. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. As denominações na ordem do discurso. In: CIELLI (Colóquio Internacional de Estudos Lingüísticos e Literários), 1, e CELLI (Colóquio de Estudos Lingüísticos e Literários) da UEM, 4., 2010, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2010. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/680.pdf>>. Acesso em: 8 de jun. de 2013. ISSN 2177-6350.